

Maria Aparecida Alves da Costa
Lia Machado Fiuza Fialho



Maria Cinobelina Elvas:

docência na Escola
Normal (1981-1988)

COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

Editores

Lia Machado Fiuza Fialho | Editora-Chefe

José Albio Moreira Sales

José Gerardo Vasconcelos

CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

Conselho Nacional Externo

Charliton José dos Santos Machado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Emanoel Luiz Roque Soares, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Universidade Tiradentes, Brasil
Jean Mac Cole Tavares Santos, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Brasil
José Rogério Santana, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Lia Ciomar Macedo de Faria, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Lúcia da Silva Nunes, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Norberto Dallabrida, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Robson Carlos da Silva, Universidade Estadual do Piauí, Brasil
Rosangela Fritsch, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Samara Mendes Araújo Silva, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Shara Jane Holanda Costa Adad, Universidade Federal do Piauí, Brasil

Conselho Internacional

António José Mendes Rodrigues, Universidade de Lisboa, Portugal
Catherine Murphy, University of Illinois, Estados Unidos da América
Cristina Maria Coimbra Vieira, Universidade de Coimbra, Portugal
Dawn Duke, University of Tennessee, Estados Unidos da América
Hugo Heredia Ponce, Universidad de Cádiz, Espanha
Nancy Louise Lesko, Columbia University, Estados Unidos da América
Oresta López Pérez, El Colegio de Michoacán, México
Ria Lemaire, Universidade de Poitiers, França
Susana Gavilanes Bravo, Universidad Tecnológica Metropolitana, Chile
Emilie Zola Kalufuak, Université de Lubumbashi, Haut-Katanga, Congo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR - Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR - Dárcio Ítalo Alves Teixeira

EDITORA DA UECE

COORDENAÇÃO EDITORIAL - Cleudene de Oliveira Aragão

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes • Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes • Emanuel Angelo da Rocha Fragoso
Francisco Horacio da Silva Frota • Francisco Josênio Camelo Parente • Gisafran Nazareno Mota Jucá
José Ferreira Nunes • Liduina Farias Almeida da Costa • Lucilí Grangeiro Cortez • Luiz Cruz Lima
Manfredo Ramos • Marcelo Gurgel Carlos da Silva • Marcony Silva Cunha • Maria do Socorro Ferreira Osterne
Maria Salete Bessa Jorge • Sílvia Maria Nóbrega-Therrien

Maria Aparecida Alves da Costa
Lia Machado Fiuza Fialho

Maria Cinobelina Elvas: docência na Escola Normal (1981-1988)

Ed
UECE
1ª EDIÇÃO
FORTALEZA | CE
2023

MARIA CINOBELINA ELVAS: DOCÊNCIA NA ESCOLA NORMAL (1981-1988)

© 2023 *Copyright* by Maria Aparecida Alves da Costa e
Lia Machado Fiuza Fialho Frédérique Gosselin (Autoras)

O conteúdo deste livro bem como os dados usados e sua fidedignidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. O *download* e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel.: (85) 3101-9893 – Fax: (85) 3101-9893
Internet: www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br



Coordenação Editorial
Cleudene de Oliveira Aragão

Projeto Gráfico e Capa
Carlos Alberto Alexandre Dantas
carlosalberto.adantas@gmail.com

Revisão Vernacular e Normalização
Francinalda Machado Stascxak

Biblioteca Responsável: Doris Day Eliano CRB-3/726

C838m Costa, Maria Aparecida Alves da

Maria Cinobelina Elvas: docência na Escola Normal (1981-1988). - Fortaleza: EdUECE, 2023.

185p. il. [livro eletrônico]

ISBN: 978-85-7826-879-4

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-879-4>

1. Educação. 2. Formação de professores. 3. Escola Normal. 4. História da educação. 5. Costa, Maria Aparecida Alves da. 6. Fialho, Lia Machado Fiuza. I. Título

CDD 370

SOBRE AS AUTORAS

LIA MACHADO FIUZA FIALHO

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, Pós-doutorada em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora doutora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UECE) e do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPP/UECE). Vice-presidente da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil). Líder do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas Memórias e Oralidades – PEMO. Editora da revista Educação & Formação do PPGE/UECE. Pesquisadora produtividade CNPq.
E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br

MARIA APARECIDA ALVES DA COSTA

Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, pelo Instituto de Ensino Superior São Judas Tadeu. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pesquisadora no Grupo de Estudos Práticas e Pesquisas Memória e Oralidade (PEMO/UECE). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).
E-mail: mariapedagoga99@gmail.com



SUMÁRIO

PREFÁCIO • 9

Francinalda Machado Stasxak

1 INTRODUÇÃO • 15

2 PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO • 25

**3 BOM JESUS-PI E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA
EDUCACIONAL • 61**

4 MARIA CINOBELINA ELVAS: TRAJETÓRIAS PESSOAIS • 76

**5 A ESCOLA NORMAL E A ATUAÇÃO DE MARIA CINOBELINA
ELVAS • 118**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS • 158

REFERÊNCIAS • 163



PREFÁCIO

FRANCINALDA MACHADO STASCXAK

Minicurrículo: Mestre e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - UECE, Especialista em Formação de Formadores (UECE), Especialista em Gestão Escolar (UNI7), Graduada em Letras (UVA). Membro do grupo de pesquisa Práticas Educativas, Memórias e Oralidades (PEMO).

E-mail: naldastascxak@gmail.com

A história das mulheres deve ser discutida nos salões de beleza, nos almoços de família, nas mesas de bar, nos ambientes de trabalho; deve estar presente nas escolas, nas TVs e rádios brasileiras, no judiciário e no legislativo, assim como na elaboração de políticas públicas.

(PERROT, 2019, p. 11).



livro intitulado *Maria Cinobelina Elvas: docência na Escola Normal (1981-1988)*, aborda, a partir da perspectiva biográfica, a história de vida de uma educadora que escreveu seu nome na historiografia piauiense. E, nesse intuito, esta produção colabora para difundir a história de uma mulher que foi homenageada nomeando a Universidade Federal do Piauí da cidade de Bom Jesus.

Aproveitando o ensejo, este livro tem o propósito de colaborar para que a história das mulheres possa ser discutida e, principalmente, conhecida nos mais variados espaços. Espaços estes nos quais se possa falar sobre a possibilidade de as mulheres existirem na sua plenitude e na sua liberdade, sem dicotomias entre homens e mulheres, como propõe a historiadora Michele Perrot na epígrafe mencionada.

Esta é uma obra desenvolvida por Maria Aparecida Alves da Costa e Lia Machado Fiuza Fialho, duas

mulheres pesquisadoras que, ao longo dessas páginas, abordam de forma sensível e ética, a trajetória de vida e a atuação docente na Escola Normal de Cinobelina Elvas e, com isso, ensinam ampliar o conhecimento sobre a educação vivenciada no sul do Piauí na segunda metade do século XX.

Podemos, pois, considerar que os estudos biográficos a cada dia despertam o interesse de um número cada vez maior de pesquisadores e pesquisadoras. Essa nova prática adveio a partir da mudança de paradigmas pela qual perpassou a história. A História Cultural, nesse contexto, surgiu a partir da reflexão de que todo e qualquer vestígio humano pode vir a ser considerado fonte histórica. Fez ainda emergir a importância de se ouvir e incluir sujeitos como os mais pobres, os negros, os indígenas, as mulheres, dentre outros, que por muito tempo estiveram no rol dos indivíduos que eram deixados à margem da historiografia dita oficial, tarefa que denota certo desafio.

Desafio este que as pesquisadoras deste trabalho aceitaram e desenvolveram com todo o rigor teórico e metodológico que uma pesquisa científica requer, estimuladas pela história de vida de Cinobelina Elvas, uma educadora que teve prestígio social local e que, a partir de sua trajetória, possibilita ampliar o conhecimento sobre a educação vivenciada no sul do Piauí na segunda metade do século XX.

Este livro alimenta-se da intenção de desenvolver um estudo biográfico que teve como fio condutor o objetivo principal de biografar Maria Cinobelina Elvas com ênfase na sua atuação docente no cenário educativo de Bom Jesus-PI, mais especificamente, na Escola Normal.

O recorte temporal escolhido foi o período que compreende as décadas de 1970 e 1980.

As autoras partem do pressuposto de que a educação não é feita individual ou por sujeitos do sexo masculino, mas a partir de uma coletividade e por mulheres que vêm lutando ao longo do tempo por reconhecimento e por seus direitos. Assim, conhecer a trajetória profissional de mulheres que se dedicam à educação, que desempenham papéis comprometidos e ativos nesse contexto, possibilita sensibilizar o olhar para ver as vidas de tantas mulheres que tiveram suas histórias emudecidas.

A estrutura sobre a qual incidiu este livro, conduziu a feitura de cada capítulo. A Introdução é o primeiro capítulo e aborda os objetivos, a problematização, as justificativas, o referencial teórico-metodológico e, também, como se deu o encontro entre as pesquisadoras e a biografada. O capítulo seguinte, de abordagem metodológica, deu ênfase aos procedimentos teóricos, bem como aos referenciais como Micro-História, História Cultural, memória, metodologia da História Oral, biografia, assim como os procedimentos e fontes desenvolvidos na pesquisa.

O capítulo terceiro trouxe à baila, a contextualização histórica educacional da cidade de bom Jesus-PI. Já o capítulo quarto traz as trajetórias pessoais (escolarização, matrimônio, a morte inesperada e o reconhecimento póstumo) de Maria Cinobelina Elvas. O quinto, traz a atuação da biografada na Escola Normal Helvídio Nunes de Barros. O capítulo sexto traz as considerações finais.

Para finalizar, retomo as palavras da historiadora Michele Perrot, que dizem: “o momento, agora, é de fazer com que um público mais amplo tenha acesso às

descobertas dos historiadores. A história precisa sair das universidades e ganhar as ruas” (2019, p. 11). E é nessa perspectiva de ganhar novos ares, que o livro das autoras Maria Aparecida Alves da Costa e Lia Machado Fiuza Fialho possa despertar novos olhares, novas perspectivas e novos desejos de realizar empreendimentos de escrita biográfica, principalmente de mulheres.

Referência

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa traz a discussão acerca da biografia de Maria Cinobelina Parente Elvas Rosal, doravante, Cinobelina Elvas¹, professora que dedicou sua vida à profissão docente no cenário educacional de Bom Jesus – PI nas décadas de 1970 e 1980. Sua docência foi marcada em escolas estaduais, federais assim como também, na Escola Normal Helvídio Nunes de Barros. Optamos em discutir sua atuação apenas na Escola Normal, pois foi nessa instituição que Cinobelina passou maior parte de sua docência atuando de 1981 a 1988, sendo este último, o ano da sua morte. Sua docência, assim como sua vida, foi interrompida no dia 13 de março de 1988 quando a professora foi vítima de um acidente automotivo fatal na rodovia Amarante-Floriano no Piauí, quando voltava de uma formação de professores ofertada pela Universidade Federal do Piauí.

Nascida na cidade de Bom Jesus em 1946, cidade essa que era bem pequena na época, filha de família

¹ “Cinobelina ficou conhecida pelo seu nome de solteira mesmo depois de casada, pela grande influência política da família de seu pai”. (AURÉLIO ROSAL, 2018)

abastada, pois seu pai possuía influência política como prefeito da cidade. Cinobelina foi privilegiada em poder se dedicar apenas aos estudos durante o ensino primário e o secundário, inclusive com o secundário realizado no único Ginásio da cidade que era particular. Encontrando dificuldades para seguir seus estudos somente após seu casamento em 1963, quando deu uma pausa na sua formação em decorrência das atribuições trazidas pelo casamento, como os deveres com o marido e com os filhos. Antes mesmo de Cinobelina concluir o ensino secundário, já lecionava como professora leiga em algumas escolas estaduais. Ao término do curso na Escola Normal, a biografada se dedicou à docência na Escola Normal Helvídio Nunes de Barros onde se formou.

Biografar Cinobelina com ênfase em sua atuação na Escola Normal nos possibilita entender não apenas a importância das Escolas Normais no Brasil, especificamente, na região nordeste e nos municípios do interior, onde inexistiam, até então, cursos destinados a formar professores. No estado do Piauí assim como no município de Bom Jesus, cenário principal da pesquisa, não foi diferente.

As Escolas Normais a princípio se iniciaram na França e posteriormente espalharam-se pela Europa, chegando ao Brasil ainda na época colonial em 1835 na cidade de Niterói-RJ. Em seguida, ampliou-se para outras províncias brasileiras como, por exemplo: Bahia (1936), Ceará (1845), São Paulo (1846), e no Piauí (1864) (VICENTINI, LUGLI, 2009). As Escolas Normais tinham o objetivo de formar professores para o ensino elementar, visto que o desenvolvimento educacional do país deveria acontecer mediante a intervenção de professores que fossem bem preparados (SAVIANI, 2009).

O interesse pela presente pesquisa, parte da importância que damos à formação dos profissionais da educação, a fim de buscarmos compreender e mostrar que este fez parte de um processo histórico educacional na cidade de Bom Jesus-PI a partir do início da década de 1970, ano do surgimento da Escola Normal de Bom Jesus. O município de Bom Jesus, em pleno ano de 2019 não conta com um Programa de Pós-graduação em Educação e nem sequer com um curso de História², onde notamos a fragilidade da região com a falta de estudos sobre história e memória local.

A discussão sobre a formação docente tem ocupado espaço significativo não só em nível nacional, mas também em nível internacional. Considerando que é nesta formação que o docente reflete e ressignifica sua práxis de modo que sua prática se baseia em sua formação, pois só podemos transmitir o conhecimento que fora adquirido outrora (PIMENTA, 2012). Refletir as experiências formativas e educacionais de Cinobelina Elvas possibilita ampliar o conhecimento sobre a educação vivenciada no sul do Piauí na segunda metade do século XX.

A escolha pela biografada não se deu de forma aleatória. O que nos chamou atenção em Cinobelina Elvas foi o fato de essa professora, ter reconhecimento público por meio de votação na câmara dos vereadores local, com seu nome homenageado na Universidade Federal do Piauí, que está localizada na cidade de Bom Jesus.

² Fizemos um levantamento em relação aos cursos ofertados nas Universidades Estadual e Federal e não encontramos cursos ativos da área de História. Na implantação no ano de 1999 da Universidade Estadual do Piauí, havia o curso de licenciatura em História, porém concluíram apenas duas turmas. Por falta de assistência do poder público o curso foi extinto.

Intitulado Campus Universitário Professora Cinobelina Elvas de acordo com a resolução nº 041/05 elaborada no dia 10/10/2005 (anexo B). Levamos em consideração o reconhecimento da professora pesquisada, uma vez que seu nome serviu de homenagem para a única Universidade Federal do Sul do Piauí, nomenclatura concedida dezessete anos após seu falecimento.

Para nortear o prosseguimento da pesquisa, indagou-se: como se constituiu historicamente a trajetória docente de Maria Cinobelina Elvas para que esta galgasse o reconhecimento social expresso na denominação da única Universidade Federal do Sul do Piauí?

A dissertação em pauta tem como objetivo biografar Maria Cinobelina Elvas com ênfase na sua atuação docente no cenário educativo de Bom Jesus-PI, mais especificamente, na Escola Normal. Além do objetivo central, acrescentamos três objetivos específicos que foram necessários para o desenvolvimento do estudo, quais sejam: caracterizar historicamente o cenário educativo de Bom Jesus-PI, nas décadas de 1970 e 1980; desvelar a educação familiar e a escolarização fomentada à Maria Cinobelina; discutir a prática educativa de Cinobelina Elvas, especificamente, na Escola Normal de Bom Jesus-PI.

Podemos levar em consideração que, ressaltar a história de vida profissional nos dá liberdade de extrair possíveis informações sobre as experiências vividas, destacando-se os progressos ou retrocessos durante sua trajetória profissional. Partimos do pressuposto de que a educação não é feita individual, mas coletivamente, portanto existem diversos fatores que contribuem, para sua compreensão um deles é conhecer profissionais que se

dedicam à educação, desempenhando um papel comprometido e ativo no âmbito educacional.

De acordo com isso, podemos levantar a hipótese de que por meio da educação fomentada a Cinobelina Elvas, tanto familiar como educativa, a mesma pôde obter destaque social e em sua trajetória enquanto docente, sendo “imortalizada” na homenagem com a denominação da Universidade.

Buscamos deixar para a comunidade acadêmica a contribuição deste estudo a respeito de uma educadora que ganhou visibilidade social no imaginário dos bonje-suenses, mas não teve sua história registrada, uma vez que segundo levantamentos feitos no Banco de Dissertações e Teses do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), na base de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) assim como na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), não encontramos nenhuma pesquisa igual ou semelhante a esta, tornando-a pioneira na biografia de Cinobelina Elvas.

Com os estudos biográficos, temos a possibilidade de estudar o macro com o olhar do micro, pois concordando com Martinho Rodrigues “um dos principais motivos pelos quais se fazem estudos biográficos é conhecer melhor a sociedade e a cultura através da pessoa biografada” (2015, p. 65). Podemos considerar que a pesquisa desenvolvida é uma biografia de uma professora que teve destaque na educação piauiense, uma vez que consideramos:

Em uma biografia temos a história de outras pessoas e informações sobre uma sociedade e todo o seu contexto histórico, político, econômico e cultural.

Afinal, os indivíduos não estão à margem de nenhuma sociedade, eles estão inseridos nela (ALMEIDA, 2013, p. 1098).

Vimos nas palavras da autora, que a biografia é um dos principais registros que podemos fazer sobre a vida de alguém que teve uma contribuição não só na área educacional, mas também em várias outras, uma vez que valorizamos o legado que foi deixado pela biografada, onde seus atos marcantes precisam ser revistos, não para que sirvam de cópias para os demais, mas para que sirva de reflexão diante de uma prática autêntica para novos conceitos ou atitudes.

Baseamo-nos em estudos da História Cultural, nos quais Burke (2010) ressalta que a história pode ser narrada considerando novos sujeitos, novos problemas e novas abordagens. Em consonância, como procedimento metodológico, estamos ancorados na História Oral, como fonte primária, pois a mesma nos possibilita entrar em contato com as narrativas de sujeitos que estiveram presentes de forma direta na vida da biografada. Em relação às técnicas utilizadas, tivemos o suporte das entrevistas com familiares, ex-alunos e amigos que foram gravadas, transcritas e validadas pelos responsáveis. Vale ressaltar que usamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual todos os entrevistados assinaram, autorizando o bom uso das fontes colhidas. Utilizamos fontes documentais como imagens, Regimento Interno da Escola Normal e Histórico Escolar da Escola Normal.

Para o prosseguimento da nossa pesquisa, e também a fim de que a mesma se torne científica, amparamo-nos em um referencial teórico-metodológico baseado

em autores que discutem acerca da História: Hobsbawm (2013); História da Educação: Burke (2005, 2010), Saviani (2009, 2013); Micro-história: Lima (2006), Levi (1992); Memória: Le Goff (1984, 1996); Biografia: Loriga (2011), Dosse (2015); História Oral: Alberti (1989, 2005), Thompson (1992), Bosi (1994), Meihy e Holanda (2007), dentre outros.

1.1 O “encontro” com Cinobelina Elvas³

O desejo da realização desta pesquisa surgiu desde os fundamentos estudados em discussões nas disciplinas durante o curso de Pedagogia, destacando-se: Filosofia da Educação, História da Educação, entre outras. Partimos do pressuposto de que o contexto educacional é composto de novas vivências, de experiências e de conquistas que venham a somar de forma significativa o processo educativo.

Ao término da graduação em Pedagogia no mês de dezembro de 2013, em que tínhamos finalizado uma pesquisa de TCC intitulada: *Educação na sociedade pós-moderna: um desafio para educadores na atualidade*, que era mais da área da Filosofia do que da Pedagogia, devido à aproximação e ao interesse maior sobre Filosofia, percebemos que uma das coisas que queria fazer além de lecionar em turmas que concerne a um pedagogo, era continuar no campo da pesquisa.

O mestrado seria uma opção para dar continuidade a esse desejo, porém na cidade em que residia, não possuía mestrado em Educação, pois o Programa de

³ Peço licença para escrever esse tópico em 1ª pessoa, mesmo compreendendo que a pesquisa foi realizada em parceria com a professora orientadora Lia Fialho.

mestrado assistido pela Universidade Federal do Piauí, no campus de Bom Jesus- PI consistia apenas na área das Ciências Agrárias. Em todo o Piauí existe somente um Programa de Pós-Graduação em Educação, que fica a cerca de 650 km de distância de Bom Jesus, ou seja, implantado na capital piauiense, Teresina.

Com o intuito de aperfeiçoar cada vez mais os conhecimentos e diante da impossibilidade no momento de cursar um mestrado, entre os anos de 2014 a 2017 a participação em eventos da área da História da Educação, contribuiu de forma significativa para o interesse na temática. Dentre esses eventos, podemos citar duas edições (XII, XIII) do Encontro Cearense de História da Educação (ECHE) do Núcleo de História e Memória da Universidade Federal do Ceará (UFC), e duas edições (II, IV) do Seminário de Práticas Educativas Memórias e Oralidades (SEPEMO) do grupo de estudos Práticas Educativas Memórias e Oralidades (PEMO) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Durante as discussões nos eventos sobre a história da educação, o interesse em pesquisar sobre o assunto, crescia de forma contínua.

Os eventos acerca da história da educação eram frequentes, porém em 2016 participei de uma banca de TCC do curso de Pedagogia da UESPI da qual a pesquisa era intitulada: *Biografia de Dom José Vasquez Díaz* e foi aí que houve o despertar para pesquisas biográficas. Em 2017, já tinha conhecimento da linha de pesquisa *Arte, Memória e Formação* do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE, pois já havia pleiteado uma vaga na seleção de mestrado, mas não tinha conseguido aprovação. Investiguei o currículo Lattes de alguns professores e notei que uma professora trabalhava com memória,

biografia e oralidades. Diante disso, vi a possibilidade de elaborar um projeto sobre biografia de mulheres.

Na cidade onde residia, ou seja, em Bom Jesus-PI seria difícil encontrar uma educadora que tivesse destaque social ou que tivesse algo relevante para justificar a escolha do projeto de pesquisa. Fiz o levantamento dos nomes das escolas da cidade e a conclusão a que cheguei é que a maioria era intitulada com nomes apenas de ex-políticos locais ou estaduais. E em meros deslizes da memória não me lembrei de pesquisar os nomes das universidades ali presentes. Em 2017, trabalhava em uma escola particular de Ensino Fundamental, onde uma das professoras do quadro docente era Maria Júlia Elvas (filha de Cinobelina Elvas) e comentei que estava pesquisando uma educadora para realizar um projeto de mestrado, mas que estava com dificuldades. Até então, eu não sabia que Maria Júlia era filha de Cinobelina Elvas. Maria Júlia começou a falar de suas ex-professoras e disse que sua mãe também tinha sido sua professora. E explicou o fato ocorrido sobre a morte de sua mãe, assim como a homenagem que a Universidade Federal fez para ela.

Naquele momento eu senti que tinha encontrado a minha biografada. Uma educadora, homenageada pela única Universidade Federal do Sul do Piauí, pois não é corriqueiro no Sul do Piauí as mulheres terem tal reconhecimento. E a partir daí, vieram os questionamentos: Quem foi Cinobelina Elvas? O que essa professora fez de tão inovador para galgar tal reconhecimento? Desde então, fiz o projeto e participei das etapas da seleção da qual fui aprovada com o projeto sobre a biografia de Cinobelina Elvas.

Finalizando a justificativa pessoal, informamos que a dissertação foi tecida da seguinte forma: iniciamos com a introdução em que esclarecemos nosso objeto de estudo, nosso problema, nossos objetivos, fundamentação enquanto pesquisa acadêmica e justificativa das motivações para o desenvolvimento da mesma e relevância. No capítulo seguinte, trouxemos os pressupostos teóricos metodológicos, discutindo as categorias que compreendem a Micro-história, a História Cultural, a História Oral, a Memória e a Biografia, bem como apresentamos as fontes da pesquisa. Consideramos esse capítulo de cunho mais teórico, visto que fizemos uma revisitação histórica acerca das categorias mencionadas acima.

No Capítulo intitulado “Contextualização do cenário educacional de Bom Jesus-PI”, abordamos a educação bonjesuense nas épocas de formação e trajetória profissional da nossa biografada, contextualizando historicamente seu cenário educativo. Na escrita do capítulo seguinte, abordamos a etiologia familiar de Cinobelina, ou seja, parte-se de sua biografia, permitindo conhecermos sua vivência familiar e sua formação educacional e início da sua trajetória profissional. Já no último capítulo, trouxemos a formação de professores através da escola Normal, sua atuação enquanto professora normalista e sua contribuição para a educação na cidade de Bom Jesus-PI. Por fim, reportamo-nos às nossas considerações finais acerca do desenvolvimento da pesquisa, análises e contribuições que o estudo desvelou ao longo de sua tessitura.

2 PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para o prosseguimento do estudo em tela, que tem como objetivo central biografar Maria Cinobelina Elvas com ênfase em sua atuação na Escola Normal de Bom Jesus-PI valorizamos uma pesquisa baseada nos estudos da História Cultural, que consideramos ser importante para nosso referencial teórico-metodológico, porquanto julgamos tal aporte como parte indispensável para um trabalho acadêmico.

2.1 A Micro-história e a História Cultural

Pois conhecer o passado é uma façanha tão extraordinária quanto alcançar o infinito ou contar estrelas, já que, mesmo bem documentado, ele tende a se tornar fugidio e imenso em sua extraordinária dimensão e variedade de situações

(LOWENTHAL, 1981, p. 73).

Tomando a epígrafe para início da discussão desse tópico, a mesma nos faz refletir sobre a importância do passado e sua dimensão enquanto memória que não vale ser esquecida, pois as situações que foram vivenciadas

outrora nos servem de base para ações futuras. A história se faz presente em todos os âmbitos da vida humana, ainda que a mesma, por muito tempo, serviu apenas para contar os feitos dos grandes heróis, sejam eles reais ou imaginários (BURKE 2005).

Sabemos que o surgimento da narrativa histórica vem desde os tempos remotos, quando Heródoto (485-425 a.C.), filósofo grego, iniciou a escrita de suas memórias, sistematizando os acontecimentos da época, como guerras e conflitos entre países, como exemplo a Grécia e a Pérsia, uma vez que os conflitos por territórios, principalmente vizinhos, eram frequentes (HOBSBAWM, 2013).

Pensar a história nos remete falar dos reflexos presentes com base nos acontecimentos passados, sendo que o “passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBSBAWM, 2013, p. 25).

Partindo dessa definição, vemos que o passado possui um valor inestimável em relação à constituição da história, sendo ele o elemento responsável para a consolidação da mesma. A concepção de história, no entanto, sofreu alterações ao longo dos tempos, especialmente com a abertura para novas abordagens, a exemplo da Micro-história e da História Cultural.

Voltaremos um pouco ao século XVIII, chamado de o século das luzes para entendermos a importância do Iluminismo para o desenvolvimento da história, ou seja, as mudanças de paradigmas. O Iluminismo foi um movimento intelectual que teve como cenário principal a Revolução Francesa, sendo a França um dos países que se destacou em relação aos avanços ideológicos e filo-

sóficos pela busca da racionalidade e cientificidade dos fatos, abolindo toda e qualquer ideia teocêntrica que se fazia presente na Europa.

Para Giles (1987, p. 171) o Iluminismo,

Representa a reação contra o autoritarismo religioso e político, contra as desigualdades sociais e as rígidas distinções de classe. Representa o protesto contra as formas remanescentes da época feudal na vida intelectual, nos hábitos não-científicos do pensamento, e contra as teorias que insistem na impotência humana. Na base dessa rejeição encontra-se uma fé inabalável na ciência, na razão humana e no próprio homem.

Uma das correntes do Iluminismo que mais se destacou foi o Positivismo, que teve seu maior crescimento no século XIX. Sua principal ideia era a de que o conhecimento científico dependia apenas de comprovações para sua existência. Nesse cenário, importa refletir como se percebia a História, as subjetividades e o passado enquanto memória. Aspectos estes que revelam permanências e mudanças no campo histórico.

No auge do positivismo, a história não deixou de existir, mas ficou em segundo plano, obscurecida, manifestada somente por meio de documentos que comprovassem o “verdadeiro” sentido dos acontecimentos. Mesmo assim, como destaca Hobsbawm, o positivismo teve sua parcela de contribuição para a culminância da história,

O positivismo, filho tardio do Iluminismo do século XVIII, não conseguiria conquistar nossa admiração

irrestrita no século XIX. Sua contribuição à história foi a introdução de conceitos, métodos e modelos das ciências naturais na investigação social, e a aplicação à história, conforme parecesse adequadas, das descobertas nas ciências naturais. (HOBSBAWM, 2003, p. 203-204).

Percebemos então, que o positivismo teve sua contribuição para a história, mas de forma indireta. Era mediante seus moldes, que partissem de uma investigação social por meio dos conhecimentos científicos, ou que exaltassem a figura dos grandes feitos da coroa ou de pessoas da igreja. Partindo do pressuposto de que o positivismo surgiu na França, embora tenha se espalhado por outros países da Europa, como a Itália, por exemplo.

Já na Alemanha, os intelectuais eram adeptos de outra corrente filosófica, o Marxismo⁴, tendo como principal idealizador, Karl Marx, em que suas ideias iam contra aos objetivos do positivismo.

A influência marxista até agora mais eficaz é parte de uma tendência geral de transformar a história em uma das ciências sociais, uma tendência a que al-

⁴ O marxismo pode ser entendido como um conjunto de ideias desenvolvidas a partir das obras de Karl Marx e Friedrich Engels e que causaram grande impacto no mundo todo. Como corrente teórica, o marxismo oferece um método específico para a análise social de alguns aspectos da sociedade moderna, especialmente aqueles ligados aos conflitos de classe e a organização produtiva. O marxismo é uma teoria sobre a evolução da sociedade que pretende explicar cientificamente o capitalismo. Além disso, também se apresenta como uma corrente política voltada para a transformação radical da ordem socioeconômica. O termo “marxismo” só passou a ser utilizado anos após a morte de Marx e agrega pensamentos distintos e, às vezes, até discordantes. Vejamos alguns pontos de comum acordo entre os marxistas. Disponível em: < <https://www.infoescola.com/sociologia/marxismo/> >. Acesso em 07/12/2018.

guns resistem com maior ou menor sofisticação, mas que indiscutivelmente tem sido a tendência em vigor do século XX. A principal contribuição do marxismo a essa tendência do passado foi a crítica ao positivismo, ou seja, das tentativas de assimilar o estudo das ciências ou assimilar o humano ao humano. (HOBBS-BAWM, 2003, p. 210).

Diante da citação acima, vimos que o marxismo contribuiu de forma direta para as ciências sociais, sobretudo para a História. Foi a partir do pensamento de Karl Marx que podemos encontrar uma preocupação com a visibilidade dos que eram excluídos da sociedade, sendo que sua principal crítica era sobre o modelo econômico da época, ou seja, o capitalismo, que favorecia as classes de poder aquisitivo maior, enquanto a “classe trabalhadora” vivia à margem da sociedade.

Sua crítica ao positivismo possibilitou um novo olhar sobre a história, visto que não eram apenas as pessoas de poder aquisitivo maior e prestígio social que poderiam contribuir com a história das sociedades, mas, também, os que viviam à margem, todos os sujeitos, surgindo assim o pensamento sobre a micro-história, pois podemos analisar uma situação em um contexto micro para entender o macro, como veremos mais adiante.

Foi apenas na década de 1920, no pós-primeira Guerra Mundial, mais precisamente em 1929, que surgiu a Escola de Annales, na França, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre, em que:

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia

como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. (ODALIA, 2010, p. 8)

Importa ressaltar que a partir dos *Annales*, a história tomaria um novo rumo, com outros olhares, sem ser apenas voltado para o viés econômico, desfocando-se assim da perspectiva econômica de Marx. O homem iniciaria a escrita de uma “nova história”, mediante seu entendimento sobre os acontecimentos (BLOCK, 1992), pois já não se concebia uma história neutra, única ou inquestionável.

Como foi dito anteriormente, em 1929 Marc Block e Lucien Febvre fundaram a Revista dos *Annales*, como era conhecida em seu surgimento, posteriormente denominada Escola dos *Annales*. *La nouvelle histoire*, termo francês utilizado para denominar um novo tipo de história, revolucionou a historiografia no século XX, trazendo propostas inovadoras e originais na França e em seguida, em toda a Europa. Os principais objetivos da Revista dos *Annales* como se pode analisar nas palavras de Burke (2010, p. 12) eram:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas da história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras.

Percebemos que os objetivos da revista dos *Annales*, iam ao encontro de algumas transformações sociais, ou seja, a substituição da narrativa tradicional, por uma narrativa através dos problemas, dos acontecimentos, o que seria o pontapé inicial para uma história diferenciada do que tínhamos sob as amarras do positivismo. A valorização de outras histórias, e não apenas a história política ou econômica, trouxe consigo um modo de pensar diferenciado, afinal não acontecia fatos importantes apenas na esfera do poder ou das massas, mas sim, em diversos campos, como por exemplo, a cultural e a social. Era a história na interface com outras áreas, como a sociologia e a antropologia, por exemplo.

O movimento dos *Annales* foi dividido em três fases, ou seja, três gerações diferentes, porém com o mesmo objetivo, em que a primeira fase deu-se a partir de 1920 a 1945 caracterizando-se por ser um movimento pequeno, radical e subversivo, com argumentos contra a história tradicional e política. Já a segunda fase aproxima-se de uma “escola” com conceitos diferentes e novos métodos, com a liderança de Fernand Braudel. A terceira inicia-se por volta de 1968, marcada pela fragmentação. Nesta fase uma “escola” unificada apenas para os admiradores externos e seus críticos domésticos, dando pouca importância à política e à história dos eventos (BURKE, 2010).

Em relação à afirmação acima citada, Burke (2010, p. 13) ainda ressalta:

A história dos *Annales* pode assim ser interpretada em termos da existência de três gerações, mas serve também para ilustrar o processo cíclico comum segundo o qual os rebeldes de hoje serão o *establishe-*

ment⁵ de amanhã, transformando-se, por sua vez, no alvo dos novos rebeldes.

Das três gerações dos *Annales*, a terceira é a que mais nos identificamos como abordagem teórica, uma vez que a mesma é marcada pela fragmentação, ou seja, que leva em consideração a história de sujeitos invisibilizados pela sociedade, como por exemplo, mulheres, crianças, ou até mesmo acontecimentos sociais, a partir de um olhar micro-histórico. Jacques Le Goff⁶ que estava à frente dessa terceira geração, objetivava a multiplicidade de métodos de fazer história e também à exposição dos diferentes sujeitos que a historiografia, historicamente vinha invisibilizando.

Comungamos com Machado quando aborda sobre um novo olhar em relação à história, na qual:

Possibilitou restituir aos indivíduos, em particular, às comunidades, em geral, o sentido e as significações das histórias singulares construídas em torno de pessoas ; restituiu, também, a tomada de consciência das diferenças que particularizam os grupos, as pequenas comunidades, os territórios, os marginais e os excluídos da história, como as mulheres, os mendigos, os operários, os prisioneiros, os loucos, os vagabundos etc. (MACHADO, 2006, p. 17)

Considerando o novo percurso da história, nos faz refletir sobre uma sociedade em geral, história singular

⁵ Termo da língua inglesa que se refere a grupos de pessoas que detêm maior parte do poder, de influência no Estado ou na sociedade.

⁶ Historiador francês, (1924 – 2014) Especialista em História Medieval. Membro da Terceira Geração dos *Annales*, juntamente com Pierre Nora, entre outros.

de pessoas comuns que eram anônimas perante a sociedade e que foram gradativamente, ocupando seu lugar social. Desse modo podemos afirmar que esse novo viés sobre a história, é interpretada por Burke (2005) como História Cultural, base teórica que a nossa pesquisa se ampara. Burke afirma que “a história cultural não é uma descoberta ou invenção nova. Já era praticada na Alemanha com esse nome (*Kulturgeschichte*) há mais de 200 anos” (BURKE, 2005, p. 15).

Embora a História Cultural seja praticada em remotos dois séculos, foi apenas a partir da Escola dos *Annales* que a mesma ensejou maior visibilidade, através das contribuições da micro-história. A micro-história surgiu a partir de 1970 em Ancona,⁷ por pesquisadores italianos, dentre eles, Pasquale Villani, Edoardo Grendi, Giovanni Levi. A mesma se encontra:

Num contexto geral de discussões em torno da história social, da etnohistória e da busca pela interdisciplinaridade nas ciências sociais. [...] Já em 1978, a micro-história emergia como título de um número dos *Quaderni Storici*. Segundo Espada Lima, a partir do ingresso desses novos integrantes, foi possível a configuração dos elementos do debate sobre a *microstoria*, expresso na centralidade da história social, dos estudos de famílias e comunidades e da apropriação de perspectivas teóricas oriundas do contato com a antropologia histórica. (LIMA, 2008, p. 236)

Conforme o autor citado, a micro-história surgiu por intermédio das discussões acerca da história social,

⁷ Comuna italiana, capital da província homônima e da região de Marcas.

uma vez que a mesma buscava a explicação de um contexto macro, sob o olhar e a análise do micro. Para Xavier (2014, p.123), “o recurso da Micro-História contém na veia uma produção historiográfica circunscrita, direcionada para pesquisas do gênero biográfico, história de vida, autobiografias e histórias de pessoas comuns e/ou anônimos da história”.

Ainda sobre a micro-história, interessa ressaltar que esta colabora com o:

Estudo de valores e de comportamentos de comunidades mais restritas, de ideias, contradições, crenças, experiências heterogêneas, que constituiriam itinerários individuais e visões de mundo tidas frequentemente como homogêneas, por pertencerem diretamente à cultura dominante das sociedades. (MACHADO, 2006, p. 18).

A partir dessa afirmação, tomamos consciência da importância da micro-história, pois a mesma nos possibilita construir histórias a partir de pessoas comuns. Nesse sentido, a pesquisa em tela, retrata a vida de Cinobelina Elvas a partir de sua trajetória docente, a fim de entendermos o contexto educacional da época, principalmente na Escola Normal em Bom Jesus-PI, na interface com a história educacional e profissional de Cinobelina Elvas.

Ao compreender a micro-história nessa perspectiva, concordamos que a mesma analisa todos os possíveis aspectos da constituição de uma história, pois a análise das diferentes tradições, ideias e até mesmo experiências, contribuindo para a formação e compreensão de um acontecimento social. Temos o exemplo de uma das

principais obras de Ginzburg, *O queijo e os Vermes*, onde o autor demonstra o dia a dia de um moleiro perseguido pela inquisição. Isso nos remete que o autor partiu do contexto individual para chegar ao coletivo. Parte-se de um personagem anônimo até chegar às características gerais da junção dos fatos ocorridos numa sociedade (MACHADO, 2006). Não muito diferente fizemos com a biografia de Cinobelina Elvas, pois, desde a narrativa de sua história, possibilitamos ampliar compreensões sobre o contexto educacional de Bom Jesus.

A micro-história possui um campo vasto de investigação, sendo ela um recurso da História Cultural, trazendo assim, a história do cotidiano de pessoas comuns, por meio da ligação do micro para chegar ao macro. Sobre a história do cotidiano, podemos afirmar que:

É uma visão autêntica da história porque representa uma das melhores formas de abordagem da história global, na medida em que atribui cada ator a cada elemento na realidade histórica um papel, no funcionamento dos sistemas que permitem decifrar essa realidade (LE GOFF 1984, p. 81).

Desse modo, a história do cotidiano contribui com a micro-história no sentido da reflexão dos detalhes da própria realidade, nos aproximando do sujeito investigado, neste caso, Cinobelina, observando com clareza e objetividade o funcionamento e a repercussão do macro a partir do micro. “O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos” (BARROS, 2007, p. 169).

Para tanto, a abordagem micro-histórica possibilita inúmeras alternativas de investigação ao objeto desse estudo, entre eles o uso da metodologia da História Oral, pautada na memória e na narrativa, como veremos com mais detalhes no subtópico seguinte.

2.2 A memória e a metodologia da História Oral

“Não lembro não... só de aposentada eu já tenho mais de 20 ano.”

Dionéia Crispim (2018).

Iniciamos a discussão desse subtópico com uma das falas de uma entrevistada da pesquisa, pois nos chamou atenção que, em sua contribuição enquanto narradora, ela ressalta que não lembra de muita coisa, porque já se passou muito tempo, isso dificulta suas lembranças, logo não poderia contribuir muito para nossa pesquisa. O esquecimento, no entanto, faz parte do trabalho da lembrança, importa tanto quanto a memória e a história, pois essa dupla dimensão se perde quando há esquecimento (SOUSA, 2009).

É fato que nos baseamos em acontecimentos remotos, no intuito de entendermos os eventos presentes e até mesmo futuros, pois fazemos história, e essa construção da história é tecida pelos laços da memória. A memória, partindo da sua etimologia latina, *memor*, que significa “aquele que se lembra”, *substantivo feminino* que nos afirma ser a “faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos” (AURÉLIO, 2005, p. 182).

E é partindo disso que a discussão agora vai ao encontro das contribuições que a memória nos oferece

para enriquecimento das fontes. Podemos chamar a memória de passado ou até mesmo de lembrança, porém, como sabemos, a memória tem a função de guardar os acontecimentos de tempos longínquos e também sobre os fatos do presente. Na Antiguidade grega, por exemplo, a população tinha a concepção de memória como algo surreal, protegida pela deusa Mnemosyne. Já em outras civilizações, como a romana, a memória era vista como auxílio para o melhoramento da retórica (SOUSA, 2009).

Independente da percepção, não se pode falar de memória sem mencionar o esquecimento, uma vez que a memória é seletiva, pois, na maioria das vezes, o que mais lembramos são coisas que selecionamos como mais relevantes, e sendo importantes precisam ser lembradas. Muitas vezes, preferimos esquecer situações que nos trazem certo desconforto, porém não é tão fácil, como já abordado, a memória é seletiva, logo ela “[...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 2006, p. 94). Inclusive “quando a recordação envolve dor, sofrimento e tristeza, o corpo reage de forma sistêmica, respondendo às reconstruções da memória” (MAGALHAES JUNIOR, 2003, p. 44).

Temos um debate recorrente entre a história e a memória, mas as duas não são sinônimas, uma depende da outra. Como aponta Le Goff (2003, p. 471) “a memória na qual cresce a história, por sua vez, a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.” Desse modo, a história é constituída por intermédio da memória.

A dissertação em pauta se apropria de memórias de sujeitos que estiveram presentes no cotidiano da biografada Cinobelina Elvas, uma vez que por meio das contribuições das narrativas dos mesmos, foi possível construirmos sua trajetória de vida tanto educacional, como profissional, ensejando sua prática enquanto professora normalista.

Comungamos com Nora quando nos lembra de que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas vitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9).

Partindo dessa premissa, notamos as diferenças entre história e memória, uma vez que as mesmas se complementam de forma singular. A memória é viva porque faz parte dos indivíduos através de suas lembranças vividas no cotidiano. Quando investigamos algum acontecimento, o uso da memória é frequente, pois a lembrança se faz presente para que possamos explorar informações sobre o passado.

A memória possui uma ligação direta com o tempo, pois a mesma se constitui com o passar dos dias, dessa

maneira, a “memória é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” Bosi (1993, p. 281). É formada por intermédio de lembranças de acontecimentos individuais ou coletivos, uma vez que os indivíduos estão inseridos em contextos sociais diferentes, como escolas, igrejas, clubes e a sua própria casa, ou seja, a memória é formada por acontecimentos em tempos diferentes, pois o “tempo social absorve o tempo individual mais próximo dele. Lembrando que cada grupo, cada indivíduo vive o seu tempo social de maneira diferente, o tempo da família, o tempo da escola, o tempo do trabalho” (SOUSA, 2009, p. 48).

A história faz parte da vida humana de forma implícita e explícita, mas nem sempre foi valorizada. Ao longo do processo da historiografia, a história era contada apenas por documentos chancelados pelas autoridades da época, como o governo e a igreja. A partir do movimento dos *Annales* (1929) como já citamos anteriormente, surgiu uma nova forma de ver e entender a história, e a História Oral ganha relevância, metodologia esta que tem suporte nas narrativas de pessoas que presenciaram fatos e acontecimentos importantes para a humanidade.

A Oralidade possui sua identidade desde os primórdios da humanidade, uma vez que a “fala” propriamente dita ainda não era desenvolvida, mas através de sons e gestos conseguiam se comunicar.

Com certeza, a oralidade, ao lado dos sinais e gestos, desde os tempos primitivos, serviram como os principais canais de ensino-aprendizagem para a sobrevivência e desenvolvimento do ser vivente. A oralidade funciona como mola mestra de transmissão e

aquisição da cultura desde as comunidades primitivas até hoje, sobretudo nas coletividades sem escritas e iletradas. (XAVIER, 2014, p. 112).

É mediante a Oralidade que várias tradições foram passadas de geração em geração. Com a contribuição da memória, a História Oral ganha nome e reconhecimento, a partir de meados do século XX, quando a mesma foi considerada uma metodologia e não apenas uma fonte. Como ressalta Alberti, “a história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita” (ALBERTI, 2015, p. 156).

A princípio, a História Oral era tratada em alguns países da Europa, por exemplo, na Alemanha como “Outra História”, ou seja, era uma nova maneira de a história ser contada, porém sendo denominada como outro tipo de história e não um novo jeito de se fazer História, “de fato especialmente nos países germânicos, muitos são os que sustentam a pretensão da história oral a ser uma “outra história”” (FRANÇOIS, 2006, p. 4). As críticas em relação à História Oral sempre tiveram seu lugar, já que por muito tempo houve a ideia de que a história só era válida quando subsidiada por documentos escritos, levando em consideração o argumento da fragilidade da memória humana e a exigência da possibilidade de uso de provas por uma comunidade científica (CELAU, 2014).

A História Oral foi se consolidando e se tornando uma metodologia usada frequentemente para o procedimento de pesquisas, nas quais assumiu credibilidade no mundo. Já em nosso país se deu “[...] as experiências

sistemáticas no campo da História Oral no Brasil, foram iniciadas em 1975 a partir de cursos fornecidos por especialistas mexicanos e norte-americanos na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro” (FERREIRA, 1994, p. 08). Logo se deu a importância da História Oral para o enriquecimento das pesquisas e segundo Alberti:

O trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados (ALBERTI, 2005, p. 24).

A autora nos propõe a severidade científica da pesquisa mediante a História Oral, em que o pesquisador faz a coleta de dados, porém o mesmo precisa ter um conhecimento aprofundado em torná-la ciência, pois “[...] transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira”. (THOMPSON, 1992, p.137). Os pesquisadores que se apropriam da oralidade, abrem um leque amplo para os nossos conhecimentos por intermédio da inter-relação história e memória, uma vez que, esta enquanto procedimento prático do campo da historiografia traz um reconhecimento de trajetórias de indivíduos que são sujeitos históricos, independente de pessoas prestigiadas no âmbito econômico ou político.

A História Oral hoje é uma metodologia que, por meio de técnicas de coleta de dados, como as entrevistas gravadas, transcritas e textualizadas, reconstitui um

fato histórico, recorrendo às narrativas de um indivíduo ou de um coletivo. Logo, “a história oral é um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas sociais” (ALBERTI, 2015, p.164). Escolhemos a metodologia da História Oral, para biografar Cinobelina Elvas porque vimos a possibilidade de chegar aos objetivos propostos a partir de tal metodologia, uma vez que a mesma nos permite o trabalho com entrevistas com pessoas que estiveram presentes no cotidiano da biografada.

As entrevistas em História Oral segundo Meihy e Holanda (2007, p. 14), “é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim”. Todavia, as entrevistas integram a História Oral como parte do conjunto de fontes orais, e não como um todo.

Para chegarmos aos nossos objetivos propostos realizamos entrevistas abertas, ou seja, o entrevistado teve total liberdade de recorrer às suas memórias e narrá-las de forma tranquila, contando suas experiências, informando sobre os acontecimentos que teve em comum com o objeto pesquisado.

2.3 Biografia

Diante de uma historiografia constituída ao longo do tempo sobre biografia, consideramos importante abordarmos um pouco sobre o tema, uma vez que o estudo desenvolvido é biográfico. A utilização do termo

biografia não é recente, pois “desde os antigos, o gênero biográfico conformou-se em uma série de discursos narrativos consagrados à busca de tornar presente a trajetória passada de um indivíduo, figurar no instante remoto e o desejo de imortalizar o personagem” (AVELAR, 2012, p. 63).

O gênero biográfico é considerado antigo, embora seu objetivo principal fosse distinto: imortalizar personagens, ou seja, registrar fatos heroicos por intermédio das narrativas sobre os acontecimentos da época. Como clássico do gênero biográfico, “a guisa de exemplo, podemos citar na Grécia arcaica, *Iliada e Odisseia* atribuídas como produção e tradição da poesia oral do poeta grego Homero do século VIII” (XAVIER, 2014, p. 130).

Ainda sobre o surgimento da biografia, Loriga afirma que a biografia:

É desde a origem, um gênero híbrido e compósito. Equilibrando-se sempre entre verdade histórica e verdade literária, sofreu profundas transformações ao longo do tempo-quanto à escolha e à elaboração dos fatos do estilo narrativo (2011, p. 18).

O gênero biográfico centrava-se na escrita de heróis ou até mesmo nas escritas sobre mártires e hagiografias como forma de exemplos pedagógicos para a sociedade, uma vez que na Idade Média a Igreja e o Estado detinham o “poder”. Mas, vale destacar que esta é uma discussão que não vamos adentrar nessa dissertação, nos ocuparemos apenas com a biografia na Idade Moderna, especificamente a partir da segunda metade do século XX. Período em que a compreensão do gênero bio-

gráfico sofreu maior alteração, dando lugar às histórias de múltiplos sujeitos.

Como já foi citado anteriormente a *Escola dos Annales* revolucionou a historiografia no século XX, por meio de estudos utilizando diversas fontes de análise. Os *Annales* impulsionou o estudo biográfico a partir da sua segunda geração, com o auxílio da micro-história. O estudo biográfico passa a importar na elaboração da história, pois uma “biografia não se limita à singularidade da personagem estudada. Esta deve ser um ícone de uma época, de um conjunto de instituições sociais, como família, organização política ou costumes” (MARTINHO RODRIGUES, 2015, p. 57).

Concordamos com Martinho (2015) quando afirma que a partir da vida de um personagem, podemos chegar a informações importantes sobre uma época que nos seja relevante. Nessa direção, por meio da biografia de Cinobelina, podemos extrair informações pertinentes à sua educação, na qual podemos entender o viés educacional em que a mesma estudou e posteriormente foi docente, assim como contextos sociais, culturais, políticos, etc. Nessa mesma perspectiva, Dosse (2015, p. 123), afirma que “a biografia é um gênero antigo, que disseminou tendo por base a noção de *bioi* (*bios*) e não se ocupa de retrair apenas a “vida”, mas também a “maneira de viver””, ou seja, a biografia não se aplica apenas à vida de um personagem, mas sim à maneira de ser do indivíduo e da sociedade.

É notória a importância da biografia para a construção da historiografia, como menciona Almeida (2012):

Muitas vezes precisamos da história de vida de outras pessoas para podermos compreender alguns

atos ocorridos em um determinado tempo e local. Em uma biografia temos a história de outras pessoas e informações sobre uma sociedade e todo o seu contexto histórico, político, econômico e cultural. Afinal, os indivíduos não estão à margem de nenhuma sociedade, eles estão inseridos nela (ALMEIDA, 2012, p. 52).

Para a construção de uma biografia, precisamos tomar consciência de que estamos lidando com a vida de uma pessoa ou de um personagem que viveu em determinada época, seja igual ou diferente da nossa, abordando diversos fatos ocorridos com o biografado, sem anacronismo, interpretando-os à luz do contexto do período em análise.

Vilas-Boas (2014) nos orienta a seis critérios a serem seguidos no decorrer de uma escrita biográfica, sendo eles:

Descendência, em que relativizo a ideia de uma herança familiar explicativa do ser (biografado); *Fatalismo*, em que considero fictício qualquer personagem real visto como predestinado vencedor; *Extraordinaridade*, em que critico os preconceitos decorrentes da crença em uma genialidade inata; *Verdade*, em que desmistifico a biografia como a verdade, somente a verdade, nada mais sobre a verdade sobre uma pessoa; *Transparência*, em que proponho que os biografados também se revelem ao longo dos textos; *Tempo*, em que mostro que a narração biográfica linear-cronológica é uma limitação filosófica quanto narrativa (VILAS-BOAS 2014, p.11).

O autor nos faz refletir sobre o que diz respeito às nossas escritas biográficas, uma vez que uma biografia não é só uma escrita de uma vida por uma vida, ou um simples relato dos acontecimentos de uma vida, existem detalhes que devemos analisar as causas e efeitos dos acontecimentos através de cada critério, várias interpretações de um fato, pois, os vários aspectos de uma vida não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação, na ideia de identidade (AVELAR, 2012, p. 71).

Vale lembrar que a biografia de Cinobelina é uma biografia situada dentro dos critérios da História da Educação, em que visamos compreender a educação vivenciada enquanto professora normalista no município de Bom Jesus-PI. Existem outras escritas biográficas, as de cunho jornalístico ou até mesmo romancistas, contudo este que não iremos aprofundar nessa dissertação, já que o pretendido aqui é o desenvolvimento de um estudo acadêmico que faz uso de um percurso metodológico criterioso para a elaboração de uma pesquisa científica séria que se apropria de fontes orais como subsídios principais, mas não desconsidera outras fontes documentais, entrecruzando-as para ampliar a compreensão histórica do campo educacional.

2.4 Procedimentos da pesquisa e fontes

Como se pesquisa a vida de um indivíduo? Por intermédio das “vozes” que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registradas, ou seja, por meio das chamadas fontes documentais. Como “sem documentos não há História”, os ves-

tígios que encontramos em boa medida condicionam nossa ambição de investigação.

Borges, (2015, p. 212)

Tendo a epígrafe acima como referência, ela nos faz refletir como podemos escrever a trajetória de um indivíduo, ou seja, a partir de quais fontes podemos ter como base para constituirmos a “história” de uma vida, de um ser. E é sobre isso que iremos abordar nesse tópico, trazendo a discussão de quais foram as fontes que utilizamos para chegar aos nossos objetivos propostos.

A presente dissertação tem por objetivo principal, como já foi citado anteriormente, biografar a professora Cinobelina Elvas com ênfase na sua atuação na Escola Normal de Bom Jesus-PI, (1981-1988). Recorte temporal estabelecido pelo fato de corresponder aos anos de sua docência na Escola Normal de Bom Jesus.

Após o projeto de pesquisa ser aprovado na seleção para o Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), fizemos um levantamento na internet para tomar ciência de algum trabalho desenvolvido com esta temática, ou até mesmo envolvendo o objeto de estudo, que no caso é a vida de Maria Cinobelina Elvas. A princípio, investigamos no Banco de Teses Dissertações (BDTD), no Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), na base de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e não encontramos nenhum resultado.

Procuramos pesquisas relacionadas à Maria Cinobelina Parente Elvas Rosal, que é seu nome completo, mas não encontramos nenhum trabalho. Logo procuramos apenas como era conhecida, Cinobelina Elvas, e tam-

bém não obtivemos nenhum resultado. Encontramos algumas pesquisas que se referiam ao seu nome, contudo estava relacionada apenas ao Campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que possui a denominação “Campus Professora Cinobelina Elvas”. Portanto, pudemos constatar com essa busca, que não existe nenhuma pesquisa já realizada que trate acerca de Cinobelina Elvas.

Para prosseguimento do estudo, valorizamos a pesquisa de campo, onde o pesquisador entra em contato com o lócus de investigação. Buscamos a oralidade de pessoas que tiveram contato direto ou indireto com Cinobelina, como passo inicial.

No mês de abril do ano de 2018, fizemos um levantamento inicial de quais seriam os sujeitos que poderiam contribuir com suas memórias, a respeito da entrevistada. Os primeiros contatos foram com a filha de Cinobelina Elvas, Maria Júlia Elvas, que se mostrou interessada com a notícia que teria uma proposta de biografar sua mãe e relatou suas lembranças enquanto filha e também enquanto aluna na Escola Normal, assim como forneceu algumas fontes imagéticas, como uma foto de sua mãe e o título eleitoral da mesma. Tendo a consciência da dificuldade de conseguir fontes, e da logística que teríamos que ter para a coleta de dados, principalmente das entrevistas com pessoas que fizeram parte do cotidiano da biografada, importava contatar sua filha, ainda que sua narrativa sobre mãe fosse heroica e permeada apenas de lembranças que esta considerava positiva. Ela possuía informações valiosas.

Em relação às entrevistas, fizemos um quadro com os resultados preliminares sobre as principais fontes orais encontradas e escolhidas.

Quadro 1 – Fontes Orais

Pessoa entrevistada	Relação com a Biografada	Data da entrevista	Duração da Entrevista
Aurélio Coelho Rosal	Esposo	24/07/2018	1h40 min
Maria Júlia E. Rosal	Filha/aluna na Escola Normal	26/07/2018	23 min
Maria Ivete Lemos Abade da Rocha	Colega de trabalho na Escola Normal	24/07/2018	45 min
Maria Luíza Parente Lustosa Elvas	Irmã	27/07/2018	40 min
Vinólia Santiago	Aluna na Escola Normal	27/07/2018	35 min
Dionéia Delmond Crispim	Colega de trabalho na Escola Normal	23/07/2018	55 min
Maria Zeferina Barros	Aluna na escola Normal	07/01/2019	38 min
Maria Wanda Falcão	Irmã	07/01/2019	30 min
Maria Ecildeide Martins	Aluna na Escola Normal	14/01/2019	43 min
Ivanilde Felício Borges	Colega de trabalho na Escola Normal	15/01/2019	48 min
Amália Rodrigues da Silva	Aluna na Escola Normal	17/01/2019	40 min

Fonte: Elaborada pela autora. (2019)

Levando em consideração que tínhamos que nos deslocar da cidade de Fortaleza-CE, para Bom Jesus-PI, cidade onde a biografada viveu até sua morte, resolvemos dividir a coleta de dados em dois momentos, ou seja, o mês de julho de 2018 e o mês de janeiro de 2019; meses

destinados ao recesso das aulas das disciplinas obrigatórias do curso de mestrado.

O mês de julho de 2018, mais especificamente na última semana, foi reservado para a realização das primeiras entrevistas com os sujeitos escolhidos a partir de conhecimento prévio em relação à sua contribuição na pesquisa. Devemos relatar que o fato de a cidade ser pequena, não tivemos muitas dificuldades para encontrar fontes orais.

No dia 23 de julho fizemos a primeira entrevista com a ex-secretária da Escola Normal, Dionéia Crispim, atualmente com 74 anos (Dona Dió, como ela prefere ser chamada) agendada em contato por telefone. Ela mostrou-se solícita em contribuir com a pesquisa, marcando a entrevista para o corrente dia no final da tarde, em sua residência. Vale ressaltar que o fato de a ex-secretária ser a primeira entrevistada a aceitar colaborar de pronto, foi devido ao contato que já tínhamos por meio de uma pesquisa sobre o Ginásio Odilon Parente, uma vez que ela foi diretora dessa instituição, para apresentação no II Seminário de Práticas Educativas Memórias e Oralidades no ano de 2015. Chegando à sua residência, Dionéia nos recebeu de forma prazerosa, porém bem direta como é o jeito dela, perguntando o que queríamos saber sobre a *“finada Cinobe”*, como a biografada é conhecida na cidade.

Em relação à biografada, Dionéia mencionou muitas qualidades, também alguns defeitos que a acompanhava, falou de sua aparência e também do trágico acidente que ocasionou sua morte, chocando toda a região. Quase ao final da entrevista, questionamos sobre alguém mais que poderia nos ajudar no desenvolvimento

da pesquisa, logo, ela citou alguns familiares e outros colegas de trabalho da época da Escola Normal e também do Colégio Agrícola, conhecimento adquirido pelo fato de a biografada ser docente na mesma época que Dionéia na Escola Normal. Dentre as pessoas citadas por Dionéia, Dona Ivete Abade nos chamou atenção, por ser ex-diretora da Escola Normal e ter conhecido Cinobalina. Dionéia não pôde nos fornecer o contato de Ivete porque não o tinha, mas explicou com detalhes o endereço da residência da ex-diretora.

No dia seguinte, ou seja, dia 24 de julho numa terça-feira pela manhã fomos até a casa de Dona Ivete Abade. Explicamos o motivo da visita e a mesma nos recebeu muito bem. Embora já pedindo desculpas por talvez não atender ao nosso desejo, uma vez que a mesma teve um AVC há cerca de dois anos e alegava que o ocorrido tinha retardado um pouco suas memórias, como explica: *Eu lhe peço desculpa em não poder ajudar muito, devido a minha doença.* (ABADE, 2018). Ivete, com muito esforço em relação às suas lembranças, ajudou com o que pôde. Informou-nos sobre as disciplinas que Cinobalina ministrava na Escola Normal, assim como a época de sua docência na referida instituição. Forneceu-nos o contato de Aurélio Rosal, viúvo de Cinobalina.

Ainda no dia 24 de julho por contato telefônico, agendamos uma entrevista com Aurélio Rosal no mesmo dia no final da tarde em sua residência. Fomos até a casa de Aurélio, local em que o viúvo já estava nos esperando. A priori iniciamos uma conversa informal, e logo iniciamos a entrevista. Aurélio relatou emocionado as suas memórias sobre o tempo em que passou ao lado de

Cinobelina, principalmente o momento de seu casamento assim como o triste momento de sua morte.

A entrevista com Aurélio, assim como a dos outros entrevistados, teve uma importância ímpar para o desenvolvimento da pesquisa, contudo, vale destacar que Aurélio nos proporcionou outras fontes além da oralidade. Forneceu-nos algumas fotos de Cinobelina, sua certidão de óbito, sua identidade, bem como seu cartão do plano de saúde. Além de fontes documentais, Aurélio nos forneceu também um livro de poesias de sua autoria, que dentre muitas poesias a maioria foi feita em memória à Cinobelina. Outra fonte de importância notável concedida foi outro livro elaborado pela Câmara dos vereadores de Bom Jesus, sobre a trajetória política do município, uma vez que precisávamos nos situar no período histórico e político do referido município.

Importa destacar que ao pesquisar o nome da cidade, “Bom Jesus”, na BDTD, Portal de Periódicos da CAPES e Scielo, não encontramos nenhum resultado. É possível encontrar, no entanto, escritos mais gerais que trazem vestígios da história do estado do Piauí.

Ainda no dia 24 de julho, tentamos entrar em contato com a filha da biografada que estava viajando, porém chegaria no dia 25 à noite, e a mesma agendou uma entrevista para o dia 26 às 15 horas em sua residência. No dia 26, de acordo o horário que fora marcado, chegamos à casa de Maria Júlia Elvas, filha de Cinobelina, ela nos recebeu em sua calçada, pois não nos convidou para entrar, e a entrevista aconteceu ali mesmo, em meio ao barulho dos automóveis que transitavam na rua, uma vez que a casa (calçada) fica localizada no centro da cidade, local em que o silêncio não impera. Explicou que a casa que

mora ainda é a mesma casa que sua mãe viveu. A filha de Cinobelina ainda nos forneceu o telefone de sua tia, Maria Luíza Elvas, irmã de sua mãe para outras informações sobre sua conjuntura familiar assim como seu crescimento. No mesmo dia ainda no período da tarde tentamos contatar Maria Luíza e não conseguimos, pois seu telefone estava fora de área. Fizemos uma segunda tentativa à noite e conseguimos agendar uma entrevista para o dia 27 de julho, às 09 horas da manhã em seu local de trabalho, ou seja, na Farmácia da Praça.

Chegamos ao local no horário agendado. Explicamos o interesse e a motivação da nossa pesquisa para Maria Luíza na qual se mostrou prestativa descrevendo de forma linear a trajetória de vida de Cinobelina. Contou com cuidado e movida pela emoção o apego que tinha pela irmã, pelo fato de serem umas das mais novas dentre os quatorze filhos nascidos vivos de seus pais. Tivemos algumas interrupções durante a entrevista pelo motivo de ser seu horário de trabalho, mas conseguimos obter uma boa entrevista, à luz de lembranças que de certa forma comoveram a entrevistada.

Na tarde do dia 27 de julho, já tínhamos entrado em contato com uma ex-aluna de Cinobelina na Escola Normal, Vinólia Santiago. Nossa entrevista, embora tenha ocorrido na residência da entrevistada, não foi um local tranquilo, pois estávamos na sala com interrupções com o entrar e o sair de algumas pessoas. Vinólia relatou que não se lembrava de muita coisa, porque já tinha passado muito tempo, mas colaborou trazendo alguns relatos sobre a prática educativa da biografada e informou alguns outros nomes de pessoas da sua turma que poderíamos entrar em contato posteriormente.

Como esclarecemos antes, a coleta de dados seria feita em dois momentos. No mês de janeiro de 2019 retornamos à cidade de Bom Jesus, no Sul do estado do Piauí para a realização de mais algumas entrevistas, assim como também para buscar outras fontes com ex-alunos, familiares e colegas de trabalho, bem como nas instituições. Ainda em Fortaleza, entramos em contato com a ex-aluna Maria Zeferina Barros e marcamos a entrevista para o dia 7 de janeiro às 09 horas da manhã, em seu local de trabalho, ou seja, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), onde a mesma é coordenadora do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores). A entrevista com a referida ex-aluna foi produtiva, pois, ela relatou informações sobre a biografada assim como também nos forneceu o contato de outras pessoas que foram alunos de Cinobelina. Ainda no dia 07 de janeiro, conseguimos a entrevista com a dona Vanda Falcão, irmã de Cinobelina Elvas. O contato se deu de forma espontânea, não conseguindo o seu número de telefone, resolvemos ir até a sua residência, e já portando os instrumentos usados para realização de entrevista, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e o gravador, em que a mesma concordou e se sentiu honrada em contribuir para uma pesquisa que relatasse a vida de sua irmã. Realizamos a entrevista às 11 horas da manhã, em sua residência.

Continuando com as entrevistas, conseguimos contato por telefone com a ex-aluna Maria Ecildeide Martins na manhã do dia 14 de janeiro de 2019 e marcamos uma entrevista para as 14 horas, em seu local de trabalho, a mesma é coordenadora de uma escola da rede privada. Foi uma entrevista produtiva, embora tenha sido em sua sala da coordenação, na qual tivemos algumas

interrupções por pessoas que entravam e saíam, porém a entrevista contemplou o nosso objetivo em relação às informações obtidas.

Ainda no dia 14 de janeiro, no final da tarde conseguimos contato com a ex-supervisora da Escola Normal, Dona Ivanilde Felício Borges, mas não obtivemos resposta, uma vez que o número informado só estava indo para a caixa de mensagens. No outro dia, ou seja, dia 15 de janeiro às 15 horas fomos à sua residência, informamos o ensejo da visita e fomos bem recebidas. A ex-supervisora foi bem solícita e concordou com a realização da entrevista. Durante a entrevista, Ivanilde narrou fatos relevantes sobre a biografada, uma vez que ela a conhecia desde criança.

A última entrevista foi feita com a ex-aluna Amália Rodrigues da Silva. O contato para marcar a entrevista não foi dificultoso, uma vez que já trabalhamos juntas na escola da qual a mesma é diretora atualmente. Realizamos a entrevista no dia 17 de janeiro de 2019, às 10 horas da manhã, na sala da direção da Escola “Jardim Escola Moysés Barjurd”. Entre risos e lágrimas, Amália nos contou que era muito próxima de Cinobelina, assim como a maioria dos alunos, pois a biografada tinha uma relação de “mãe e filho” com os alunos e não de “professora-aluno”.

Vale ressaltar que todas as entrevistas colhidas, foram de forma voluntária e atenciosa, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes das gravações das respectivas entrevistas. Levando em consideração a importância da oralidade, nos apropriamos de narrativas de pessoas como familiares, colegas de trabalho e ex-alunos da biografada.

Tendo a oralidade como principal fonte da pesquisa, facilitou-se assim, o descobrimento de outras fontes, como as imagéticas e documentais. Fizemos uso da colaboração da memória dessas pessoas que conviveram com a pesquisada e acreditamos que suas contribuições foram de fundamental importância para nossos resultados. No Apêndice A, há maior detalhamento acerca dos entrevistados.

Vale a pena ressaltar aqui também uma fonte oral, ou seja, uma entrevista utilizada nessa pesquisa, realizada pelo professor Ademir Martins de Oliveira com o bispo Dom Ramón López Carrozas, no dia 06 de março de 2013, na residência do religioso. Foi uma entrevista temática a respeito da Escola Normal Helvídeo Nunes de Barros, em que o bispo foi diretor e professor na citada instituição. A entrevista foi utilizada nessa pesquisa por seu conteúdo ser de suma importância para entender a dinâmica funcional da Escola Normal de Bom Jesus.

Quadro 2 – Fonte Oral coletada por Ademir Oliveira

Pessoa entrevistada	Data da entrevista	Duração da entrevista
Dom Ramón López Carrozas	06/03/2013	48 min

Fonte: Elaborada pela autora (2019)

Além das entrevistas, valorizamos também fontes imagéticas, pois sabemos que, principalmente as fotografias, guardam consigo instantes do passado que se eternizaram através da imagem. Afinal, “compreendemos que a fotografia como fonte histórica é importante levarmos em conta os usos sociais que agenciaram o in-

vento fotográfico ao longo dos séculos XIX e XX e consolidaram acervos importantes para a pesquisa” (LIMA, CARVALHO, 2013, p. 28).

Tendo consciência da importância da fotografia e de sua crescente aceitação como fonte histórica, ressaltamos que nem para todos a fotografia esteve presente no decorrer de suas vidas. Durante algumas entrevistas, principalmente com familiares de Cinobelina Elvas, questionamos o fato de não encontrarmos muitas fotografias da biografada, e sua irmã Wanda Falcão justifica a ausência do registro histórico: *“Naquela época era tudo muito difícil, não tinha fotógrafo, aí quando Dom José veio aqui pra Bom Jesus, aí apareceu um fotógrafo que tirava aquelas fotografias naquele binoclosin. Mas era difícil aparecer fotógrafo”* (FALCÃO, 2019).

É evidente a dificuldade da aquisição de fotografias descrita pela irmã de Cinobelina, contudo a entrevistada ainda nos ressaltou que tinha algumas fotos de sua família, inclusive de Cinobelina, porém não guardou com o devido zelo e as mesmas foram findadas. Sabemos que o cuidado com um registro de um fato histórico não é visto pela maioria das pessoas com o apreço e a importância que deveria ter, uma vez que é desconhecido o seu valor enquanto fonte histórica.

Vale relembrar que a dissertação tem como fonte principal a História Oral e que outras fontes foram usadas, como as documentais, que também serviram de suporte para o desenvolvimento da pesquisa. Com a consciência de que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2015 p. 63). Os documentos entrecruzados com as fontes orais nos possibilitam uma

análise mais abrangente sobre os fatos históricos. Para facilitar a identificação e a compreensão sobre as fontes documentais encontradas no decorrer da pesquisa, elaboramos o quadro abaixo.

Quadro 3 – Fontes documentais

	Fontes Documentais	Acervo
1	Regimento Interno da Escola Normal	Acervo da Escola Normal
2	Carteira de Identidade de Cinobelina Elvas	Acervo pessoal de Aurélio Rosal
3	Resolução nº CEE 4/70 do funcionamento da Escola Normal	Acervo da Escola Normal
4	Certidão de óbito de Cinobelina Elvas	Acervo pessoal de Aurélio Rosal
5	Resolução nº 041/05- Homenagem do Campus da Universidade Federal do Piauí	Acervo da Universidade Federal do Piauí
6	Histórico Escolar da Escola Normal da década de 1980	Acervo Pessoal da autora
7	Fotografia de Cinobelina com sua família	Acervo pessoal de Aurélio Rosal
8	Fotografia de Dom José Vásquez Díaz	Acervo da Diocese de Bom Jesus-Pi
9	Fotografia de Cinobelina Elvas	Acervo pessoal de Aurélio Rosal
10	Fotografia dos pais de Cinobelina Elvas	Acervo pessoal de Wanda Falcão
11	Documento da Evolução Política do Município de Bom Jesus	Câmara Municipal de Bom Jesus-Pi

Fonte: Elaborada pela autora. (2019)

As fontes documentais apresentadas no quadro foram fornecidas por familiares da biografada (números: 2, 4, 7, 9 e 10). Em relação aos documentos que concernem à

Escola Normal, todos foram coletados no antigo prédio da instituição (números: 1 e 3). Fizemos uma visita também à Diocese de Bom Jesus onde encontramos fotografias que foram úteis para entendermos o cenário educativo local (número 8).

Todas as fontes listadas no quadro acima foram utilizadas como recursos no decorrer da pesquisa. Os documentos que concernem à Escola Normal, como o Regimento Interno e a Resolução de Funcionamento da escola, foram analisados e utilizados especificamente no capítulo cinco intitulado: A Escola Normal e a atuação de Cinobelina Elvas. A carteira de identidade (ANEXO C) e a Certidão de óbito (ANEXO A) foram úteis em relação à filiação assim como à data de nascimento, falecimento e causa da morte da biografada. As fotografias concedidas por familiares, utilizamos no decorrer da escrita como marca de algum acontecimento significativo na vida da biografada, pois, para Burke (2004, p. 37-38) “o testemunho de imagens é essencial para os historiadores de mentalidades, porque uma imagem é necessariamente explícita em questões que podem ser mais facilmente evitadas em textos”.

Uma valiosa fonte que encontramos no decorrer da pesquisa foi o Documento da Evolução Política do município de Bom Jesus, uma vez que para entendermos a educação de Bom Jesus, precisamos conhecer a evolução política do município. Listamos também a Resolução que nomeia Cinobelina como professora homenageada na Universidade Federal do Piauí. Já o histórico escolar da Escola Normal da década de 1980 nos serviu de apoio que mediante suas informações, reconstituímos as disci-

plinas que eram lecionadas na Escola Normal na época em que Cinobelina foi aluna e docente.

Finalizamos essa parte mais teórica e metodológica, descrevendo o procedimento para encontrar e coletar as fontes, tanto oral como documental. O próximo capítulo abordará o cenário educacional de Bom Jesus, em seguida a biografia de Cinobelina imbricada com sua formação docente e trajetória educacional.

3 BOM JESUS-PI E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA EDUCACIONAL

3.1 Bom Jesus e seus primórdios

*Minha terra tem o encanto
Que a natureza lhe deu
E até o seu nome é santo,
Bom Jesus é o nome seu.*

*É pura fertilidade
O solo que tem por cá,
Na lavoura tem fartura,
Se plantando tudo dá.*

*Sua água é cristalina,
Riqueza que tem aqui,
É a melhor do planeta,
No sul do meu Piauí.*

*Esta terra abençoada,
É a terra de Santa Cruz,
É a minha terra querida,
Minha linda Bom Jesus.
(Aurélio Rosal, p. 109-110)*

É com esse poema de Rosal (2007), escritor, filho de Bom Jesus que iniciamos esse tópico. Analisando

em linhas gerais podemos notar que a visão do autor é a mais bela possível sobre sua terra. Terra que possui um encanto inestimável e que de natureza fértil, ajuda a população a tirar o seu sustento. A poesia valoriza as características naturais do lugar, em especial, ressaltando a água cristalina e o solo fértil. No entanto, Bom Jesus é um município com muitos problemas de ordem econômica e política, como veremos a seguir na breve contextualização.

Bom Jesus teve suas terras demarcadas no início do século XIX a partir da expulsão de povos indígenas no Sul do Piauí e com a chegada de colonos oriundos de outros estados da região Nordeste, como destaca Raposo (2004, p. 21):

Os índios Gueguê e Tapuias tinham sido expulsos de suas terras do Sul do Piauí; colonos pernambucanos, paraibanos, cearenses e baianos chegaram procurando pastagens fartas para seus rebanhos e aqui encontraram ubérrimas para a lavoura.

Município localizado ao extremo Sul do Piauí, a cerca de 630 km de distância da capital piauiense, Teresina. Situa-se às margens do Rio Gurgueia, fazendo parte da mesorregião do Sudoeste Piauiense, assim como da Microrregião do Alto Médio Gurgueia. No cenário atual, com aproximadamente 24.960 habitantes (IBGE, 2018).

Imagem 1 – localização de Bom Jesus no estado do Piauí**Bom Jesus, PI**

Fonte: Livro de geografia do Piauí (2010)

O atual município de Bom Jesus originou-se com o nome de Buritizinho, pois no local concentrava-se um vasto campo da palmeira chamada buriti, espécie de planta predominante da Mata dos Cocais que faz parte da Sub-região Meio-Norte, englobando assim dois estados: o Piauí e o Maranhão.

Assim como a maioria dos municípios piauienses, a presença da igreja católica foi muito forte. Um grupo de romeiros em meados do início do século XIX ergueu uma capela para adorar Bom Jesus da Boa Sentença, e, em volta da mesma, foram se estabelecendo algumas famílias, proporcionando assim um crescente desenvolvimento da povoação no local.

A família de Nicolau Barreiros, ou Barrente, chegou às margens do rio Gurgueia e ficou aproveitando os férteis baixões e instalou sua moradia de “pau-a-pique”, coberta de sapé, perto do riacho que corria manso e limpo até o Gurgueia. Esta família trazia no coração muito amor a Jesus e a Jesus do perdão, Bom Jesus da Boa Sentença. “Seu” Nicolau logo ergueu uma capelinha de pau-a-pique e sapé com frente para o riacho, onde era celebrada todos os anos a novena e o festejo ao santo (RAPOSO, 2004, p. 21).

E assim iniciou a construção do município de Bom Jesus. Em 1838, através da Lei Provincial nº 101, de 22 de setembro, criou-se o distrito de Bom Jesus do Gurgueia. Mais adiante, em 1855, criou-se então o atual município de Bom Jesus, resultado do desmembramento de território do município de Parnaguá pela Resolução provincial nº 397 de dezembro de 1855, ocorrendo a instalação apenas em 25 de março de 1858 (SETUVAL, 1999).

Como sabemos, nesse período o Brasil ainda encontrava-se como Colônia de Portugal, e as leis provinciais da época eram regidas pelo Conselho Geral de Província da Constituição de 1824, constituição essa, outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824. Com o passar do tempo, mais precisamente em 1938, período em que o Brasil já não era mais uma colônia e sim uma república, o território que era chamado de Bom Jesus da Boa Sentença, com a divisão territorial de outras províncias, recebeu a designação de Bom Jesus.

Nos quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-xii-1937, bem como no anexo do Decreto Lei

estadual nº 52 de 29 de março de 1938, o município em apreço, já sob designação de Bom Jesus, simplesmente, se apresenta constituído, como anteriormente, por um distrito apenas, – de igual nome. [...] Dá-se o mesmo nas divisões territoriais do Estado, fixadas pelos Decretos-leis estaduais n.º 147, de 15 de dezembro de 1938 e 754, de 30 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos quadriênios 1938-1943 e 1944-1949 (SETUVAL, 1999, p. 07 e 08).

Entendemos, portanto que em 1938, Bom Jesus tornou-se território independente, porém com emancipação política apenas em 1948, sendo seu primeiro prefeito o Sr. Francisco da Cruz Filho (Dr. Cruz) e o Vice-prefeito, João Nepomuceno da Fonseca, com mandato de 21/04/1948 a 31/01/1951 (SETUVAL, 1999). A respeito dessa época, podemos destacar aqui uma síntese real de como era Bom Jesus na época de sua emancipação política, que segundo Parente *Apud* RAPOSO (2004, p. 14).

Nasci aos trinta dias do mês de março de 1947, num pequeno povoado à margem do Rio Gurgueia, no extremo sul do estado do Piauí. O meu Bom Jesus era então sertão bravo, inteiramente desprovido dos recursos que vivificam o homem civilizado. Lá não existia luz elétrica, telégrafo, água canalizada, escolas, ou seja, nada existia em matéria de conforto e progresso, nem mesmo uma bola para jogar pelada de futebol. Vivíamos todos, ricos e pobres, das dádivas generosas da natureza. A população da vila não passava de 600 habitantes. A vila não era outra coisa senão uma praça em forma retangular, no centro da qual localizava-se o mercado ou feira, sendo que nos

lados do retângulo, medindo aproximadamente 400 metros, ficavam as ruas com as casas dos coronéis fazendeiros, e nos fundos dessas ruas situavam-se as casas de colonos ou seus protegidos.

A riqueza de detalhes descrita pelo autor nos faz visualizar a pequena cidade de Bom Jesus em plena década de 1940. Uma vez que era “abandonada” pelo poder público por não ser emancipada. A partir de sua emancipação a esperança de que bons tempos viriam, trazendo consigo o desenvolvimento social, econômico e educacional permeava o imaginário do seu povo.

Em uma das nossas entrevistas com Aurélio Rosal de 77 anos, esposo da nossa biografada, uma vez que o mesmo é historiador, questionamos como eram supridas as necessidades básicas, como por exemplo, sobre a energia elétrica e água encanada, e Aurélio relata que:

Aqui em Bom Jesus quando eu era pequeno tinha uns 6 anos, a energia elétrica era à lenha, tocada por uma caldeira pra produzir essa energia, aí quando era 15 minutos antes das 11 da noite ele dava um sinal, ele dava três sinais, apitava a cidade toda escutava, era pequena e era indicando que ia apagar a luz da cidade (ROSAL, 2018).

A respeito das condições do acesso à água, ele continua seu relato:

O povo ia pegar no centro, os que moravam pra cá era no rio, os que moravam daqui pra lá era um grotão que tinha aí que secou, hoje não tem mais água, mas

era caudaloso, tinha muita água, tinha poço que as mulheres tomavam banho, tinha um lugar chamado poço dos homens ali naquela rua da prefeitura descendo, tinha era poço que a gente mergulhava. Os poços em cima de uns lajeiros, tudo de lajes, água, água cristalina, aí tinha uns olho d'água mais pra cima que minava água na pedra e o povo apanhava água ali, todo cidadão tinha jumento, tinha ancoretta que botava no jumento ia pegar água nesse olho d'água pra abastecer a casa (ROSAL, 2018).

Esses dois relatos nos permitem voltar no tempo e imaginar a precariedade de um lugar que, por mais que fosse pequeno, a necessidade do povo era extrema. E essa não era só uma dificuldade da cidade de Bom Jesus, mas sim de todo o Sul do Piauí. Com o passar do tempo, as coisas foram melhorando a partir da década de 1960 quando chega a Bom Jesus uma comunidade católica denominada “Ordem Mercedária”⁸ que tinha a missão não só de evangelizar, mas também de proporcionar uma vida social mais digna para os bonjesuenses. Iniciou-se um movimento de luta por direitos e por melhores condições de vida.

Vale esclarecer que não vamos nos deter a todos os detalhes com profundidade sobre a cidade de Bom Jesus, pois não consideramos ser o objetivo dessa dissertação, explanamos apenas o necessário para situar o cenário principal da pesquisa, que é a cidade onde Cinobelina

⁸ Ordem religiosa de origem espanhola, que chegou a Bom Jesus no ano de 1956, com o Bispo Dom José Vásquez Díaz. Essa ordem religiosa chegou a Bom Jesus em sua segunda vinda ao Brasil, pois a primeira vez aconteceu em 1639 na província do Maranhão. Fonte: <http://mercedarios.com.br/historico>.

Elvas nasceu e viveu até a sua morte no ano de 1988. No próximo tópico, abordaremos a situação educacional de Bom Jesus na época em que Cinobelina foi aluna, bem como docente.

3.2 Processo educacional de Bom Jesus

Bom Jesus em plena década de 1940 era um município pequeno com poucas casas e poucas ruas, mas servia de referência para os demais municípios da região, uma vez que os outros municípios ao redor eram menos “evoluídos”. Era um município pouco desenvolvido e devido a isso existia apenas uma escola, Escola Franklin Dória, fundada em 1930 que atendia apenas o antigo Primário que funcionavam as séries de 1ª a 4ª. A escola foi a “primeira escola gratuita, então chamada “Escola Singular Franklin Dória”, depois Escola Agrupada “Franklin Dória” e atualmente Unidade Escolar Franklin Dória” (SETUVAL, 1999 p. 10).

Como destacamos no tópico anterior, Bom Jesus inicia um processo de desenvolvimento mais aligeirado com a chegada de um bispo na prelazia de Bom Jesus, chamado Dom José Vásquez Díaz, bispo vindo da Espanha para o Brasil, trazido pela Ordem Mercedária. Como sabemos, a igreja católica não exercia sobre a sociedade somente seu poder religioso, mas atuava também em aspectos sociais e educacionais. O desenvolvimento de Bom Jesus deve-se muito ao domínio da igreja católica, desde seu fortalecimento com a chegada de romeiros movidos pela fé católica construindo suas casas às margens do Rio Gurgueia. Dom José Vásquez Díaz, de acordo com Raposo (2004, p. 73) chegou a Bom Jesus,

[...] em março de 1957, como bispo auxiliar e suplicou a Dom Inocêncio que lhe deixasse ficar em Bom Jesus, sede da Prelazia. Dom José sempre acreditou no potencial deste lugar tão temido pelos missionários. [...] Este bispo tem no seu brasão como lema “Viriliter age”, que quer dizer “Trabalha varonilmente” – e foi o que ele fez durante sua vida. Ao chegar, a primeira coisa que fez foi visitar toda a parte a ele encomendada.

É fato notório a atuação deste bispo na cidade de Bom Jesus, pois suas obras sociais são preservadas até hoje, como por exemplo, a construção de uma vila denominada “Vila das Mercês”, a construção de parte da “BR 135” que é a rodovia que liga Bom Jesus a outras cidades, assim como a construção de outros prédios, como o Seminário Maior e até a Escola Normal. O bispo hoje é homenageado em Bom Jesus com a denominada Universidade Estadual de Bom Jesus (UESPI), denominado “Campus Dom José Vásquez Díaz”, no auditório “Dom José” assim como a Avenida Dom José Vásquez Díaz (RAPOSO, 2004).

Com a existência de apenas uma escola primária, sendo esta a única escola de Bom Jesus, surgia a necessidade de a população continuar sua vida educacional, contudo não havia o acesso necessário a níveis mais elevados de educação. Foi nesse momento que a ordem religiosa entrou em um acordo com o poder político para que fundassem um Ginásio que atendesse séries maiores, o secundário, a fim de suprir a necessidade da região. No ano de 1958, um político chamado Odilon Parente, doou para a prelazia do município um espaço grande já construído para que funcionasse a instituição (CRISPIM, 2018).

O Bispo da época, Dom José Vásquez Díaz juntamente com outros religiosos fundaram em 1958 um ginásio, que recebeu o nome de “Ginásio Odilon Parente” em homenagem ao político. Este iniciou seu funcionamento apenas no turno da manhã e somente mais tarde, também no turno da tarde, já que o turno matutino não conseguia atender à demanda de alunos matriculados, pois como já foi citado, o Ginásio atendia também a população do restante da região. Segundo a entrevista com Dionéia Crispim (2018), ex-diretora da instituição, era uma escola de cunho particular, porém era um valor simbólico, apenas para pagar o salário dos professores.

Além da aquisição do Ginásio Odilon Parente, a prelazia de Bom Jesus em nome do bispo Dom José Vásquez Díaz adquiriu várias “escolas-comércio”, visto que estávamos passando pelo período da ditadura militar (1964-1985) e que o ensino técnico no país estava em abrangência.

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advogou a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretendeu-se a objetivação do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2013, p. 381).

Ou seja, o ensino técnico consistia na qualificação da mão de obra para a atuação no mercado de trabalho, uma vez que a iniciativa do governo era apenas de desenvolver métodos que acelerasse a economia do país, e a educação de fato era deixada de lado. Em Bom Jesus, de

acordo com Novo (2017, p. 24), “em 1967 foram construídas oficinas, uma metalúrgica e uma sapataria destinadas ao aprendizado dos futuros profissionais de Bom Jesus e região”.

Imagem 2 – Dom José Vásquez Díaz e dois mestres de obras em frente ao prédio das oficinas (metalúrgica e sapataria)



Fonte: Arquivo da diocese de Bom Jesus-PI

Na imagem acima observando no ângulo da esquerda para a direita, temos o bispo Dom José Vásquez Díaz, acompanhado de dois mestres de obras os quais não foram identificados, no ano de 1967, na entrega do prédio que se visualiza atrás do bispo juntamente com seus companheiros, que fora destinado para as atividades práticas das oficinas (metalúrgica e sapataria). Teve sua construção como organização mantenedora as “Obras Sociais do Gurgueia” (OSG), organização esta que fazia parte da Prelazia de Bom Jesus. A aquisição dessas

oficinas trouxe, para o município e região, melhorias nas condições de vida das pessoas, uma vez que as mesmas teriam uma profissão a seguir, melhorando assim também a economia do município (NOVO, 2017). A agricultura, no entanto, continuava praticamente o único campo de trabalho na região.

Com o acesso ao ensino secundário, o que correspondia às séries de 5ª a 8ª, a educação bonjesuense sentia a necessidade de dar continuidade à vida educacional, visto que já existia o ensino primário e o secundário. Somente em 1970 a prelazia de Bom Jesus, por meio da unidade mantenedora “Obras sociais do Gurgueia” e mediante a resolução CEE/4/70 deu início ao funcionamento da Escola Normal Helvídio Nunes de Barros, única Escola Normal da região no ano de 1970.

Ainda na década de 1970, com o crescimento da população local por meio do desenvolvimento do município, foi criada em 1972 a segunda escola primária de Bom Jesus, a Escola Araci Lustosa, como podemos analisar nas palavras de Sousa e Andrade:

Esta instituição iniciou suas atividades de ensino em 12 de maio de 1972, durante o Governo de Alberto Tavares Silva. A escola recebeu este nome em homenagem a senhora Araci Maria Ferreira Lustosa, sendo a primeira professora diplomada no curso magistério da cidade de Bom Jesus (PI) (2013 p. 1679).

Com a finalidade de atender à demanda educacional de Bom Jesus e regiões circunvizinhas, a Unidade Escolar Araci Lustosa foi de importância considerável para o desenvolvimento para o Sul do Piauí. Já em 1979,

extinguiu-se o Ginásio Odilon Parente, uma vez que o mesmo era de cunho particular, surgindo assim um novo ginásio, dessa vez estadual, o Ginásio Joaquim Parente, que se destacou por sua qualidade no ensino e por ter a regalia de ser público, beneficiando assim os alunos que não tinham condições necessárias para financiar seus estudos.

Inicialmente em 1979, a escola funcionava dois turnos, manhã e tarde, de 5ª a 8ª série (atual 6º ao 9º ano). Devido a inauguração dessa nova escola os alunos tiveram mais oportunidades para estudar e não teriam a necessidade de irem para outras cidades ou mesmo pagarem uma escola particular mesmo sem terem recursos suficientes (SOUSA, SOUSA, ANDRADE, 2016, p. 7).

Como podemos notar Bom Jesus estava crescendo e a educação estava conseguindo universalizar-se para atender à demanda dos alunos, pois estes já não precisavam mais se deslocar para cidades maiores ou capitais de outros estados para continuar sua vida educacional. Importa salientar que as escolas estavam comportando o número de alunos, pelo fato de essas instituições não serem acessíveis a todas as crianças, pois muitas ajudavam em trabalhos domésticos, assim como nas lavouras e o acesso à escola era impossibilitado e negligenciado por muitos (GALVÃO, SILVA, 2012).

Como já citado anteriormente, a economia de Bom Jesus era baseada nos setores: agrícola e pecuário. Logo, a população necessitava de qualificação profissional, uma vez que a educação que tínhamos na década de 1980

era a tecnicista. O ensino técnico tinha como objetivo principal, segundo o Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, em seu Artigo 3º, única lei que regulamentava o ensino agrícola na época:

1. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas.
2. Dar a trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados.

No ano de 1981 foi implantado o Colégio Agrícola de Bom Jesus que fazia parte da Universidade Federal do Piauí, embora na cidade não houvesse ainda um campus universitário. Na escola funcionava o ensino primário, secundário e Ensino Médio com o ensino técnico em agropecuária. Maria Luíza relata que o prédio do Colégio Agrícola era de posse do município, uma vez que foi construído no mandato de 1967 a 1971, pelo seu irmão Renato Parente, prefeito na época.

Quando criou (construiu) o Colégio Agrícola ele era do município, aquele colégio foi construído por meu irmão na época da gestão dele, do Renato Parente. [...] aí entrou um prefeito e deu a escola para o estado (ELVAS, 2018).

Sobre esse fato, Setuval comenta que um dos fatos marcantes do mandato do prefeito Ademar Benvindo, entre os anos de 1977 a 1983, foi a doação de um terreno

de 30 hectares para a FUFPI (Fundação Universidade Federal do Piauí), para o funcionamento do Colégio Agrícola de Bom Jesus, no dia 17 de outubro de 1981) (SETUVAL, 1999). Destarte, podemos considerar que Bom Jesus precisava de uma escola com essa modalidade, uma vez que a economia do município era fundamentalmente no setor agropecuário, no entanto, essa preparação serviria de suporte para os trabalhadores do campo.

Fizemos a discussão desse tópico com o intuito de compreender como era a educação de Bom Jesus nos tempos de escolarização e trajetória docente de Cinobelina. Vimos que, de fato, existia precariedade no tocante à educação bonjesuense por falta de recursos públicos para a educação. Em 1988, ano da morte de Cinobelina, Bom Jesus já contava com: duas escolas primárias, a Unidade Escolar Franklin Dória e a Unidade Escolar Araci Lustosa; um Ginásio que atendia o ensino secundário chamado Joaquim Parente; um Colégio Agrícola que funcionavam os ensinos Primário, Secundário e o **Ensino Médio com o Técnico** em Agropecuária; e uma escola destinada à formação de professores, a Escola Normal Helvídio Nunes de Barros.

4 MARIA CINOBELINA ELVAS: TRAJETÓRIAS PESSOAIS

4.1 A etiologia familiar

No dia 03 de fevereiro de 1927, na igreja matriz da cidade de Bom Jesus, no Sul do Piauí, é celebrado o casamento de José Lustosa Elvas Filho, nascido no dia 17 de dezembro de 1902, com Cinobelina Parente Elvas, nascida em 19 de julho de 1911. Da respectiva união, nasceram dezenove filhos, dos quais cinco faleceram ainda criança. Era comum as famílias do século XX serem numerosas, inclusive importa destacar que não existiam métodos contraceptivos para evitar a gravidez, uma vez que só foi legalizada a pílula anticoncepcional no Brasil em 1967, como salienta Silva (2012, p. 68):

O ano de 1967 marca a legalização comercial da pílula anticoncepcional no Brasil, embora a circulação ainda fosse muito restrita. [...] Esse método contraceptivo adotado pelo governo brasileiro tinha como objetivo controlar a crescente taxa de natalidade que ocorria no Brasil [...]

Os quatorze filhos que sobreviveram à 1ª infância foram denominados, por ordem de nascimento: Amélia

Parente Elvas Coelho; Maria Inêz Parente Elvas Barjurd; José Parente Lustosa Elvas; Maria Ivanice Parente Elvas; Josué Parente Lustosa Elvas; Renato Parente Elvas; Maria Wanda Parente Elvas Falcão; Maria Helena Parente Elvas Rosal; José Lustosa Parente Elvas; Maria Cinobelina Parente Elvas Rosal (nossa biografada); Maria das Mercês Parente Elvas Feitosa; Maria Luíza Parente Lustosa Elvas; Manoel Lira Parente Sobrinho; Fátima Maria Parente Elvas Soares.

Um fato curioso em relação aos nomes das meninas é que todas são chamadas Maria, exceto a irmã mais velha, chamada Amélia, por ser o nome de sua avó paterna. A explicação segundo a entrevistada Vanda Falcão, irmã de Cinobelina Elvas é que *“o papai era muito católico, era devoto de Maria e por isso somos todas Maria, menos Amélia, que era o nome da mãe dele”* (FALCÃO, 2019).

A fotografia a seguir mostra os pais de Cinobelina. A mãe de Cinobelina era uma típica “dona de casa”, mulher que cuidava da casa e dos filhos e acompanhava e servia o seu marido. Seu pai era um político renomado de sua época, uma vez que José Lustosa Elvas (pai de Cinobelina) foi prefeito da cidade de Bom Jesus. A imagem demonstra um casal com trajes formais, no qual estavam na cerimônia de posse do prefeito Renato Parente Lustosa Elvas, filho do casal, em 1983.

Imagem 3 – Pais de Cinobelina Elvas em 1983

Fonte: Arquivo pessoal de Wanda Falcão

A nossa biografada, Cinobelina Elvas, traz consigo o nome de sua mãe em homenagem, pois em famílias tradicionais de Bom Jesus era comum o uso da repetição do nome dos seus genitores:

É porque é matriarca da família e era uma pessoa muito decente e importante também. Politicamente importante a mãe dela... o pai e a mãe... o pai dela foi prefeito não sei quantas vezes, a mãe dela liderava, né? E era uma pessoa muito boa Dona Cinobe a mãe dela... tem até umas 4 ou 5 Cinobe por aí [...] Tudo da mesma família... tudo da mesma descendência de Dona Cinobe (BORGES, 2019).

Nas palavras da entrevistada notamos o respeito que a família atualmente ainda tem pela matriarca da família Elvas, pois por seu marido ser um político conhecido publicamente isso poderia obscurecê-la, mas o constatado foi que ela também possuía o respeito e admiração da sua família e dos que com ela conviviam.

Nossa biografada foi a décima filha, nascida no dia 01 de setembro de 1946 na fazenda de propriedade de seus pais, assim como todos os seus irmãos, como relata sua irmã Maria Luíza Elvas: *Minha mãe teve 19 filhos, moravam na fazenda, todos nascidos na fazenda com ajuda de parteiras* (ELVAS, 2018).

O nascimento com a ajuda de parteiras era uma prática comum em cidades pequenas durante o século XX, principalmente em comunidades afastadas da cidade que não possuíam assistência de profissionais da saúde por perto, como era o caso da família de Cinobelina, em que seus pais residiam em fazenda. Importa ressaltar que a cidade de Bom Jesus não possuía um hospital em suas dependências até o ano de 1978. As parteiras eram mulheres que auxiliavam no trabalho de parto, como aponta Pereira (2016, p. 591):

As parteiras são mulheres que, considerando a ausência ou omissão do poder público, principalmente em determinadas localidades, diante da inexistência de hospitais e profissionais do serviço para o efetivo atendimento na prestação dos serviços de saúde pública, ajudam outras mulheres no período da gravidez “endireitando a barriga ou pondo o menino no lugar” e que, sem quaisquer alternativas, assistem-nas na hora do parto.

De família numerosa e de poder aquisitivo favorecido, uma vez que seu pai foi prefeito da cidade de Bom Jesus durante o mandato de 1951 a 1955, seu pai era provedor do lar, e à sua mãe restava o cuidado com os quatorze filhos, com o auxílio das empregadas. Cinobelina Elvas passou parte de sua infância na fazenda denominada Calhaus, que fazia parte do município de Bom Jesus, como relata Maria Luíza (2018):

[...] A fazenda era aqui em Bom Jesus, fazenda Calhaus [...] Fica a... assim, é porque naquela época eram léguas que se falava, aí não tinha estrada, hoje tem estrada, vai uma hora chega lá, hoje de carro, estrada roçada, uma hora chega lá.

Como podemos perceber a propriedade dos pais de Cinobelina não ficava tão próxima da cidade e o acesso também era dificultoso, pois não havia estradas e os meios de transporte eram apenas com animais, como burros ou cavalos. Morando na fazenda, indagamos como era a situação da escolarização, pois só tinham escolas na zona urbana.

Segundo Maria Luíza Elvas,

Ficava na casa grande (as crianças ficavam na casa na cidade com uma empregada). Antigamente encontrava aquelas pessoas para criar, para morar e ficava tomando conta da casa, os pequenos que não era tempo de escola, ficava lá com ela (com a mãe), aí quando dava sete anos, que antigamente só começava estudar com sete, oito, nove anos, era que vinha, que aí foram casando as mulheres e aí ia dividindo os

meninos, ficava tantos com Maria Inês, tantos com Amélia, tanto com Vanda e ia dividindo na casa dos outros filhos (ELVAS, 2018).

Analisando o relato acima, podemos perceber que Cinobelina não teve dificuldade no tocante ao acesso à escola, pois seus pais mesmo morando um pouco distante possuíam uma casa na cidade para que os filhos pudessem estudar. Ficavam até sete anos com os pais, e, posteriormente para a escolarização, moravam na cidade com empregados de seus pais. Isso perdurou por alguns anos, pois quando as filhas mais velhas casavam-se, pegavam a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos.

No caso de Cinobelina, ela foi criada pela sua irmã Amélia, como ressalta Maria Luiza, *Cinobelina ficava com a Amélia e eu fiquei com Vanda, que era outra irmã* (ELVAS, 2018). Sobre isso, Ivanilde Borges, colega de trabalho de Cinobelina, relembra: *“ela morava com a família. Primeiro com a família. Com a mãe dela... os pais... mas ela morou muito tempo com a irmã dela”* (BORGES, 2019).

Cinobelina passou sua infância entre a cidade e a fazenda. Durante o período escolar residia com sua irmã mais velha, Dona Vanda, e no período de férias retornava para a fazenda com os pais. Conforme narrativa de suas irmãs entrevistadas, Maria Luíza Elvas e Vanda Falcão, por todo o processo de escolarização até a data do seu casamento ela viveu nesse movimento. Cinobelina residia com sua irmã, cujo endereço era na Avenida Getúlio Vargas, no Centro de Bom Jesus, conforme a fotografia a seguir.

Imagem 4 – Residência de Cinobelina no período da infância à adolescência



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019)

A fotografia da casa foi tirada recentemente, mas segundo relatos de Maria Luiza (irmã de Cinobelina) a casa só sofreu algumas reformas em relação à pintura, mas a arquitetura é a mesma da década de 1950, época que Cinobelina residia. Podemos notar que é uma casa simples, mas imponente para a época, pois foi construída nos padrões da arquitetura moderna, típico dos casarões da segunda metade do século XX (SANTOS, 2006). Cinobelina residiu nessa casa até seu casamento em novembro de 1963.

4.2 O Casamento

*Cumprindo a sorte e destino meu
 Idolatrei teu ser com toda minha alma
 Não poderei fingir que não te quero bem
 O coração não mente e nem sabe enganar*

*Bate com mais força quando penso em ti
Este é meu dilema, sei que vou te amar.*

(ROSAL, 2007)

O acróstico acima citado nos remete ao início do namoro de Cinobelina com Aurélio Rosal. Podemos perceber que as letras iniciais formam o nome de Cinobelina, que preferia ser chamada por todos apenas por Cino-be. Em entrevista que fizemos com Aurélio Rosal, viúvo de Cinobelina, no dia 24 de julho de 2018, ele nos contou emocionado os detalhes do seu casamento até o momento da morte de sua falecida esposa, e nos forneceu alguns documentos e fotos.

Imagem 5 – Cinobelina Elvas



Fonte: Arquivo pessoal de Aurélio Rosal

A imagem acima foi uma das poucas fotografias que encontramos da biografada, uma vez que essa imagem se trata da sua carteira de identidade (ANE-

XO C) no ano de 1984, não só nessa imagem, mas em outras que tivemos acesso, Cinobelina sempre aparenta séria, embora como narra sua irmã: *Cinobelina era muito alegre as vezes, todo mundo gostava dela, mas tinha muitos problemas com o marido, que lhe fazia triste, mas ela não queria demonstrar para ninguém*" (FALCÃO, 2019).

Em 1963, com apenas dezessete anos de idade, Cinobelina cursava a terceira série ginásial, no único ginásio que tinha em sua cidade, Ginásio Odilon Parente, quando conheceu Aurélio Rosal, seu professor de História e Geografia. Na primeira entrevista que fizemos com Aurélio, ele comentou sobre o início de seu namoro de forma saudosista e ressaltou que Cinobelina teve uma criação muito rígida por parte de seus pais e de sua irmã Amélia Elvas, com quem morou na época da escolarização. Aurélio relata:

Era final do ano de 1963, novembro por aí e ela era minha aluna na terceira série, eu era professor dela de história e geografia... No Ginásio Odilon Parente, aí ela foi criada na casa da Dona Amélia Elvas que é a mãe do atual prefeito, irmã dela, foi criada pela Dona Amélia, e ela teve uma criação rígida, ela não ia baile, não deixavam ela ir baile, festa não podia, era uma moça meio presa e aí um dia eu lá no colégio, eu era novo demais também, eu tinha 21 anos pra 22 aí eu tinha uma namoradinha de Cristino Castro⁹ que se chamava Ione, mas notava ela essa aluna, como ela era alta, branca, muito bonita, sempre de olho em

⁹ Cidade localizada no Sul do Piauí, que fica a aproximadamente 30 km do município de Bom Jesus.

mim e eu comecei desconfiar, aí eu pensei, essa menina quer alguma coisa (ROSAL, 2018).

Como podemos perceber os detalhes descritos na fala de Aurélio, era uma moça alta, branca e bonita, atendendo assim os padrões de beleza de um determinado grupo: a elite. Além disso, na época, sua família possuía alto poder aquisitivo. Era uma jovem privada de sua vida social, como sair para ir aos bailes ou alguma festa da cidade, pois como mandava a tradição patriarcal no século XX, “moças de família” tinham que ser preservadas para o casamento (PERROT, 2008).

Com muitos impedimentos, iniciaram um namoro às escondidas numa tarde, no dia 15 de novembro de 1963, uma vez que Cinobelina tinha apenas dezessete anos e possuía apenas o direito de estudar e futuramente pensar em casamento com um pretendente que agradasse sua família. Um impedimento marcante, além de ter que terminar seus estudos, seria o fato de suas famílias serem adversárias políticas, como relata Aurélio,

Foi no começo do namoro, à noite ela já veio falar comigo, com medo da irmã porque era criada presa, não podia sair. E havia mais um problema no nosso relacionamento, meu pai era o prefeito e o pai dela já tinha sido prefeito também, e meu pai era adversário político. Nós éramos todos, da minha família, adversários políticos da família dela, e naquela época quem era adversário político era inimigo mesmo, não tinha relacionamento de namoro (ROSAL, 2018).

Analisando a narrativa de Aurélio, o poder político das pessoas na época, não ia ao encontro apenas com os

seus deveres para com a sociedade, mas sim, influenciava suas vidas pessoais também. Ocorriam conflitos políticos com frequência, pois as famílias não eram apenas adversárias políticas, mas compostas por sujeitos poderosos inimigos, independente do cumprimento de seus mandatos.

O casamento de Cinobelina e Aurélio não seguiu os padrões que a sociedade considerava importantes para o casamento burguês da época, século XIX e XX, baseados em acordos políticos e financeiros e conhecendo o cônjuge no dia do casamento. Ambos não tinham aproximação política e financeira para manter os status familiares. Segundo D’Incao (2012), a vigilância, como se sabe, sempre foi a garantia do sistema de casamento por aliança política e econômica. O costume da vigilância e do controle exercido sobre as mulheres e o seu posterior afrouxamento no decorrer do século XIX, com a ascensão dos valores burgueses, estavam condicionados ao sistema de casamento por interesse.

A família de Cinobelina descobriu o namoro e resolveu mandá-la para o Rio de Janeiro, para a casa de uma tia, como relembra Aurélio,

Logo a família dela descobriu, aí disseram que ia mandar ela pro Rio de Janeiro, já estava terminando o ano letivo, aí ela ia para casa de uma prima no Rio, pra estudar, pra terminar o ginásio pra lá, a fim de não ficar namorando comigo, porque eu era filho de um adversário político [...] só por causa da política [...] prenderam ela, não deixaram mais ela sair, quando ela saía era pra igreja, pro colégio [...] ia pra igreja acompanhada com uma freira ou com outras pesso-

as, mas ia para o colégio e eu era professor, ela tinha que falar comigo (ROSAL, 2018).

Devido aos encontros com Aurélio, e a família ficando ciente do que estava acontecendo, resolveu que a mesma iria terminar a terceira série do Ginásio em Bom Jesus e logo em seguida iria embora para o Rio de Janeiro para que terminasse os estudos por lá. Suas saídas de casa ficaram mais restritas e eram assistidas ou por membros da família ou por uma freira que morava em frente a sua casa. Ela saía apenas para a escola ou para a igreja, uma vez que sua família frequentava a igreja católica por devoção.

Sabendo que seus pais seriam contra a união, no dia 22 de novembro, Aurélio e Cinobelina decidiram fugir a fim de oficializar o matrimônio na cidade de Cristino Castro-PI, pois a tabeliã do cartório tinha uma relação parental com a família de Aurélio, e, provavelmente, faria o casamento dos noivos, mesmo sabendo que os dois estavam fugindo. Bom Jesus era uma das cidades do Sul do Piauí mais desenvolvidas, na época, na segunda metade do século XX, porém para as pessoas adentrarem nesse município, tinha que atravessar o rio por canoa, como relembra Aurélio [...] *eram as canoas, tinha um canoeiro aqui, botava a gente e saía no remo* (ROSAL, 2018). Isso nos mostra o desprezo do poder público com o Sul do estado piauiense.

Conseguiram a travessia, mas não conseguiram oficializar o matrimônio nesse mesmo dia, pois a tabeliã negou o ato, uma vez que a moça ainda não possuía dezoito anos, idade essa que é considerada maioridade para assumir suas responsabilidades diante da socieda-

de. Retornaram para Bom Jesus e mesmo contra a vontade de seus pais, Cinobelina e Aurélio firmaram matrimônio no dia 23 de novembro de 1963 na igreja Matriz da cidade, sob as bênçãos do padre Armando, vigário da época, somente com nove dias de “namoro”, isso porque a honra da moça havia ficado comprometida independente da consumação do ato sexual.

Imagem 6 – Igreja onde foi realizado o casamento de Cinobelina Elvas



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019)

A imagem acima nos remete à Igreja Matriz onde foi realizado o casamento de Cinobelina Elvas em 1963, única igreja de Bom Jesus nessa época. É uma construção situada no centro da cidade. Defronte existe uma pequena praça, característica marcante nos templos católicos, é a “sala de visita” de cidades pequenas. Vale

ressaltar também que as praças outrora não serviam apenas para um descanso das pessoas que estavam fadigadas do calor e do tumulto das feiras, mas também para os animais que ficavam amarrados, como burros e cavalos dos fazendeiros que moravam ao redor, levando em consideração que o transporte era feito por meio desses animais e como local de lazer para passeio e ponto de encontro (CALDEIRA, 2007).

Aurélio relata que o pai de Cinobelina não aceitava a união, porém não tinha o que fazer a não ser aprender a conviver com a situação e relata alguns detalhes do seu casamento:

Fui em casa, tomei banho, troquei de roupa e fui pra igreja, meu tio foi com ela, um monte de estudante, as colegas atrás dela, todo mundo chegou, fizemos o casamento numa boa, aí o velho disse: “meu filho a minha casa é grande, tá mobilhada, tem tudo, tem tudo dentro de casa, você já tem casa?” eu digo: não. Eu moro na casa de meu pai... ele disse: pois fique na minha casa até o dia que você tiver uma casa quando você arrumar um lugar (ROSAL, 2018).

Como podemos analisar, a primeira casa que Cinobelina morou depois de casada, foi a própria casa de seu pai, pelo motivo de não ser um casamento planejado por ambas as famílias. Era uma casa grande que eles chamavam de casarão, localizada na Praça Marcos Aurélio, no Centro de Bom Jesus, como relata o entrevistado:

A casa era muito grande, ia até no outro quarteirão, lá na outra quadra do outro lado, casa muito gran-

de, mobiliada cheia de quarto, de cama de tudo. Foi muito bom meu sogro e disse: “fique com a casa até o dia que você tiver casa ou comprar uma ou você puder fazer”. Era um velho muito bom. Mandava lá da fazenda tudo, mandava era um Jeep cheio, tudo de mantimento. Meu pai também, minha mãe também, ainda ficamos sem comprar nada foi muito tempo (ROSAL, 2018).

Nessa época, Cinobelina já era professora leiga, mesmo portadora apenas do diploma do ensino primário, uma vez que a mesma ainda estava cursando o Ginásio quando se casou, mas já atuava como docente na Escola Franklin Dória, a mesma escola que ela estudou o ensino primário. Aurélio ainda relata que seu pai era o prefeito na época e tinha condições de ajudá-los, “*meu pai tinha três fazendas de gado uma loja muito grande, caminhão, pick-up, tinha tudo e era o prefeito*” (ROSAL, 2018), ou seja, Aurélio, além de professor ajudava nos negócios de sua família.

Aurélio relata que deixou de dar aula e começou a trabalhar com seu pai na prefeitura, não relembrando a data específica de tal ato, apenas remonta sobre o acontecimento e que pegou uma empreitada para fiscalizar a construção de uma rodovia da cidade de Bom Jesus-PI até o distrito de Currais, na época ainda distrito, hoje emancipada:

Era só um povoado daqui de Bom Jesus, aí eu pegava uma turma de homens e colocava lá pra trabalhar e eu ia ficar fiscalizando os homens e eles derrubando na foice a mata, abrindo a estrada pra cá, fiz daqui até os Currais (ROSAL, 2018).

Relata também que foi nessa época que deixou de morar na casa dos pais de Cinobelina, porque os mesmos tinham lhes presenteado com outra casa, *“aquela casa era do meu sogro, do Seu José Elvas e ele deu pra nós, ai eu ajeitei a casa todinha, coloquei cerâmica, arrumei toda, e moramos muito tempo, até o dia que ela morreu”* (ROSAL, 2018).

Imagem 7 – Casa onde Cinobelina morava quando faleceu



Fonte: Acervo pessoal da autora. (2018)

A foto acima é a casa onde Cinobelina viveu seus últimos anos. É uma casa simples, endereçada na Praça Padre Leandro (Praça da Igreja Matriz como é chamada), no centro da cidade onde até hoje residem dois dos seus filhos, Maria Júlia Elvas e Alberco Rosal.

Seis anos após o casamento, Aurélio e Cinobelina tiveram que se separar temporariamente, pois Aurélio prestou concurso para o Banco do Brasil, passou e foi

transferido para Porto Velho-Rondônia. No final do ano de 1969, Cinobelina viaja para Porto Velho, na companhia dos três filhos que já tivera, como conta Aurélio:

Quando chegou lá, ela chegou do final de 69 pra 70... ela chegou em janeiro de 70 aí engravidou, com quatro meses, quatro ou cinco meses ela ficou grávida aí ela começou sentir uns incômodos eu levei ela no médico, o médico disse que ela estava com problema de albumina na urina é um problema que se ela tiver no clima quente e seco do Piauí ela vai sentir problema ainda, mas aqui no clima úmido da Amazônia ela vai morrer, ela não escapa não, se ela ficar nesse clima daqui ela vai perder a vida, então ela tem que ir o quanto antes pro Piauí aí em 70 ela voltou chorando. (ROSAL, 2018).

Vimos que Cinobelina não conseguiu se adaptar ao clima úmido da Amazônia, tendo que retornar imediatamente para o Piauí por fins médicos, grávida do seu último filho. No parto teve complicações devido ao problema que a mesma tivera durante a gravidez, porém a criança nasceu de forma natural no Hospital da cidade de Floriano-PI, onde o sistema médico contava com mais recursos para atender seu caso.

Da união com seu marido, Cinobelina teve quatro filhos, quais sejam: Alberco Elvas Rosal, nascido em 1965, Robson Elvas Rosal 1967, Maria Júlia Elvas Rosal 1969 e Josué Parente Elvas Rosal, 1971. Robson atualmente é advogado e mora em Teresina-PI. Maria Júlia é professora e reside em Bom Jesus-PI. Alberco é autônomo e mora com sua irmã Maria Júlia, enquanto Josué cometeu um

crime há um tempo, cumpriu a pena por seu ato e atualmente mora em uma cidade do Tocantins. Não nos foi informada a cidade.

Imagem 8 – Cinobelina com os 4 filhos e o marido



Fonte: Arquivo pessoal de Aurélio Rosal

Na imagem acima está Cinobelina com seus quatro filhos na companhia do seu esposo Aurélio Rosal. Na narrativa de Aurélio esta foto foi tirada em 1977 nos festejos da cidade de Bom Jesus. Por ser uma cidade de tradição católica muito forte, principalmente na década de 1970, festejavam e ainda hoje festejam a padroeira da cidade, Nossa Senhora das Mercês, no dia 23 de setembro segundo o calendário católico, porém, começam as novenas no dia 15 de setembro e seguem até o dia 23 do referido mês.

A tradição do culto aos santos, ou seja, reservar um dia para festejar e consagrar os feitos de determinados santos ou mártires foi determinado outrora pela igreja

católica e que ainda em cidades pequenas do interior essa tradição é bem aceita. As manifestações religiosas como precisões, pagar promessas e outros ritos ainda fazem parte do ideário da sociedade:

A questão religiosa nos grupos sociais adquire grande importância uma vez que através de suas crenças os indivíduos externam seu modo de se relacionar com o sagrado e com o divino, tendo essa relação expressa por meio dos festejos, procissões, pagamento de promessas, folguedos e demais outras manifestações da crença católica do grupo (SARAIVA, 2017, p. 60).

Cinobelina sempre foi muito católica e frequentava as missas nos finais de semana, pois a mesma foi criada em um ambiente em que o catolicismo era bem presente, uma vez que seu pai era devoto de Nossa senhora, como já foi citado anteriormente, na narrativa de sua irmã Vanda Falcão.

Um fato marcante na vida de Cinobelina Elvas foi sua separação com o esposo Aurélio Rosal, embora ele afirme que conviveu com a biografada desde o seu casamento, em 1963, até sua morte, em 1988. Nas narrativas de alguns entrevistados como familiares e também de ex-alunos, notamos que Cinobelina mantinha uma vida conjugal com dificuldades, mesmo assim mantinha seu casamento por não querer se separar do pai dos seus filhos, porém, em 1984, houve um desentendimento entre o casal, e Cinobelina movida pela emoção e influenciada pela sua família pediu o divórcio ao seu marido, como o viúvo relata.

Ali no Fórum era um mercado, na esquina de cá tinha uma quitanda e uma agência de ônibus, que o ônibus saía dali pra Florianópolis, Teresina e tudo, e eu fiquei na rua bebendo cerveja. Minha sogra, Dona Cinobe e Maria Luiza (irmã de Cinobelina) Foram lá pra minha casa, porque o Robson meu filho ia viajar e aí eu não cheguei pra ajudar a arrumar nada da viagem dele nem nada... quem arrumou foi a mãe, a Cinobelina, a Maria Luiza, e quando eu cheguei, já estava quase despedindo ele na praça, faltando pouco pra sair pra ir embora e aí foi uma briga danada e eu não gosto de confusão, mas nessa hora ela (Cinobelina) chegou e foi me reclamar, me chamar de irresponsável de um bocado de nome lá, porque eu não tinha ido pra ajudar arrumar a bagagem do menino (ROSAL, 2018).

Nas palavras do viúvo, que descreve o motivo que levou Cinobelina a pedir o divórcio, pelo fato de seu filho Robson Rosal, que nessa época cursava direito na capital piauiense, estar de partida, e ao invés de Aurélio ajudar sua esposa na organização da viagem do filho, ele preferiu ficar na rua tomando cerveja, no entanto, quem ajudou Cinobelina com a viagem foi sua mãe e sua irmã, revoltando-se assim a biografada, pois seu marido faltou com suas obrigações enquanto pai. E Aurélio continua relatando a confusão que causou a separação do casal:

Minha sogra entrou pelo meio da confusão eu mandei ela calar a boca, Maria Luiza também, eu disse: “aqui você não se meta que aqui é família separada” e elas começaram a falar muito e eu disse: “caí fora daqui todas duas... vai embora!” Houve uma desavença séria, muito séria, e no dia seguinte acoplaram lá

a opinião da família, procuraram advogado dizendo que queria o desquite. O advogado deu entrada na mesma hora, no mesmo dia veio me perguntar se eu assinava, eu disse: “assinava na hora!” E aí fui lá e assinei, pra não haver nenhuma audiência nem nada. Assinei ali, desquitou e eu peguei um ônibus e fui pra Brasília, nessa época eu era vereador de Bom Jesus, vereador eleito, renunciei o mandato, fiz uma carta pra presidência da Câmara e o Carlos José assumiu o suplente em meu lugar, aí eu fui pra Brasília (ROSAL, 2018).

Movida pelas emoções da situação, Cinobelina em acordo com sua família, pediu o divórcio ao seu marido, que o assinou logo sem nem precisar de audiência, e, renunciando seu cargo como vereador da cidade, Aurélio sai de Bom Jesus com destino a Brasília, deixando Cinobelina com os três filhos que ainda moravam com ela.

Essa separação de Cinobelina com seu esposo perdurou apenas por três meses, pois Cinobelina começou a escrever cartas destinadas a Aurélio, pedindo sua volta, como o mesmo relembra:

Cheguei em Brasília, não demorou 15 dias começou chegar carta da Cinobelina, carta apaixonada e chorando pelo amor de Deus que eu voltasse porque ela ia morrer e não sei o que... que eu perdoasse ela e eu respondia: “você não pediu o desquite?” Eu ficava era com pena dela [...] ainda fiquei uns três meses em Brasília, pra dar uma massada nela e ela chorando, ela escrevia era todo dia, todo dia chegava uma carta dela, uma atrás da outra (ROSAL, 2018).

Nas cartas destinadas ao seu marido, Cinobelina apresentava-se arrependida por pedir o divórcio de forma tão rápida. Enquanto Aurélio não demonstrava nenhum tipo insatisfação com a situação. Relatou que sentiu pena de Cinobelina, porém resolveu voltar para casa apenas três meses depois, com a finalidade de Cinobelina sentir sua falta cada vez mais. Depois que voltou para casa, Aurélio continuou morando com Cinobelina até o falecimento dela, no entanto, não anulou o divórcio oficialmente, como ele relata, *aí consta na certidão de óbito, com 41 anos de idade, desquitada, mas nós nunca mandamos ajeitar lá no Fórum e ficou assim mesmo* (RO-SAL, 2018). A Certidão de Óbito de Cinobelina Elvas se encontra no anexo (A) desta dissertação.

Em entrevista com Maria Luíza, irmã de Cinobelina, ela relata que sua irmã teve uma vida difícil em relação ao seu casamento, porém continuou casada até sua morte, mas em nenhum momento, abordou o assunto da separação temporária de Cinobelina com o marido. Ela ainda relata informalmente que seu cunhado não cuidava da irmã como deveria, pois saía à noite para bares e até mesmo com outras mulheres, enquanto Cinobelina ficava em casa cuidando dos filhos.

Ainda sobre esse fato pessoal da vida de Cinobelina, uma das alunas entrevistadas narra: *“Dona Cinobe era uma pessoa íntegra foi um exemplo de mulher. Marido raparigueiro, um moleque. O pai de Julinha foi um moleque como homem, como marido, como pai foi um moleque, e ela, você não via ela falar mal dele em lugar nenhum”* (SILVA, 2019). Nas palavras da entrevistada percebemos que não só a família de Cinobelina sabia de sua vida pessoal, mas também seus alunos tinham conheci-

mento de sua vivência conjugal, embora Cinobelina não falasse o que vivia.

O que podemos perceber é que Cinobelina possuía certa dependência emocional em relação ao seu marido, pois no século XX era corriqueiro as mulheres suportarem as mazelas do casamento ou por dependência financeira ou pelo fato de realmente manter seu status de casada (PERROT, 2008). No caso de Cinobelina, a afetividade ao seu marido superava as transgressões que ela vivia em decorrência de continuar casada, uma vez que ela não precisava manter o casamento apenas por situação financeira, pois seu trabalho a sustentava e a família do seu pai a ajudava no que fosse necessário.

4.3 Processos de formação educacional

Maria Cinobelina Elvas foi uma criança que viveu sua infância se deslocando da fazenda para a cidade. Passava o período das férias escolares na fazenda de seus pais e no período das aulas ficava na cidade com sua irmã mais velha, Dona Amélia Parente Elvas. Iniciou sua trajetória educacional no curso primário com oito anos de idade, em 1954, na Escola Franklin Dória, ano que seu pai ainda era prefeito, como é relatado com detalhes por sua irmã Maria Luiza Elvas:

Escola primária, a que a gente estudava hoje é ali onde é o quartel de polícia era uma escola, escola Reunida, não tinha nem grupo escolar, ela estudou lá e depois essa escola se tornou a Franklin Dória, o nome já era Franklin Dória, que Franklin Dória foi governador muito influente do Piauí, contanto que

quiseram mudar o nome de Franklin Dória, papai era contra, aí começava a contar a história dele que não poderia mudar. (ELVAS, 2018).

Em 1954 a escola era denominada reunida, ou seja, anteriormente existiam escolas isoladas que praticamente funcionavam em residências de algumas pessoas que se disponibilizavam e se dedicavam a ensinar as primeiras letras, com a junção dessas “salas de aula” tornou-se escolas reunidas.

A prática de reunião de escolas em um mesmo edifício continuou a ser adotada, criando um outro tipo de escola primária denominada escolas reunidas. Embora reunidas, as escolas funcionavam independentes entre si, como isoladas. (SOUZA, 1998 (b), p. 50).

Nessa época era a única escola primária que havia na cidade de Bom Jesus, foi fundada em 1930. Inclusive a cidade não contava nem com prefeitura, e sim, com superintendências, na qual o Intendente era Fábio Paraguassu de Sousa Martins. A respeito da Escola Franklin Dória, podemos destacar:

Esta escola foi a primeira escola gratuita intitulada Escola Singular Franklin Dória, depois chamada Escola Agrupada Franklin Dória, passando para Unidade Escolar Franklin Dória e atualmente chamada Centro de Ensino Médio Tempo Integral Franklin Dória (PEREIRA, SOUSA, 2013, p.12).

Em relação ao processo histórico do desenvolvimento da Escola Franklin Dória, podemos observar que

o mesmo passou por três modalidades diferentes. Em primeira instância ela era uma escola singular, ou isolada como era conhecida antes. As escolas isoladas possuíam características semelhantes às escolas de primeiras letras da época do Império. Eram vinculadas ao estado e funcionavam apenas em uma única sala, com séries diferentes; existia apenas um professor, que era polivalente para atender todas as necessidades dos níveis de aprendizagem de cada aluno.

Outra modalidade que a escola passou a ser foi escola Agrupada Franklin Dória, época em que Cinobelina inicia seus estudos. As escolas agrupadas tinham o objetivo de reunir as escolas isoladas em apenas um local e separar o aluno por faixa etária para aprendizagem, pois como já foi dito anteriormente, as salas das escolas isoladas eram multisseriadas, dificultando o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Na época em que Cinobelina ingressou no ensino primário, o Brasil vinha passando por várias mudanças no setor educacional, causadas pela Reforma de Gustavo Capanema¹⁰, em que foram criadas as Leis Orgânicas do Ensino Industrial, do Ensino Secundário, do Ensino Comercial e, sobretudo do ensino Primário.

O ensino Primário tinha por finalidades,

Proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercí-

¹⁰ Nome da reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”. Disponível em: <www.educabrasil.com.br>. Acesso em 28/04/2019 às 21h51min.

cio das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeçam, dentro de elevado espírito de neutralidade humana; oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade; elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa e à iniciação no trabalho (BRASIL, 1946).

Como previsto na Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946, os alunos ingressavam na escola apenas depois de sete anos de idade. O interesse do Estado era a iniciação cultural que conduzisse ao conhecimento da vida em sociedade, atendendo sempre às virtudes cívicas e morais, além da valorização da vida em família e a preparação para o mercado de trabalho.

Em 1958, Cinobelina termina os quatro anos do primário quando já tinha doze anos de idade. Bom Jesus como era uma cidade pacata, não tinha muitas opções em relação às modalidades de ensino, portanto no ano de 1956 como já foi relatado anteriormente, foi implantado o Ginásio Odilon Parente que atendia de 5ª a 8ª série. Cinobelina ingressa na primeira série ginásial apenas em 1961, uma vez que a instituição atendia uma grande demanda reprimida, visto que era o primeiro e único ginásio do Sul do Piauí na década de 1960. Logo, ela só conseguiu uma vaga dois anos após terminar o ensino primário. Aos quatorze anos de idade, a biografada fez o exame de admissão e conseguiu introduzir-se ao ensino de 2º grau (ensino médio). Segundo a ex-diretora do Ginásio Odilon Parente, Dionéia Crispim, para ingressar no ensino secundário tinha que:

Aluno que queria ingressar no Ginásio tinha que fazer o teste de admissão [...] ele comprava um livro grande, com muitas disciplinas, passava o ano todo estudando pra fazer o teste no final do ano. Se passasse entrava, se não, tinha que estudar o ano inteiro de novo (CRISPIM, 2018).

O teste de admissão era um tipo de seleção em que os alunos eram submetidos a fazer para o ingresso no ginásio, com o objetivo de nivelar as turmas, assim como selecionar a quantidade de alunos, pois como já citamos antes, o número de vagas eram poucas para atender uma larga demanda. Em relação à qualidade do ensino desse Ginásio, Maria Luíza irmã da biografada relata que:

O Odilon Parente era uma escola particular, um colégio maravilhoso que dava uma base, os alunos daqui eram destaque, eu mesmo tenho um irmão formado em medicina que fez o ginásio aqui e no primeiro vestibular passou e muitas outras pessoas (ELVAS, 2018).

Cinobelina por sua família ter posses, teve o privilégio de estudar nesse Ginásio que era particular, e devido a isso não era acessível a toda sociedade bonjesuense. É notória nas palavras da entrevistada a boa qualidade do ensino desse ginásio, entretanto, sabemos que para uma boa qualidade de ensino é necessário ter bons profissionais atuando, porém Maria Luíza Elvas relata que existia uma carência de professores muito grande em Bom Jesus, pela dificuldade de acesso à cidade, uma vez que a mesma não possuía rodovia para o tráfego de auto-

móveis, sendo assim, os professores eram de outras áreas, como médicos, juizes de direito e da ordem religiosa, visto que a escola era de cunho religioso.

Não tinha estrada, quem vinha pra cá era pra morar, então a pessoa era juiz de direito... eram os médicos quem vinham pra ser médico, os padres grandes educadores, as irmãs mercedárias que contribuíram bastante pra educação daqui, na época nossa era a madre Belém, assim, preparadíssima, uma cultura, essa madre Belém. (ELVAS, 2018).

Analisando o relato acima, podemos notar que os professores desse ginásio eram lotados considerando o seu notório saber, pois a precariedade de professores formados para o ensino secundário tornava praticamente inexistente profissional habilitado, mesmo assim a escola se sobressaía em relação ao ensino. O ensino secundário no ano de 1960 era regido pela lei de nº 4.244, de 09 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário, e não tinha a obrigatoriedade dos professores atuarem apenas em suas respectivas áreas.

Cinobelina, segundo os relatos de sua irmã Maria Luíza, conseguiu realizar a 1ª e a 2ª série do ginásio com êxito, porém a terceira ela não concluiu devido ao advento do seu casamento em novembro de 1963, como relata a mesma: *“ela fez o primário e começou fazer o ginásio, ela fez primeira série, a segunda série, terceira série. Ela concluiu até a segunda, ela casou-se bem novinha”* (ELVAS, 2018).

Após seu casamento, Cinobelina deixou os estudos por um tempo para se dedicar ao casamento, aos filhos e

à docência como professora leiga em uma escola de ensino primário, ou seja, a Unidade Escolar Franklin Dória, a mesma onde ela concluiu o ensino primário. Cinobelina escolheu dar uma pausa em sua trajetória educacional, pois com a chegada dos filhos não conseguiu conciliar a jornada tripla: trabalho, casamento e estudo. O casamento com todas as suas responsabilidades, levando em consideração que na década de 1960 a mulher tinha por obrigação cuidar dos filhos, da casa, do marido, e o trabalho, bem como a escolarização feminina não eram valorizados (PINTO, 2003).

Sua irmã Maria Luíza, relata que além de Cinobelina deixar de estudar, teve que se mudar para Porto Velho-RO, pois seu marido havia passado em um concurso do Banco do Brasil e foi transferido para Rondônia em 1969,

E ela não estudou, não terminou o ginásio, aí o esposo fez concurso pro Banco do Brasil e passou. Ela teve uma vida muito difícil, aí foram morar em Porto Velho e lá não deu certo, ela voltou pra cá com esses meninos, com tudo, sozinha com as crianças. (Entrevista em 27/07/2018).

Cinobelina não conseguiu se adaptar ao clima úmido da Amazônia e retornou ao Piauí com seus filhos em 1970, pela razão do seu problema de saúde. Seu marido não queria morar longe, e nem conseguiu uma transferência de volta para Bom Jesus de imediato, conseguindo voltar apenas em 1971.

No retorno de Cinobelina ao Piauí, ela conseguiu novamente retornar à sala de aula como professora e também com o objetivo de posteriormente continuar

sua trajetória enquanto estudante, que foi desenvolvido mediante o Projeto Logos.

A formação de professores no Brasil passou por diversas mudanças, ocorridas no período da ditadura militar (1964-1985), dentre essas, destacamos o Projeto Logos I no ano de 1972, que foi um projeto destinado para professores leigos que não haviam terminado o ensino secundário ou até mesmo o primário, como podemos constatar mediante o Departamento de Ensino Supletivo, (1975, p. 11):

Criou-se o Projeto Logos I, para ser implantado experimentalmente. Nenhuma segurança científica que permitisse base para a experimentação havia sido conhecida pela equipe técnica, razão pela qual a ação do Logos I teria que ser restringida a um experimento, principalmente quanto à metodologia e técnica de ensino-aprendizagem. Embora a *habilitação* para o magistério (2º grau) fosse a solução mais desejável, em princípio ela não seria possível, pois a grande maioria dos professores leigos não possuía sequer o antigo ginásio completo, muitos deles até sem o antigo curso primário totalmente realizado.

A princípio era um projeto apenas experimental, com o objetivo de habilitar os professores que já atuavam em sala de aula e que não possuíam o ensino primário. Foi um projeto do Governo Federal que contemplou apenas quatro estados da federação brasileira, quais sejam: Piauí, Paraíba, Roraima e Rondônia, sendo estes os mais críticos, com maior número de professores leigos na época, como destaca André e Candau (1984, p. 23):

A fase experimental, desenvolvida em 12 meses, atingiu 1488 professores que trabalhavam em 38 municípios de quatro unidades federadas: Paraíba, Piauí, Rondônia e Roraima, obtendo índice de aprovação de 85% de 15% de desistência.

Ainda sobre o Projeto Logos I, podemos destacar que sua metodologia de ensino era na modalidade a distância por meio de módulos de ensino “estruturado numa técnica indireta de ensino-aprendizagem, com base nos módulos e encontros pedagógicos mensais para avaliação, no último domingo de cada mês” segundo o Departamento de Ensino Supletivo (1975. p. 12). O material didático era disponibilizado para os alunos levarem para casa e realizarem as atividades do referente módulo, no encontro pedagógico seguinte aconteciam as avaliações e os cursistas recebiam o material do próximo módulo, conforme o Departamento de Ensino Supletivo (1975. p. 51):

Distribuídos os módulos aos cursistas durante os encontros pedagógicos do último domingo-de cada mês, três momentos consecutivos na dinâmica do ensino-aprendizagem foram observados, sob a orientação do monitor, que é professor titulado: num primeiro momento, havia o estudo individual do cursista, dentro do seu ritmo normal de aprendizagem e da sua disponibilidade de tempo. Num segundo momento, o aluno utilizava os conhecimentos e técnicas aprendidas em sua sala de aula. A sala de aula foi, portanto, o seu laboratório de aprendizagem. Num terceiro momento, que ocorria uma vez por mês, o cursista comparecia ao encontro pedagógico, para avaliações e orientações.

Visto que o Projeto Logos I era um ensino a distância, Cinobelina encontrou a possibilidade de dar continuidade à sua trajetória educativa como destaca sua irmã Maria Luíza Elvas,

O Logos que o governo federal criou, tinha primeiro o Logos I que os estudos era tudo muito difícil, escolas eram pouquíssimas, esse Logos I era o quê? As pessoas que quisessem fazer o ginásio, aí era um ensino através de módulos e ela estudava e fazia as provas aí recebia o certificado de ginásio, quando terminou esse Logos I, ela teve muita sorte, aí o governo criou o Logos II, que já dava nível de segundo grau. (ELVAS, 2019)

Maria Luíza relata a dificuldade do acesso às escolas na década de 1970 no estado do Piauí, onde podemos perceber a precariedade das condições tanto de trabalho dos professores como também do acesso dos alunos à educação. Nesse cenário era notória a importância desses projetos de formação de professores para a vida de Cinobelina Elvas e dos demais professores leigos da região. Cinobelina concluiu o Logos I em 1975, sendo que em 1976 foi criada a extensão do Projeto Logos I, ou seja, o Projeto Logos II. O Projeto Logos II foi ofertado na mesma modalidade de ensino que o Logos I, via supletivo, sendo que no Projeto II os módulos eram mais extensos, totalizando 204 módulos com duração de 28 a 30 meses como ressalta André e Candau (1984, p. 23):

Os módulos são organizados em séries correspondentes a disciplinas, num total de 204 módulos, que devem ser completados num prazo de 28-30 meses

(em média 7 módulos por mês). Cada módulo consiste num fascículo de 20-40 páginas abrangendo disciplinas de educação em geral como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas ou de formação especial como Sociologia Educacional, Didática geral, História da Educação, e outras.

O Logos II tinha em média dois anos e meio de duração. Para a conclusão dos módulos de ensino, atendendo diversas disciplinas como as que foram mencionadas acima. Além das disciplinas, os alunos tinham que realizar quinhentas horas de estágio supervisionado que era feito através de treinamentos de microensino e encontros pedagógicos (ANDRÉ; CANDAU, 1984).

Nossa biografada finaliza as atividades do Logos II em 1977, segundo sua irmã Maria Luíza, e já portadora do diploma de segundo grau inicia o curso na Escola Normal em 1978. Com os filhos um pouco crescidos, Cinobeli-na se esforçou para ingressar no curso Normal, uma vez que a mesma, de acordo com sua irmã, tinha paixão pela docência, e o Ensino Normal lhe trazia maiores possibilidades. *“Ela fez a Escola Normal aqui em Bom Jesus, era uma aluna espetacular, professora mesmo... hoje seria doutora em língua portuguesa que era o que ela gostava, redigia, escrevia bem”* (ELVAS, 2018).

Terminou o curso Normal em 1980 e já lecionava em escolas estaduais por intermédio de contratos de um ano, sempre prorrogando, devido à carência de professores na cidade, conforme relata Maria Luíza:

Antes de ela terminar a escola Normal ela já trabalhava como professora, aí tinha aqueles contratos, a

carência de professor era grande, [...] era aquele contrato, o contrato era por um ano, e não havia possibilidade de não renovar, porque não tinha professor, aí quando terminava tinha que fazer o concurso de efetivação, que no caso dela eu acho que ela nem chegou a fazer o concurso por que ela começou primeiro e tinha aquelas leis que amparava, quem tivesse começado até o ano tal ficaria efetivo (ELVAS, 2018).

No relato de Maria Luíza, vimos que Cinobelina mesmo estudando, sempre trabalhou em escolas como contratada. Depois de um tempo de trabalho, os funcionários do estado do Piauí se efetivavam por tempo de serviço, pois a obrigatoriedade dos concursos públicos veio a ocorrer apenas a partir da Constituição Federal em 1988¹¹.

No ano de 1984 por intermédio do seu vínculo como docente em escolas estaduais, Cinobelina foi convocada a se habilitar, ou seja, fazer o curso de graduação em Língua Portuguesa no sistema da Licenciatura Curta no Campus da Universidade Federal do Piauí na cidade de Floriano, que fica a aproximadamente 400 km de Bom Jesus. Era um curso no período de férias escolares, sendo que abrangia apenas os meses de janeiro, fevereiro e julho, época em que os professores não estavam trabalhando na escola.

¹¹ Conforme Constituição Federal de 1988, Artigo 37 nos Incisos: I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Quando o governo chamou, ela foi fazer... a gente ia fazer o vestibular em Teresina, mas ela já foi em Floriano, eu ainda fiz em Teresina, convocava o funcionário pra ir se especializar, fazer Pedagogia, aí já determinava a área que você ia, eu fiz administração escolar e ela fez Português, só que ela fez em Floriano, porque já melhorou, porque na minha época tinha que ir pra Teresina. [...] aí foi criada a Universidade, um polo lá em Floriano, aí quem vinha do Sul do estado já ficava lá. (ELVAS, 2018).

Com a criação dessa política educacional para formação de professores já em exercício, Cinobelina conseguiu seu diploma de graduada em Licenciatura curta em Língua Portuguesa, em 1985. A licenciatura curta foi uma das políticas implantadas no período ditatorial. De acordo com Nadai, (1988, p. 1). “Na década de 1970, quando, no contexto das políticas que se seguiram ao golpe militar de 1964, ocorreram reformas no sistema educacional abrangendo todos os graus e a criação da licenciatura curta”. Tinha o objetivo de formar professores em áreas específicas para atuação nas séries ginasiais, sendo que a licenciatura curta, de acordo com Nascimento (2012, p. 341) surgiu em “caráter experimental” e emergencial. A prioridade deveria ser a política de valorização e reformulação das Faculdades de Filosofia e suas licenciaturas e a “aplicação sistemática do exame de suficiência tendo em vista o maior número de professores em curto prazo”. Podemos dizer que era uma formação aligeirada, sem compromisso com a boa qualidade do ensino, com finalidade apenas de atingir uma quantidade maior de professores formados.

Maria Luíza relembra com detalhes como funcionava o curso, em que era dada uma bolsa para ajuda de custo dos alunos assim como o material didático:

O governo dava uma bolsa pra ajudar na despesa que dava pra pagar o pensionato, você recebia o salário e ainda tinha essa ajuda de custo e todo material era dado pelo governo, se você precisasse de um lápis de uma borracha, de um *chamex*, eles davam tudo pra gente. Até as pastas pra colocar quando você chegava tinha lá, como dava um kit e ali no decorrer do curso o que você ia precisando eles forneciam (ELVAS, 2018).

Essa “ajuda” que o governo oferecia, tanto para a hospedagem, visto que o curso funcionava em um polo da Universidade Federal do Piauí em outra cidade, como a ajuda com material didático, servia de estímulo para que os alunos, ou seja, os professores se qualificassem para o melhor desempenho em sua docência. Maria Luíza ainda relata que depois dessa licenciatura curta, no ano de 1987, Cinobelina iniciou a licenciatura plena. Os alunos que já tinham feito uma graduação em regime de Licenciatura Curta precisavam apenas de um complemento de um ano para plenificar a graduação (RESOLUÇÃO CES N.º 2, 1999). Nesse caso, Cinobelina conseguiu fazer as disciplinas obrigatórias, tornando-se licenciatura plena, como relata sua irmã Maria Luíza “*Era a curta licenciatura e depois plenificava, foi o caso dela, aí ela fez a curta e depois fez a plena*” (ELVAS, 2018).

Analisando a abordagem sobre o processo da formação educacional de Cinobelina, vimos que ela teve al-

guns privilégios na sua trajetória educativa, pois quando criança mesmo que morasse na fazenda com seus pais, foi para a cidade morar com uma de suas irmãs a fim de cursar o ensino primário. Para frequentar o ensino secundário, Cinobelina pôde estudar no único Ginásio da região, que por sua vez, era particular e seus pais tinham posse para mantê-la regularmente matriculada.

Os entraves para continuar a trajetória educacional começaram a aparecer apenas depois do seu casamento, pois suas responsabilidades haviam mudado. As obrigações domésticas, o cuidado com os filhos assim como sua trajetória profissional por dificultar o prosseguimento dos estudos. Cinobelina com os filhos crescidos retoma suas atividades enquanto estudante no Projeto Logos I e posteriormente, o Logos II destinado para a formação de professores leigos, que não tiveram concluído o ensino secundário, como era o caso de Cinobelina. Ingressou no Ensino Normal, depois na Licenciatura Curta em Língua Portuguesa, que posteriormente plenificou em curso de graduação em 1987. No ano seguinte Cinobelina é vítima de um acidente automobilístico, do qual não resiste e vem a óbito como veremos com mais detalhes no tópico seguinte.

4.4 A morte inesperada e o reconhecimento

No ano de 1988 Cinobelina Elvas já havia terminado sua graduação em Língua Portuguesa, trabalhava na Escola Normal Helvídio Nunes de Barros, assim como também no Colégio Agrícola de Bom Jesus, quando precisou ir a Teresina fazer um curso de extensão proporcionado pela Universidade Federal do Piauí, uma vez que ela era

professora do Colégio Agrícola, instituição essa que fazia parte da Fundação Universidade Federal do Piauí, desde o seu surgimento em 1982. Finalizou o curso, e na volta da capital piauiense, com destino a Bom Jesus, o automóvel que Cinobelina estava inserida virou e a mesma foi vítima fatal do acidente, falecendo num domingo às 11 horas da manhã do dia 13 de março de 1988, na Rodovia Amarante-Floriano no município de Amarante-PI. Embora tenha sido um fato marcante na narrativa das pessoas, a notícia do falecimento de Cinobelina não foi publicada em nenhum jornal oficial da cidade, pelo fato de na época não ter esse meio de comunicação, assim como atualmente ainda não o tem.

A morte da professora Cinobelina Elvas teve grande repercussão não só em Bom Jesus, mas também na região do Sul do Piauí, pois a mesma desde os seus dezesseis anos exercia o ofício da docência em várias escolas de Bom Jesus, sendo conhecida por muitos, como relata a ex-aluna Amália Rodrigues da Silva:

Falar dela (Dona Cinobe) nos emociona, porque foi muito brusca a perda, ela foi pra Teresina e na volta em Floriano, ela sofreu um acidente e eu não pude dar esse adeus e ela deixando os filhos, Julinha muito jovem e aquilo me marcou muito (SILVA, 2019).

Assim como Amália, a colega de trabalho de Cinobelina Elvas, Ivanilde Borges, também relembra sua morte:

Eu me lembro do choque terrível que eu tive no dia que eu soube do acidente que ela morreu. Fiquei

passada, ela era muito nova, alegre, ela tinha um temperamento bom. Os alunos gostavam muito dela, eu tenho alguns sobrinhos que foram alunos dela (BORGES, 2019).

Observando as narrativas das entrevistadas, foi impactante o fato de sua morte repentina uma vez que a mesma foi apenas fazer uma viagem que fazia parte de sua rotina de trabalho e no caminho de casa faleceu, deixando sua família, sua casa, seus sonhos, bem como seus alunos, ainda muito jovem.

Cinobelina Elvas teve sua vida interrompida aos 41 anos de idade, no momento em que estava estabilizada em relação à sua vida profissional, porque tinha concluído as etapas escolares com a finalização de sua graduação em Língua Portuguesa. O marido de Cinobelina por sua vez, nos relatou emocionado sobre a morte da esposa e confessou que é poeta e que a maioria de suas poesias são destinadas à memória de sua esposa. Aurélio Rosal relata poeticamente o episódio da morte de sua esposa:

[...]
Foi dia 13 de março,
Num domingo de horror
Chegou-se a triste notícia:
Morreu meu grande amor.
[....]
Sem a minha proteção,
Tão longe de mim tombou,
Lá no meio do asfalto
Morreu meu grande amor.
[....]
Oh! Cinobe tão querida,

No meu peito há tanta dor,
 Só Deus a mitigará
 Morreu o meu grande amor.
 (ROSAL, 2007, p. 34- 35)

O escrito do viúvo de Cinobelina Elvas acima citado nos remete ao dia de sua morte assim como o sentimento de tristeza que ele sentiu pela perda de sua mulher. Cinobelina foi sepultada no Cemitério Central de Bom Jesus, na manhã do dia 14 de março de 1988, deixando apenas a saudade para as pessoas que conviveram com ela.

Cinobelina Elvas, não ficou apenas na mente dos seus familiares ou de seus alunos. Cinobelina foi “imortalizada” na memória da sociedade piauiense por meio da homenagem que fizeram em seu nome, no ano de 2005, quando foi implantado, na cidade de Bom Jesus um Campus da Universidade Federal do Piauí, que foi denominado Campus Universitário Professora Cinobelina Elvas.

Imagem 9 – Brasão da Universidade Federal do Piauí Campus Professora Cinobelina Elvas



Fonte: Arquivo pessoal da UFPI

A homenagem à professora Cinobelina Elvas se deu a partir de sua importância no imaginário social de Bom Jesus, pois foi professora normalista e funcionária pública do Colégio Agrícola de Bom Jesus, desenvolvendo suas atividades profissionais com responsabilidade, compromisso e seriedade. Vale esclarecer que o Campus foi instituído com seu nome apenas no ano de 2005, porém, Cinobelina era funcionária do Colégio Agrícola, que faz parte da Universidade Federal do Piauí. Cinobelina faleceu em pleno exercício do cargo, uma vez que a mesma estava em Teresina para uma capacitação na própria UFPI.

Durante as entrevistas, questionamos sobre a homenagem que Cinobelina recebeu da Universidade e uma das entrevistadas, Ivanilde Borges nos relata:

Nada mais justo. Porque ela era funcionária da Escola Normal e morreu em pleno exercício do cargo no Colégio agrícola, era muito nova e bonjesuense e professora, nada mais justo. Se tem uma coisa que eu achei justo, foi isso [...] justo por isso, ela era funcionária da Escola Agrícola, ela vinha de um congresso da Universidade. (BORGES, 2019)

A entrevistada, que foi colega de trabalho de Cinobelina, enaltece sua importância enquanto professora da Escola Normal, assim como do Colégio Agrícola. Ainda destaca que Cinobelina faleceu muito nova e, além disso, por ter sua naturalidade em Bom Jesus.

Ainda sobre seu reconhecimento, Maria Luíza, irmã de Cinobelina, relata que:

Em decorrência da forma que ela morreu, a serviço da própria universidade, porque o nome já foi vota-

ção, pedido de algum vereador, foi votado em câmara e tudo e assim, tudo pessoas daqui e ela era muito bem vista, apesar da gente ser assim de família política, ela era uma pessoa que se dava bem com todo mundo, não tinha esses inimigos de jeito nenhum. (ELVAS, 2018).

Além do que Ivanilde Borges relata Maria Luíza ainda acrescenta algumas informações sobre essa homenagem prestada à sua irmã. Ela ressalta que devido Cinobelina ser de família política ela era muito bem vista pela sociedade, até pelos adversários políticos de sua família. Também comenta que quando foi votado em câmara municipal, seu nome obteve votação de forma unânime.

Um fato que não devemos deixar de levar em consideração, esclarecendo que não estamos tirando o mérito da biografada enquanto professora em Bom Jesus, é o fato de que talvez se Cinobelina não fosse de família política, e casada com um dos membros de oposição política de sua família, não teria galgado tal homenagem. Os colegas de seus familiares políticos possivelmente não se oporiam a tal votação ante a tragédia, uma vez que a mesma estava em pleno exercício do cargo e mantinha relação familiar com as duas bancadas que ocupavam a câmara de vereadores da cidade.

5 A ESCOLA NORMAL E A ATUAÇÃO DE MARIA CINOBELINA ELVAS

Antes de iniciarmos a discussão deste capítulo, que concerne a uma revisitação histórica à Escola Normal Helvídio Nunes de Barros e a atuação da biografada Cinobelina Elvas na respectiva instituição, esclarecemos que fizemos uma busca nos sites de pesquisa acadêmica, como por exemplo, no Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, com os seguintes descritores: Escola Normal e Piauí; Escola Normal Helvídio Nunes de Barros; Escola Normal de Bom Jesus, e não encontramos nenhum resultado.

Pesquisamos também, especificamente, no banco de Teses e Dissertações da UFPI com os mesmos descritores e obtivemos três resultados. O fato de não termos encontrado esses trabalhos na BDTD justifica-se em decorrência de a UFPI não estar inserida nessa Biblioteca Digital.

Quadro 4 – Pesquisas obtidas em levantamento

	Autor	Tema	Ano da pesquisa	Tipo de pesquisa
1º	Norma Patricia Lopes Soares	Escola Normal em Teresina (1864 – 2003): reconstruindo uma memória da formação de professores	2004	Dissertação
2º	Cristiane Feitosa Pinheiro	História e Memória da Escola Normal Oficial de Picos (1967-1987)	2007	Dissertação
3º	Ademir Martins de Oliveira	A Ordem Mercedária e a Educação no Piauí: Escola Normal Helvídio Nunes de Barros	2013	Dissertação

Fonte: Elaborada pela autora

Analisando o quadro acima, podemos perceber que as três pesquisas encontradas nos chama a atenção pelo fato de suas temáticas terem algo em comum com a nossa pesquisa, ou seja, a Escola Normal no Piauí, embora nosso foco não seja a Escola Normal, e sim a atuação de Cinobelina Elvas nesse contexto educacional. Contudo as duas primeiras pesquisas nos serviram de base teórica para o desenvolvimento desse tópico, pois encontramos os arquivos completos no site da própria UFPI.

O primeiro trabalho faz uma revisitação histórica da implantação da primeira Escola Normal no Piauí, assim como as transformações no cenário educacional Piauiense no século XX. A segunda dissertação analisa e reconstitui a história e a memória da Escola Normal Ofi-

cial da cidade de Picos-PI, trazendo o contexto vivenciado pelas normalistas, durante as décadas de 1960 a 1980.

Já a terceira pesquisa que nos traz um enfoque sobre a Escola Normal Helvídio Nunes de Barros, da qual teremos um subtópico posteriormente, pois foi a escola que Cinobelina atuou como docente. A encontramos no site com apenas um pequeno resumo sobre a pesquisa e a data da defesa da dissertação¹². Com a finalidade de encontrarmos a pesquisa citada, por considerarmos que seria uma fonte bibliográfica importante para o nosso trabalho, visitamos a biblioteca do programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, na cidade de Teresina no dia 08 de maio de 2019 e também não encontramos a pesquisa em formato físico, pois nos foi informado pela instituição responsável que o trabalho final nunca foi entregue.

5.1 A chegada da Escola Normal ao Piauí

O surgimento da Escola Normal, nos remonta ao século XVIII, uma vez que foi na França durante a Revolução Francesa¹³ que começaram a surgir algumas reformas que contribuíram para o desenvolvimento de uma nova educação, voltada principalmente para a formação de professores. Já no Brasil, a formação de professores

¹² Vale esclarecer também que tentamos entrar em contato com o autor, mas em todas as tentativas tivemos resultados negativos. Ver mais site: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Resumos%20Disser%202013%20INTERNET%20220715.pdf>

¹³ Revolução Francesa (em francês: Révolution française, 1789-1799) foi um período de intensa agitação política e social na França, que teve um impacto duradouro na história do país e, mais amplamente, em todo o continente europeu.

não foi um dos quesitos mais preocupantes na época do Brasil colônia, pois a educação que a colônia recebia era ministrada por padres Jesuítas, ou seja, uma educação totalmente confessional dotada pelos moldes da igreja católica.

Durante todo o período colonial, desde os colégios jesuítas, passando pelas aulas régias implantadas pelas reformas pombalinas até os cursos superiores criados a partir da vinda de Dom João VI em 1808, não se manifesta preocupação explícita com a questão da formação de professores. (SAVIANE, 2009, p. 144)

Foi durante o império brasileiro que iniciou a preocupação com a formação de professores, surgindo a primeira Escola Normal, implantada na cidade de Niterói em 1835.

A primeira iniciativa de criação dessa instituição educacional foi entendida como marco de inserção do ensino normal no Brasil, foi a Escola Normal de Niterói que, deveria servir de modelo às instituições congênicas a serem instaladas nas demais províncias brasileiras. Sua criação foi oficializada através do Ato nº 10 da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro no dia 1º de abril de 1835, sancionada pelo então presidente provincial, Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí (ARAÚJO, 2010 p. 55).

Certamente, o que era visado com a implantação das Escolas Normais brasileiras era a formação de professores para o ensino elementar, e, posteriormente a

modernização do ensino. A partir dessa iniciativa, foram surgindo Escolas Normais em outras províncias como na Bahia e no Mato Grosso, visto que o desenvolvimento educacional do país aconteceria mediante a intervenção de professores que fossem bem preparados. Neste aspecto, Saviani (2009), ressalta,

Esse caminho foi seguido pela maioria das províncias ainda no século XIX, na seguinte ordem: Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885. Maranhão, 1890. Essas escolas, entretanto, tiveram existência intermitente, sendo fechadas e reabertas periodicamente. (SAVIANI, 2009, p. 144).

De acordo com Saviani, o Ensino Normal do Piauí, nosso foco nesse tópico, chega em 1864 na cidade de Teresina mediante autorização oficial dada pela Lei Provincial nº 565 de 05 de agosto de 1864, tendo sua instalação ocorrida a 03 de fevereiro de 1865 e seu regulamento aprovado em 06 de setembro do mesmo ano (SOUSA, 2009).

Para Soares (2010), o curso da Escola Normal da Província do Piauí era destinado a homens e mulheres, ou seja, misto, e funcionava no prédio da Assembleia Legislativa Piauiense e tinha duração de dois anos, com o corpo docente composto apenas por três professores. Essa primeira implantação da Escola Normal na Província do Piauí, não demorou muito para ser extinta, tanto por falta de preocupação em relação à educação das

lideranças locais, quanto pela baixa procura pelo curso de formação, uma vez que o curso possuía um custo anual no valor de 80\$000 (oitenta mil réis) (SOARES, 2010) como mostra o quadro abaixo:

Quadro 5 – Matrículas na Escola Normal no Piauí – 1865 a 1867

ANOS	MATRÍCULAS	FREQUÊNCIA
1865	23	16
1866	07	05
1867	08	05

Fonte: Quadro disponível em ARAÚJO (2010, p. 65).

Com o fracasso da primeira tentativa da criação da Escola Normal no Piauí, durando apenas três anos, posteriormente, houve outras tentativas para a sustentação da Escola Normal Piauiense, no entanto, discorreremos apenas acerca da última tentativa que obteve resultado diferente das demais. Em 1908 um grupo de intelectuais criou uma instituição não governamental, a Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública que se responsabilizou pela formação docente piauiense e instituiu, no ano seguinte, a Escola Normal Livre (SOARES, 2010).

A Escola Normal em Teresina, criada em 1909, para formar professoras primárias em função de sua carência no Estado, optou pela exclusividade da educação feminina, porque seus fundadores entendiam ter a mulher vocação para lidar com crianças, ser uma mão-de-obra acessível aos cofres públicos e não haver uma escola pública secundária para mulheres. A iniciativa destes piauienses ao criarem a Socieda-

de Auxiliadora da Instrução e através dela a Escola Normal Livre representou um marco na educação do Piauí, que a partir daquele momento contou com uma escola de formação de professores de forma sistemática e contínua. Assim, o sistema educacional piauiense passou a dispor de professoras primárias capacitadas que melhoraram seu nível e ficou garantida a continuidade do Ensino Normal (SOARES, 2010 p. 78-79).

Diferente da primeira tentativa de implantação da Escola Normal, ainda no final do século XIX, que era em regime misto, a Escola Normal de Teresina implantada em 1909 destinou-se a atender somente o público feminino, pois como a autora afirma, a mulher era um símbolo materno levando a crer que os cuidados e a aprendizagem das crianças estariam mais resguardados a este sexo. O desenvolvimento da educação piauiense, principalmente em relação à formação de professores, se deve à iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública que acreditou e constituiu uma instituição que atendesse às necessidades educacionais do Piauí.

No entanto, durante o século XX o estado do Piauí passava por problemas educacionais, principalmente, pela falta de professores habilitados para o exercício do magistério, e foram surgindo outras Escolas Normais, como destaca Pinheiro:

A necessidade de substituir o contingente de professores leigos em todo o Piauí promoveu a implantação de escolas normais em algumas cidades do Estado, dentre elas, Parnaíba (1927), Floriano (1931) e só em

1967 em Picos, em plena época da ditadura militar. (PINHEIRO, 2007, p. 62)

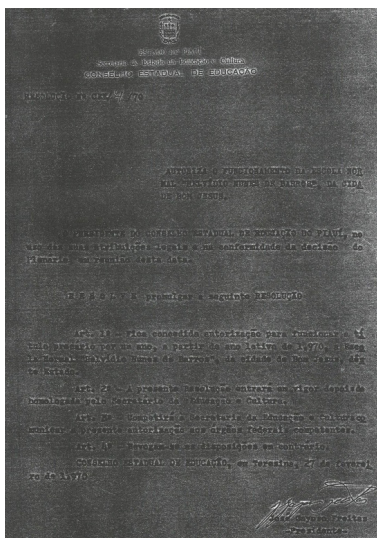
A autora ressalta a criação de mais três Escolas Normais piauienses para atender à demanda das escolas que possuíam somente professores leigos, sendo estas nas cidades de Parnaíba, em 1927; Floriano, em 1931; Picos, em 1967, e podemos acrescentar a criação da Escola Normal de Bom Jesus, em 1970, em plena ditadura militar.

A escola Normal Helvídio Nunes de Barros na cidade de Bom Jesus-PI, principal foco do tópico posterior, foi implantada em 1970 a partir da iniciativa da Ordem Mercedária, principal influência da educação no município, como veremos mais adiante.

5.2 A escola Normal Helvídio Nunes de Barros

Estamos trazendo esse tópico com a finalidade de situar a Escola Normal Helvídio Nunes de Barros, que teve importância para o desenvolvimento educacional não só de Bom Jesus, como também de toda a região Sul do Piauí, e apresentarmos um dos principais espaços da atuação docente da nossa biografada, Cinobelina Elvas. A Escola Normal de Bom Jesus, nomeada como Escola Normal “Helvídio Nunes de Barros” teve autorização para seu funcionamento em 27 de fevereiro de 1970 pelo Conselho Estadual de Educação do Piauí por meio da resolução de nº 04/70.

Imagem 10 – Resolução nº 04/70 de funcionamento da Escola Normal em Bom Jesus –PI.



Fonte: Arquivo da Secretaria de Educação do Piauí



ESTADO DO PIAUÍ
Secretária de Estado da Educação e
Cultura
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº CEE/04/70

AUTORIZA O FUNCIONAMEN-
TO DA ESCOLA NORMAL HEL-
VÍDIO NUNES DE BARROS DA
CIDADE DE BOM JESUS.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação do Piauí, no uso de suas atribuições legais e na conformidade de decisão do Plenário, em reunião desta data.

RESOLVE promulgar a seguinte
RESOLUÇÃO

Art. 1º - Fica concedida autorização para funcionar a título precário por um ano, a partir de um ano letivo de 1.970, a Escola Normal "Helvídio Nunes de Barros" da cidade de Bom Jesus, deste Estado.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor depois de homologada pelo secretário da Educação e Cultura.

Art. 3º - Competirá a Secretária de Educação e Cultura a comunicar a presente autorização aos órgãos federais competentes.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,
em Teresina, 27 de fevereiro de 1970.

José Gayoso Freitas
-Presidente-

Fonte: adaptação da autora

A instituição foi denominada com essa nomenclatura devido à amizade que o bispo daquela época, Dom José Vásquez Díaz tinha com o senador Helvídio Nunes de Barros¹⁴, acreditando também que o político viesse a ajudar na formação da escola, como descreve Carrozas (2013):

Me parece que foi simplesmente por simpatia de Dom José com o Senador Helvídio Nunes de Barros, eram bons amigos e, não sei por que, mas Dom José colocou o nome dele, visando também, é claro, que o Senador ajudasse, na formação da Escola e depois dar continuidade também.

Nas palavras do entrevistado, fica claro o interesse do bispo Dom José em homenagear seu amigo político, na denominação da única Escola Normal do Sul do Piauí, visando que posteriormente a escola fosse vista pelo poder público, não só pela sua importância, mas também pela afetividade que existia entre o idealizador e o fundador da instituição, Dom José e o senador Helvídio Nunes.

Segundo o Regimento Interno¹⁵ da Escola em seus art. 1º e 2º:

A ESCOLA NORMAL HELVÍDIO NUNES DE BARROS é uma instituição educativa, confessionalmente

¹⁴ Iniciou sua vida política como prefeito de sua cidade natal, Picos-PI. Em 1966 foi eleito governador pela Assembleia Legislativa do Piauí. Em 1971 foi eleito Senador e reeleito por mais duas vezes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/helvidio-nunes-de-barros>>. Acesso em 05/06/2019.

¹⁵ Regimento elaborado pelo Conselho Estadual de Educação do Piauí em 1971.

católica, institucionalmente apolítica com objetivo de dar a seus alunos formação integral, a fim de prepará-los para o perfeito conhecimento de seus deveres com Deus, a Igreja e a Pátria.

A ESCOLA NORMAL HELVÍDIO NUNES DE BARROS tem como entidade mantenedora as OBRAS SOCIAIS DO GURGUEIA – entidades de fins filantrópicos a caráter beneficente, educativo, cultural e da assistência social.

Analisando o artigo 1º do Regimento da escola, podemos notar que foi uma instituição que “nasceu” de iniciativas da igreja católica, e não do poder público do estado do Piauí. Seu objetivo principal era a formação integral humana e a preparação de profissionais para o exercício com o divino e a pátria.

Por ser uma escola confessional e ser mantida pelas Obras Sociais do Gurgueia, não possuía um prédio próprio, ou seja, funcionava no segundo andar da catedral de Bom Jesus, localizado na Praça Sete de Setembro, sem número, Centro de Bom Jesus. Esse espaço foi construído com a finalidade de funcionar o Seminário Menor, então durante o dia funcionavam as turmas do Seminário Menor e à noite, as turmas da Escola Normal. Era um espaço amplo, e aconchegante, como relata Carrozas, *“bem, lá em cima da Catedral o espaço é muito bom e Dom José teria pensado funcionar lá a Escola Normal, é um espaço muito bom, é antessala de 100m² com secretaria. Era um espaço físico formidável”* (CARROZAS, 2013).

Imagem 11 – Catedral de Bom Jesus onde funcionava a Escola Normal durante os anos 1970 a 1990.



Fonte: Arquivo da Diocese de Bom Jesus-PI

A escola funcionou nesse espaço da Catedral até o ano de 1990, quando se mudou para outro espaço que também era da diocese, onde funcionavam as escolas-oficinas, que foram fechadas durante esse período. A mudança ocorreu decorrente de algumas dificuldades que o gestor da instituição percebeu e que resolveu mudá-la, como explica Carrozas (2013).

A dificuldade era que estava lá em cima, então, qualquer descida dos alunos à rua demorava e também causava uma desorganização muito grande, uma confusão, sobe escada, desce escada. Portanto, Dom José mesmo viu a necessidade de que embora o espaço físico lá de cima era muito bom, mas a localização era muito ruim, que causava uma desordem de subida e descida, então Dom José, quando, conseguiu liberar

o prédio das oficinas, foi de acordo de levar a Escola Normal pra lá como maior situação geográfica.

Com o intuito de organizar melhor o acesso dos alunos à instituição, e também a dinâmica de funcionamento dos horários de entrada e saída dos alunos, Dom José resolve transferir a escola para outro prédio, mesmo sabendo que o espaço físico era confortável, porém o acesso nem tanto assim. Nesse caso, na época em que Cinobelina foi aluna e também professora da Escola Normal, a instituição ainda funcionava no prédio do Seminário Menor, ou seja, no prédio da Catedral.

A mesma se destinava a ministrar o ensino profissional com curso de Magistério do 1º grau conforme as Diretrizes da Igreja Católica para a formação do educando. Esta escola era de cunho particular, em que os alunos pagavam uma pequena taxa mensalmente para assegurar sua permanência na mesma, como podemos notar na fala da ex-supervisora da escola *“era escola de padres; era da diocese; e era praticamente gratuita; era um pagamento simbólico, só pra manutenção ali, porque aqui não tinha Segundo Grau e isso repercutia nos vestibulares”* (BORGES, 2019).

Sabemos que a instituição era mantida pelas Obras Sociais do Gurgueia, que era uma organização mantenedora da Diocese, e que contava também com as mensalidades dos alunos, como mencionado anteriormente, era uma mensalidade de valor simbólico, mas que ajudava na manutenção da instituição, porém não era apenas isso que mantinha a escola. A escola contava com bolsas de estudo fornecidas pelo estado e também por políticos particulares, como ressalta Carrozas, (2013):

Bem, o estado fornecia bolsas de estudo, os alunos tinham muita bolsa de estudo, e os alunos mais pobres que não conseguiam bolsa de estudo, a Diocese dava essas bolsas [...] Eu sei que em parte, podemos dizer, a maior parte era se, mantida pelas bolsas de estudo, pelas ajudas dos políticos, por exemplo, o Helvideo Nunes de Barros sempre dedicava parte de sua verba para ajudas com o Normal, então era assim, o estado por um lado, os políticos particulares amigos por outro, e as obras sociais envolvidas por outro, para que nenhum estudante que quisesse estudar ficasse de fora por falta de meios econômicos.

Nas palavras de Carrozas, podemos notar que boa parte da escola era mantida pelas bolsas de estudos fornecidas pelo estado, assim como por políticos particulares, como é o caso do Helvídio Nunes, o homenageado da escola Normal, com o intuito tanto de assegurar a permanência da instituição, como para contemplar os alunos mais pobres que não tinham condições de custear seus estudos nessa escola. No tocante à nossa biografada, o custeio das suas mensalidades era pago por ela mesma, pois nessa época ela já era professora leiga em escolas estaduais, mediante contratos ou por indicações políticas.

Em relação ao ingresso à escola, a matrícula dos alunos era feita pelos pais ou responsáveis; ou pelo próprio aluno que possuía a maioria. Eram várias as condições para o efeito da matrícula, destacando assim a apresentação de todos os documentos exigidos pela instituição, sendo este destacado no Artigo 31 do Regimento Interno.

Apresentação da documentação que assegura ao aluno o direito de iniciar ou prosseguir os estudos na série em que pretende matricular-se; a critério da Direção, o candidato pode ser submetido a um exame, caso o resultado desta seja considerado insatisfatório a matrícula pode ser recusada; não haverá renovação automática da matrícula devendo o aluno promovido, através de seu responsável ou por si mesmo, se maior, requerer a matrícula, dentro do prazo previsto.

À luz das instruções do Regimento Interno da instituição, podemos perceber que a mesma possuía certo rigor em relação ao ingresso dos alunos na Escola Normal. O que podemos destacar na citação acima é o teste admissional para o ingresso aos estudos, pois era apenas um critério da direção, porém essa avaliação foi aplicada somente nos primeiros anos de seu funcionamento, como ressalta a ex-supervisora: *“no começo tinha. Depois parou de ter, mas no começo tinha o teste”* (BORGES, 2019). Corroborando com essa narrativa, a aluna Ecileide Martins, que iniciou seus estudos nessa escola em 1986, afirmou que já não existia mais esse teste, como a mesma relata: *“era só você pagar a mensalidade e já entrava; não tinha teste; você só pagava a matrícula e ia frequentar as aulas”* (MARTINS, 2019).

A administração da escola era feita pela direção onde o diretor tinha que ser devidamente qualificado para o cargo a fim de ter êxito nos serviços escolares, no trabalho dos professores e alunos, bem como na relação da escola com a comunidade, como ressalta o Regimento Interno, em seu Artigo 5º.

A responsabilidade funcional do Estabelecimento estará afeta a um Diretor, devidamente qualificado para o exercício da função, que deverá presidir o funcionamento dos serviços escolares, o trabalho dos professores e alunos e as relações da Escola com a comunidade.

Quanto ao corpo docente, os professores tinham que ser habilitados para o exercício do magistério de acordo com a lei que regulamentava a matéria, no caso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB N° 5692/71), que em seu Art. 29 determina que:

A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos.

A escola, por pertencer à Igreja havia aulas de religião, missas comunitárias, festivais religiosos em que a direção convidava todos os alunos para que participassem uniformizados, fazendo assim uma boa imagem que a escola tinha e que queria que permanecesse como salienta o ex-professor: *“havia aula de religião, missas comunitárias com todos os alunos, algumas missas, algumas outras festividades religiosas exigia comparecer todos os alunos uniformizados, mas não era assim uma coisa muito imposta, muito, muito séria, era, era mais um convite”* (CARROZAS, 2013).

Como toda escola possui uma estrutura curricular, a Escola Normal de Bom Jesus também possuía a sua. De acordo com o Regimento Interno (1971) da mesma, ela funcionava da seguinte maneira: “O currículo, como conjunto de todas as experiências sob a responsabilidade do estabelecimento, será organizado pelo Diretor, em equipe com os Orientadores Pedagógicos e com o Corpo Docente do Estabelecimento”.

Percebemos que o currículo era organizado pelos gestores, classificado por função, em que era mais uma forma hierárquica das instituições escolares. O calendário escolar possuía 180 dias letivos dedicados às atividades escolares, eram elaborados a cada ano, antes do início das aulas, pela orientação pedagógica, podendo ter alterações apenas pela direção da escola, que tinha a carga horária mínima de 2.200 horas de trabalho para o ensino médio (antigo 2ª grau) (REGIMENTO INTERNO, 1971).

Esclarecemos que o Regimento Interno da instituição era regido sob a Lei nº 5.692/1971 que vale destacar que em seu Art. 11 aborda que “o ano e o semestre letivos, independentemente do ano civil, terão, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas”.

Em relação à avaliação de aprendizagem, era expressa em notas de 0 a 10, sendo que eram estabelecidos critérios de avaliação como apresenta o Art. 50 do Regimento Interno. Na instituição “Para ser promovido de série o aluno deverá obter, pelo menos nota 5 (cinco) como nota final em todas as atividades, áreas de estudo ou disciplinas”.

Em entrevista com uma ex-aluna Ecicleide Martins, relembra a dinâmica do funcionamento da instituição, em que ela aborda que era uma escola de cunho tradicionalista, que exigia o fardamento adequado para frequentar as aulas,

A gente tinha a farda, o uniforme seria saia no joelho, a blusa de manga de golinha a blusa, tinha que passar a blusa por dentro da saia e colocar o cinto. Tênis não. Sapatinho preto e meia e essa meia ela era longa, no joelho. Às vezes a gente até colocava aquela ligazinha pra meia não descer, pra ela ficar naquele lugar, era tipo assim: a saia praticamente encontrando com a meia, era naquele cumprimento ali, então todos eram nesse sentido, a blusa branca e a saia ela era assim um marrom, bege (MARTINS, 2019).

A ex-aluna conta com ricos detalhes sobre o fardamento da instituição, em que nos permite observar que a Escola Normal possuía algumas exigências para o seu funcionamento, por ser uma escola de liderança da igreja católica, além das cobranças por ser na época um ensino tradicional, essa escola tinha suas próprias regras instituídas, porém essas regras não eram vistas como uma coisa muito rígida a ser seguida, era algo mais combinado do que imposto, como destaca o ex-professor:

Isso depende de cada diretor, e pelo que eu percebi sempre, não houve assim, uma disciplina muito rígida. Acho que foi sempre, uma coisa assim, mais de amizade, de colaboração. Acho que não podemos destacar a disciplina, mas sim a colaboração de alunos e professores para que a escola funcionasse bem.

Pelo que parecia, ela realmente funcionava bem, embora a disciplina não fosse assim, rígida, não fosse uma, uma prioridade, mas os alunos respondiam favoravelmente. Os professores também e acho que nunca teve motivos assim de intervenções mais rígidas (CARROZAS, 2013).

O entrevistado afirma que a escola não tinha esse cunho rigoroso forte comparando-a com as escolas confessionais. Ele destaca a amizade e a colaboração dos alunos para com os professores como ponto positivo para um bom funcionamento na instituição, mas a disciplina tida como rigurosidade não existia. Dessa mesma forma, destaca uma ex-aluna da Escola Normal da década de 80, Zeferina Barros, quando relata:

Naquele tempo já era muito aberto. O padre Carlos era o diretor da Escola Normal... a gente até brincava, que naquele tempo era todo mundo jovenzinho aí ficava a fila de carro ali, cada um com um namorado, depois ia entrando tudinho, depois que batia a campã, e ele ficava lá na porta esperando a gente, brigando, mas aquela coisa assim, bem *light*. Eu acho que não tinha rigor assim não. O rigor que é próprio das escolas que são orientadas pela igreja, os padres e freiras são muito rigorosos... lá não; tinha, claro! Tinha a exigência do uniforme, o uniforme era padronizado, era saia abaixo do joelho, isso tudo tinha, embora a gente fizesse tudo pra dobrar, botasse grampo, clipe, mas tinha o uniforme sim (BARROS, 2019).

Podemos notar que nas palavras dos entrevistados acima, que fizeram parte dessa escola na década de

1980, tanto o professor como a aluna concordam em suas narrativas no que concerne a rigurosidade das regras da escola. Existiam as regras em relação ao uniforme, assim como a organização das turmas. Embora as alunas não gostassem muito do uniforme, eram obrigadas a usá-lo, mesmo com insatisfação principalmente da saia que era abaixo do joelho, era evidente, embora arrumassem um jeito de diminuí-la, usando artifícios como dobrá-la, colocar grampos ou até mesmo cliques.

Uma das regras que eram seguidas na escola além do uso do uniforme era também o cumprimento do horário certo, tanto da chegada dos alunos, como da saída, como relembra Martins (2019) *“O horário era das 19:00 às 23:00. Se chegasse atrasado não entrava. Muitas vezes o aluno era punido porque às vezes saía antes do horário, recebia punição. Geralmente era suspensão que era dada pela direção da escola, às vezes de três dias. Essas punições estavam de acordo com o Art. 52 do Regimento Interno que afirma que: “os alunos são passíveis das seguintes penalidades: a) advertência reservada; b) advertência pública; c) suspensão; d) exclusão da escola”*.

Levando em consideração que as regras da escola refletiam mais nos horários dos alunos, podemos notar que a preocupação com a pontualidade era uma característica da instituição, com a finalidade de passar uma visão de responsabilidade para suas obrigações.

O Regimento também assegura que os professores, ou até mesmo os outros funcionários da instituição, poderiam ser penalizados pela direção da escola, mas não esclarece quais as regras que tinham que deixar de ser cumpridas, para que fossem penalizados. Além disso, a ex-aluna aborda que as salas eram superlotadas, pois a

única Escola Normal do Sul do Piauí nessa época era a de Bom Jesus.

As turmas eram lotadíssimas, acho que eram quarenta, quarenta e poucos alunos, porque as salas lá da Escola Normal eram salas muito grandes e elas eram lotadas, porque toda essa região de Manuel Emídio, de Elizeu Martins, Colônia, Palmeiras, Redenção¹⁶, todo mundo estudava aqui... (MARTINS 2019).

Por ser a única Escola Normal da época, no Sul do Piauí, a demanda de alunos era grande, pois havia necessidade de continuar o processo de escolarização da população.

Outro ponto que não podemos deixar de abordar era a importância que a Escola dava com a valorização da pátria. O desfile do dia Sete de Setembro era um marco histórico que tinha que ser lembrado pela Escola Normal, como ressalta a entrevistada: *“era a coisa mais linda [...] aliás, eram as escolas daqui todas reunidas, sempre faziam todas, era a coisa mais linda, eu acho que eu não tive oportunidade de ver nenhum desfile tão lindo como os de Bom Jesus, em lugar nenhum”* (BORGES, 2019).

Estávamos passando pelo Regime Militar, e era cobrado o civismo e o amor à pátria em todas as escolas, e a data, Sete de Setembro era a fiel representação de tal ato, como ressalta Araújo, 2015:

O 7 de setembro se tornou um marco no processo da História do Brasil em comemoração à Independên-

¹⁶Essas cidades grifadas, todas fazem parte da região sul do estado do Piauí.

cia configurando-se como um dia “feriado” nacional para que a comunidade civil pudesse acompanhar os festejos que são marcados pelo patriotismo, a presença dos desfiles dos militares que representam as Forças Armadas Brasileira em defesa da Pátria, portanto, tornando-a uma data especial comemorada por uma solenidade na maioria das vezes cheia de pompa.

As escolas Normais no Brasil deixaram um grande marco no processo educacional brasileiro. A formação de professores tem papel fundamental para o desenvolvimento da educação, e as escolas Normais foram as responsáveis por tal desenvolvimento. A Escola Normal Helvídio Nunes de Barros deixou uma contribuição não só para o município de Bom Jesus, mas também para toda a região Sul do Piauí.

Era porque aqui no Sul do Piauí não tinha o magistério, e era muito boa a escola nos primeiros anos... Durante muito tempo ela foi muito boa e foi útil, ela foi exatamente, se manteve em Bom Jesus quando Bom Jesus precisava, porque não tinha segundo grau, depois veio o colégio agrícola, colégios particulares, ela passou a ser pouco necessária e acho que por isso foi extinta... (BORGES, 2019).

Nas palavras da entrevistada, a importância e a utilidade da Escola Normal, principalmente nos primeiros anos de sua implantação eram notórias. A região não dispunha de nenhuma escola de ensino médio, nem para a formação, nem para a atuação no Magistério, pois como ressalta Saviani (2008 p. 15) a escola Normal “visava à

preparação de professores para as escolas primárias, Escolas Normais preconizavam uma formação específica. Logo, deveriam guiar-se pelas coordenadas próprias do modelo pedagógico-didático” (SAVIANI, 2008, p. 15).

Com duração de 31 anos (1970 até 2001) o legado deixado pela instituição, são centenas de profissionais formados para o exercício do magistério. A referida Instituição teve seu fechamento por inúmeras razões, uma delas foi a ação governamental em que foi implantado no estado escolas públicas com ensino médio.

O estado abriu, por essas épocas abriu 2º grau muito, até no interior não é? Até no interior, em todas as cidades, porque no tempo da Escola Normal, 2º grau não havia em toda região, praticamente só aqui, então tinha muito aluno, mas quando o estado começou a abrir 2º grau aqui e acolá, diminuiu muito o número, até que chegou aí, a ter só uma matrícula. Um ano aí, tivemos que suspender. (CARROZAS, 2013)

É fato notório a causa da extinção da escola Normal de Bom Jesus, pois a demanda de alunos crescia a cada ano, porém o estado começou a implantar o Ensino Médio gratuito até nas comunidades afastadas da cidade. Sendo assim, a facilidade ao acesso ao ensino médio melhorou de forma significativa a educação no Sul do Piauí.

Conforme entrevista com o Bispo Dom Ramón, no ano de 2001 a Escola Normal contava apenas com um aluno matriculado chegando ao ponto de não ter recursos suficientes para manter os salários dos professores que ali estavam. Então, no mesmo ano, a Escola Normal

Helvídio Nunes de Barros de Bom Jesus foi fechada, causando tristeza para muitos que um dia conheceu sua história, permanecendo assim, nas lembranças de muitos a contribuição desta escola.

Cinobelina Elvas estudou em tal instituição e após se formar profissionalmente e identificar-se com a escola tradicional, se tornou professora na mesma instituição.

5.3 A atuação de Cinobelina Elvas na Escola Normal de Bom Jesus (1981-1988)

Como mencionamos anteriormente, a biografada Cinobelina Elvas, inicia seu ofício enquanto professora leiga desde que finalizou o ensino primário, na Unidade Escolar Franklin Dória, quando começa a ministrar aulas ali mesmo com dezessete anos de idade, mediante contrato de trabalho do Estado do Piauí. Cinobelina trabalhou durante um período como professora leiga até finalizar seus estudos na Escola Normal, em 1980, e logo em 1981 é contratada pela direção da instituição como professora.

Escolhemos a Escola Normal de Bom Jesus como destaque desse marco temporal, na vida profissional de Cinobelina Elvas, por ser a escola que a mesma estudou por três anos, obtendo sua formação para a docência e lecionou por mais tempo intermitente. Na busca pelas fontes orais, encontramos mais informações sobre essa época, ou seja, um período com duração apenas de sete anos, que foi interrompido pela sua morte no dia 13 de março de 1988.

Buscamos fontes documentais como registros desse período e não o encontramos, pois na cidade não exis-

te um arquivo público e a documentação da antiga escola Normal ficou “isolada” no prédio onde funcionava a instituição desde o fechamento da escola no ano de 2001. No ano de 2017, toda essa documentação que resistiu à má preservação foi transferida para o arquivo público da Secretaria de Educação do Piauí na cidade de Teresina, na qual em visita a esse local no mês de julho de 2018, nos foi informado que boa parte da documentação da Escola Normal tinha se perdido com o passar do tempo porque não estava em uso desde o fechamento da escola em 2001, sendo que os documentos que foram resgatados eram alguns históricos escolares, diplomas, e documentos legais da própria instituição, e alguns livros de registros mais recentes a partir de 1995, que não nos interessou para a pesquisa após análise.

Em entrevista com Ivete Abade, ex-secretária auxiliar da Escola Normal¹⁷, sobre o tempo de trabalho de Cinobelina no Normal ela ressalta: *“Deixa eu ver aqui (...) nos anos 80 todos... Ela foi professora lá foi muito tempo, até quando ela morreu. (ABADE, 2018).* Corroborando com essa narrativa de Abade, a irmã da biografada, Maria Luíza Elvas, também ressalta: *“ela trabalhou no Normal por muito tempo, você vai encontrar muitas alunas dela do Normal, desde 81 ela foi contratada e ficou lá até quando morreu” (ELVAS, 2018).* Cinobelina tinha um vínculo com a Escola Normal como contratada, pois atendia às exigências da formação do quadro de docentes da instituição, pois condiz com o Regimento Interno que consta que “o corpo docente será constituído de professores

¹⁷ Foi secretária auxiliar da instituição desde 1973 até o fechamento em 2001. Entrevista concedida em sua residência no dia 24 de julho de 2018, à pesquisadora.

habilitados para o exercício do magistério na forma da Lei que regula a matéria”.

Levando em consideração os relatos das entrevistadas, podemos perceber que o tempo em que Cinobelina lecionou nessa instituição não foi muito longo, porém conseguimos analisar sua prática de acordo com relatos de algumas alunas, assim como funcionários da instituição. Revisitar a memória da atuação docente de Cinobelina, enquanto professora normalista significa permear nos caminhos das lembranças e dos esquecimentos dos entrevistados, em busca de informações que nos proporcionem possíveis resultados da nossa investigação.

Uma das entrevistadas que aborda sobre a trajetória docente de Cinobelina enquanto normalista é Ivete Abade, que embora um pouco debilitada por ter sofrido um AVC há dois anos, comenta que Cinobelina era uma professora que gostava de ser professora e que era competente em seu ofício:

O que eu sei da Cinobelina, é que era uma pessoa muito competente, gostava de dar aulas. Em 81 quando começou, ela dava aula parece que era Literatura Infantil, Práticas Escolares que é a mesma que Práticas de Ensino e Didática, na Escola Normal (ABADE, 2018).

Na fala da entrevistada vimos que Cinobelina iniciou sua docência como normalista, ministrando três disciplinas básicas do currículo da Escola Normal. Fizemos levantamento das disciplinas que eram ministradas na Escola Normal de Bom Jesus na década de 1980, por meio de um histórico escolar de um ex-aluno da institui-

ção, que está em anexo, (ANEXO E). Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 6 – Disciplinas ministradas na Escola Normal na década de 1980

Disciplinas	
Educação Geral	Formação Especial
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Redação e Expressão
Ensino Religioso	Literatura Infantil
Educação Artística	Artes Infantis
Geografia	Fundamentos Psicológicos
O.S.P.B ¹⁸	Fundamentos da Filosofia
Matemática	Est. E Fund. do Ensino do 1º e 2º Grau
Programa de Saúde	Metodologia das ciências
Língua estrangeira (Inglês)	Prática de Ensino
Educação Física	Estudos Regionais
História	Fundamentos sociológicos
E.M.C ¹⁹	Complemento da matemática
Química	Didática
Biologia	Administração Escolar
	Metodologia da Matemática
	Metodologia dos Estudos Sociais
	Estágio Supervisionado

Fonte: Informações extraídas de um histórico escolar de ex-aluno da Escola Normal Helvídio Nunes de Barros.

O quadro apresenta um total de trinta disciplinas distribuídas em um período de três anos com o objetivo de, ao final do curso, formar o estudante para a habilitação ao exercício do magistério. Eram disciplinas específicas do segundo grau (ensino médio), e também

¹⁸ Organização Social e Política do Brasil.

¹⁹ Educação Moral e Cívica

disciplinas para a formação especial dos alunos, como mencionado no histórico escolar.

Cinobelina, no início de sua docência como professora normalista, ministrou as disciplinas de Literatura Infantil, Didática e Práticas de Ensino, todas fazendo parte do currículo para a formação especial, uma vez que a mesma, nessa época, era recém-formada na própria Escola Normal. A entrevistada destaca ainda a competência de Cinobelina em ministrar suas aulas, asseverando que: *“os alunos gostavam demais dela, era uma professora maleável, que entendia os alunos”* (ABADE, 2018).

Essa didática de Cinobelina, sendo uma professora flexível e maleável com seus alunos não era vista, por alguns profissionais da instituição, como algo bom e positivo, e sim como uma professora que provavelmente não teria o domínio de suas aulas, como destaca a entrevistada Dionéia Crispim, ex-secretária da Escola Normal:

Os alunos gostavam dela, logo ela era muito “mole” mesmo, e aí os meninos (...) ela era assim, muito boazinha, todo mundo gostava dela por isso que a gente dizia que ela era mole. Era muito compreensiva com os meninos. No colégio todo mundo gostava dela, ela manuseava bem os meninos, a gente chamava ela de mole exatamente por isso, porque os meninos faziam gatos e sapatos dela, mas ela era muito boa professora (CRISPIM, 2018).

Embora afirmando que a biografada possuía uma boa relação afetiva com os alunos, e que todos na instituição gostavam dela, a colega de trabalho criticou o trabalho de Cinobelina em relação à sua prática. Apesar de

a mesma “possuir um bom manuseio em relação aos alunos”, a entrevistada expressa que Cinobelina era “mole” e que os alunos a faziam de “gatos e sapatos”, ou seja, ela não possuía domínio de turma, tinha problemas com a indisciplina dos alunos, com narrativas vindas do senso comum.

Dionéia relata que a didática de Cinobelina não condizia com as práticas exercidas em plena década de 1980, pois o país estava passando pelo final de uma ditadura militar, e que o “modelo” de educação da época era o tradicional em que o professor seria o detentor do conhecimento e o aluno era apenas para receber o que lhe era informado. Esse tipo de prática, criticada por Freire (1980) em que a denominou de educação bancária, não era praticada com ênfase por Cinobelina, que valorizava a disciplina, a obediência, a transmissão vertical de conhecimentos.

No tocante a essa prática de Cinobelina, enquanto professora que tinha como característica a flexibilidade, em entrevista com a ex-aluna Amália Rodrigues da Silva, ela relata:

Estudei três anos no Normal, ela como minha professora. Você sabe que professor vai além do que essa palavra professor, naquele tempo em que o professor era aquele ditador, ela já era uma professora além dessa palavra. Ela era uma mestra-amiga, ela era uma conselheira, ela era muitas vezes mãe; ela era um apoio que a gente tinha na escola. Ela tinha um jeito muito duro de falar com a gente, mas era nesse, desse jeito dela que ela ganhava, sabe? (SILVA, 2019).

A entrevistada destaca que o papel do professor não é apenas ditar o conhecimento, pois o seu ofício vai muito mais além. Amália Silva, estudou durante três anos na Escola Normal e relembra que a biografada possuía uma postura diferenciada com seus alunos em relação a outros professores; relata que por mais que fosse duro no seu modo de falar, ela era conselheira e apoiava os alunos em algumas situações, como por exemplo, em deixar os alunos entrarem em suas aulas, mesmo estando atrasados, o que era uma das regras proibitivas da escola. Se os alunos chegassem atrasados não assistiam às aulas, como relembra Amália, *“ela era aquela pessoa que me ajeitava de todo jeito, eu era menina do interior, sofri muito pra estudar, se eu chegasse em cima da hora, ela ia lá, falava com o diretor que era o padre Carlos e ela falava que eu ia assistir aula e eu entrava”* (SILVA, 2019).

Nas palavras de Amália, percebe-se que Cinobelina prezava pelo aprendizado dos alunos, mesmo flexibilizando as regras da escola, não a impedindo de assistir suas aulas pelo fato de chegar alguns minutos atrasada. Sobre essas atitudes de Cinobelina em relação aos seus alunos, Ecicleide Martins, que também foi aluna de Cinobelina, relembra a época que sua mãe foi matriculá-la:

Eu fui aluna da escola Normal em 1986, 87 e 88. Em 86 quando eu iniciei, e na época que eu fui para me matricular, no período regular para as matrículas, minha mãe não teve como fazer minha matrícula, não tinha recurso financeiro para isso, e quando ela chegou à escola Normal, uns dias depois, disseram que não tinha [...], a direção da escola não tinha mais vagas, e ela ficou muito triste com isso e no retorno,

já voltando pra casa, da escola, ela encontrou com Dona Cinobe, conversou com ela, e Dona Cinobe falou pra ela não ficar preocupada que ela ia conversar na escola e que ela iria conseguir minha vaga. Pediu que ela retornasse à escola à noite, naquele mesmo dia à noite, levando o dinheiro da matrícula que ela iria tentar conseguir minha vaga. E foi isso que minha mãe fez, ela voltou lá na escola novamente à noite e aí conversando com Dona Cinobe, ela já tinha articulado e conversado com a direção da escola e deu certo. Eu devo muito a ela nesse sentido (MARTINS, 2019).

A ex-aluna relembra esse acontecimento com gratidão no tocante à ação exercida pela professora. Devido à escola ser particular dificultava um pouco a situação de alguns alunos que não tinham recursos financeiros suficientes para custear seus estudos.

O fato de Cinobelina ajudar a aluna a se matricular na instituição nos permite perceber duas situações distintas, a primeira por ela ajudar uma pessoa que precisava e queria continuar sua trajetória educativa, e a segunda pela influência política que carregava, tanto do lado da família do seu pai, quanto pelo lado político de seu esposo. A figura social que Cinobelina representava por ser filha de ex-prefeito, esposa de vereador²⁰ e até mesmo por ser irmã do prefeito da cidade na década de 1980, simbolizava uma pessoa influente em várias situações em que lhe recaía o dever de amparar quem buscasse sua

²⁰Aurélio Coelho Rosal, esposo de Cinobelina Elvas foi vereador de Bom Jesus pelo (PDS) no mandato de 01/02/1983 a 31/12/1988. Nessa época ainda perdurava os mandatos de seis anos para vereadores e prefeitos (SETUVAL, 1999).

ajuda, pois além da característica de ser “caridosa”, como relataram alguns entrevistados, a mesma não queria e não devia desagradar o eleitorado de “suas famílias”. Sua filha, Maria Júlia Elvas relata que, *“Na escola Normal ela arranjava, na época o meu tio era prefeito, então ela lutava quando a pessoa não tinha condição de pagar, ela ia atrás e arranjava bolsa. Se uma estudante humilde engravidasse ela fazia até o chá de panela”* (ELVAS, 2018). O fato de seu irmão ser o prefeito²¹ da cidade nesse período facilitava o acesso de Cinobelina em conseguir ajudar seus alunos com bolsas de estudos, ou em outros auxílios como foi citado anteriormente.

Voltando à prática de Cinobelina na Escola Normal, ela iniciou como professora de disciplinas específicas, mas quando começou o curso de Licenciatura Curta em Língua Portuguesa, assumiu tal disciplina a partir de 1984, como relembra a ex-aluna Amália Silva,

Ela era minha professora de português, e foi também de língua pátria e estudos sociais. O Normal era das 19 às 23 horas que era puxado e tinha um diretor espetacular e os professores também. Não era esse tempo nosso não, era diferente. No tempo dela era mesmo. Não se usava livro consumível como hoje, era apostila e era escrevendo mesmo, sabe? Lembro muito no tempo do Normal, nossas redações ela era rígida que só, carinhosa, mas rígida; mandava voltar: “pode voltar bicha, que tu tem capacidade! Vá fazer as coisas direito! Que preguiça é essa que você tá hoje?” ela dizia, me lembro como hoje (SILVA, 2019).

²¹ Renato Parente Lustosa Elvas (PDS), irmão de Cinobelina foi prefeito de Bom Jesus-PI no mandato de 01/02/1983 a 31/12/1988. (SETUVAL, 1999).

A ex-aluna destaca as disciplinas que Cinobelina ministrava assim como os horários de entrada e de saída da Escola Normal, elogiando o diretor, bem como os professores da escola. Quando Amália coloca: “*não era esse tempo nosso não, era deferente*” a mesma faz referência ao que era ser aluno, e até mesmo ao que era ser professor há 35 anos, levando em consideração que tanto a prática do professor como a figura social do aluno era diferente, pois atualmente ela é professora da rede estadual e diretora de uma escola particular em Bom Jesus-PI. Na narrativa de Amália, ela lembra com detalhes as ações da professora que era carinhosa, mas ao mesmo tempo, também era rígida no tocante à realização das atividades dos alunos, principalmente as redações em que a biografada exigia que fossem bem escritas, pois reconhecia a “capacidade” de escrita dos seus alunos. Ainda narra que não existiam livros consumíveis como hoje, havia apenas apostilas e os alunos precisavam copiar os conteúdos e as atividades.

Comungando com essa mesma ideia, Ecildeide Martins, também relembra que Cinobelina foi sua professora de português,

Na minha turma era só Português que ela ministrava. Falava corretamente, era aquela professora mãe-zona, assim de dar atenção, de ouvir, carismática... Gostava muito de fumar. Às vezes costumava até fumar na sala, na janela... Encostava na janela pra fumar (MARTINS, 2019).

Em relação ao afeto e à admiração que as alunas tinham pela professora, isso é notório, uma vez que Ci-

nobelina conquistava seus alunos por ser carismática e dar atenção não só no tocante aos conteúdos, mas também em alguns aspectos pessoais, como descreve Amália, destacando que a professora se preocupava até se os alunos já estavam com suas mensalidades em dia: “*Ela pensava no melhor pra nós, era o que ela dizia. Ela era assim tão cuidadosa que ela procurava saber: “você já pagou? Você já tá ok com a mensalidade?”*” (SILVA, 2019). Segundo a aluna, essa preocupação da professora era recorrente com os alunos mais humildes para assegurar que não descontinuassem seus estudos.

Uma das coisas que nos chamou a atenção na narrativa de Ecicleide Martins foi o fato de a biografada fumar durante suas aulas, não sendo esta uma prática correta para a postura de uma professora em sala aula naquela época. Levando em consideração que em plena década de 1980 existia uma forte campanha para o consumo e a industrialização de cigarros, para o crescimento do mercado de tal produto, principalmente com campanhas que eram ilustradas com figuras femininas, como símbolo de liberdade (REIS, 2012), porém, a atitude de Cinobelina não era bem vista por alguns membros da escola, como destaca a ex-secretária da escola, Dionéia, “*ela fumava em sala de aula, ave Maria! Desrespeitando os alunos, e olha que era uma escola da igreja!*” (CRISPIN, 2018). Na narrativa de Dionéia, notamos que a escola percebia esse “erro” de Cinobelina, mas não se pronunciava sobre tal ato, mesmo sendo uma escola da igreja católica, onde a mesma tinha o dever de zelar pelos bons costumes dos alunos, evitando vícios, que eram concebidos não apenas como inadequado, mas como pecado.

Ecicleide Martins ainda lembra que a forma de sentar da professora em sala de aula chamava atenção dos alunos: *“Ela sentava sempre assim, tinha uma forma de balançar o pé, você só via ela sentada com o pé dela sempre em movimento”* (MARTINS, 2019). Sobre esse aspecto, Amália Silva também destaca que Cinobelina tinha esse “tic tic” na perna e que por mais que não demonstrasse, parecia estar preocupada com questões pessoais, como relata,

Ela foi uma das esposas mais sofredoras dentro de Bom Jesus e ela nunca queria passar isso pra gente... pelo contrário[...] se a gente chegasse... eu te digo isso assim... eu falo pela turma... ela tinha um tic tic nervoso na perna que às vezes a gente sorria muito... Até a forma da gente chegar na sala passava isso pra ela, ela se preocupava tanto com a gente (SILVA, 2019).

Ainda que amável com os alunos, a professora demonstrava suas ansiedades no fumo e na inquietude do balanço das pernas. Transtorno associado à sua vida conjugal.

No relato da ex-aluna, notamos que Cinobelina tentava não passar para a turma os acontecidos da sua vida pessoal, embora em uma cidade pequena como Bom Jesus, as notícias circulavam com facilidade. O fato de a vida conjugal de Cinobelina não andar muito bem, não afetava sua prática em sala de aula, pois ela tentava ser discreta em relação a isso, porém, era evidente em outras formas, como por exemplo, o “tic tic” nervoso na perna e os inúmeros cigarros consumidos durante as aulas ou fora delas. Sobre sua ansiedade, Nóvoa (1992, p 17) afirma

que “é impossível separar o eu profissional do eu pessoal” uma vez que as esferas de sua vida profissional e pessoal estão interligadas.

Em relação às práticas utilizadas por Cinobelina em um suas aulas, principalmente as de português, (às vezes ela também ministrava algumas disciplinas, como a de Ciências, Estudos Sociais e Geografia) as alunas entrevistadas não recordaram metodologias que fossem diferenciadas, além do uso do quadro e das apostilas ou alguns livros, como relata Vinólia Santiago (2018): *“Ela usava muitos questionários no quadro, quando ela dava aula de Geografia e Português. A gente copiava demais a gramática, era muito boa, deixava a gente livre”*. Comungando com essa mesma afirmativa, Ecicleide Martins (2018) ressalta: *“eu não me lembro bem assim, em parte de dinâmica, assim de algo mais dinamizado, não existia naquela época, era mais o quadro mesmo”*.

No tocante às avaliações das disciplinas que Cinobelina ministrava, Amália Silva relembra que:

Com autonomia, mas era assim, muito dura, ninguém enrolava ela. Era daquelas professoras que na hora da prova ela fazia mesmo valer, ela ficava dentro da sala, nenhum aluno passava os pés nela não [...] não sei se é porque eu sempre fui muito responsável e elas me elogiavam muito... eu estava vindo do interior... Raimunda Aurea²², a gente odiava Raimunda Aurea, porque todo mundo, por um décimo ficava... Dona Cinobe era mais flexível, ela ajudava, ela considerava algumas respostas subjetivas nossas, se tives-

²²Outra professora de português da Escola Normal.

se no rumo, não precisava estar igual ao livro, mas mesmo assim ela dizia, “você vai fazer recuperação porque você não entendeu os conteúdos. Eu podia muito bem lhe dar, mas você vai ter que fazer”.

Na fala da ex-aluna, há uma comparação da biografada com outra professora da instituição, no tocante à postura em sala de aula, principalmente nas avaliações, uma vez que nas correções das provas, Cinobelina considerava algumas respostas subjetivas dos alunos, não precisava estar tal qual o livro. Cinobelina é citada na fala da aluna como uma professora rígida, porém flexível, que sem sair da sua autonomia de professora, dava liberdade aos alunos, mantendo uma relação saudável entre professor e aluno. Ou seja, ainda que adotasse uma postura consoante à corrente pedagógica tradicional na metodologia de ensino, ela era querida por se aproximar dos alunos e tentar ajudá-los em situações pessoais que ultrapassavam a assimilação dos conteúdos escolares.

Sobre essa relação professor-aluno, a ex-aluna Zeferina Barros, relembra que o aspecto humano da biografada era bem marcante,

Acredito que o que marcou todos os alunos dela era o jeito de ser dela, o aspecto humano se sobrepunha às questões técnicas, era uma pessoa muito flexível, que o aluno tinha acesso, embora a gente, naquele tempo já tivesse acesso, mas é muito diferente de hoje. Naquele tempo a gente ainda tinha uma certa reserva, essa relação não era tão colada como hoje, mas ela era essa pessoa assim, que dava essa liberdade pra gente

chegar até ela, brincar, conversar. Não me lembro assim de nada extraordinário como professora de uma técnica, de uma dinâmica, isso aí sinceramente não tenho. O que ficou mesmo foi essa questão mesmo do contato, da relação... Era uma ótima professora, sem dúvidas, em relação aos conteúdos teóricos, dominava bem a disciplina dela que era língua portuguesa na época (BARROS, 2019).

A entrevistada não destaca coisas extraordinárias como ela mesma diz sobre a prática de Cinobelina em sala de aula, além do seu domínio teórico do conteúdo ministrado, apenas reafirma o que já foi dito pelas outras entrevistadas no tocante à liberdade que Cinobelina mantinha quando estava na escola, como de conversar e até mesmo brincar com alunos, ou seja, essa interação entre a professora e os alunos se sobressaía em detrimento apenas aos conteúdos ministrados por ela. Sobre isso, Tardif, ressalta que:

O docente raramente atua sozinho. Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos. A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra a ser produzida. Ela é realizada concretamente numa rede de interações com outras pessoas, num contexto onde o elemento humano é determinante e onde estão presentes símbolos, valores, sentimentos, atitudes que são passíveis de interpretação e decisão. (TARDIF, 2013, p. 49-50).

Nesse sentido a prática do professor não precisa estar ligada apenas aos conteúdos formativos, mas rela-

cionados às subjetividades também, principalmente ao contato com os alunos, baseados em valores, sentimentos e atitudes na relação professor-aluno, pois muitas ações que Cinobelina exercia em sala de aula, além dos conteúdos das disciplinas, marcaram seus alunos destacando sua formação humana.

Cinobelina foi uma professora que gostava do seu ofício, estava sempre tentando se atualizar, quando podia fazia cursos, participava de eventos, como relata sua irmã Maria Luíza: *“Ela adorava dar aula, gostava muito de ser professora, ela não gostava era de casa, mas de dar aula era com ela mesma, trabalhava de manhã, de tarde e à noite, os três expedientes”* (ELVAS, 2018). Corroborando com a fala da entrevistada, Aurélio Rosal, esposo de Cinobelina ressalta que *“Ela gostava tanto de estudar que morreu vindo dessas especializações dela, não parava, vivia procurando essas coisas pra fazer”* (ROSAL, 2018). Importa destacar que, financeiramente ela não precisava, e possivelmente, tal dedicação decorresse de dois aspectos preponderantes: o seu gosto pela docência e a situação não tão aprazível do convívio com o marido.

Cinobelina também participava de alguns eventos na cidade, como por exemplo, uma exposição de artefatos nordestinos, produzidos com madeira em 1986. Sua filha Maria Júlia Elvas não lembra exatamente o mês da exposição, apenas o ano e que foi realizado no antigo Hotel Boa Esperança em Bom Jesus, que atualmente é chamado de Gurgueia Palace Hotel.

Imagem 12 – Cinobelina em uma exposição de artefatos nordestinos em 1986



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Júlia Elvas

Nesse ínterim da pesquisa, percebemos que Cinobelina se preocupava com sua formação e, enquanto professora, gostava de atualizar suas práticas docentes e ajudar seus alunos por meio de seus diálogos, no entanto, não adotava postura pedagógica tão distinta de outros docentes de seu tempo. Logo, defende-se a tese de que Cinobelina foi professora leiga que conseguiu habilitação profissional graças às condições sociais e econômicas de sua família abastada e influente na política local que lhe proporcionou acesso à escolarização na zona urbana, inclusive em escolas pagas, e que, mesmo se destacando por ser uma profissional humana, responsável e competente, só conseguiu visibilidade social e destaque nomenclatura da única Universidade Federal da região por ser filha e nora dos grupos oligárquicos da cidade e por ter perdido a vida drasticamente em acidente no percurso do seu trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada se inseriu no campo da História da Educação, uma vez que abordamos a biografia acerca da educadora Maria Cinobelina Elvas, Cinobe como era conhecida, professora que se dedicou à docência na sua cidade, Bom Jesus-PI, na Escola Normal Helvídio Nunes de Barros durante a década de 1980. Ressalta-se aqui a importância de tal pesquisa, por compreendermos que a historiografia nesse campo de estudo no estado do Piauí é incipiente, pois não há registro dos profissionais da educação no município, tampouco das instituições escolares, o que expressa uma lacuna na história da educação de Bom Jesus.

À luz do que fora exposto buscamos possíveis resultados para o seguinte questionamento: como se constituiu historicamente a trajetória docente de Maria Cinobelina Elvas para que esta galgasse o reconhecimento social expresso na denominação da única Universidade Federal do Sul do Piauí? A pesquisa teve como princípio norteador o objetivo de biografar Maria Cinobelina Elvas com ênfase na sua atuação docente no cenário educativo de Bom Jesus-PI, mais especificamente na Escola Normal, pois foi uma escola que teve destaque na edu-

cação do município por ser uma instituição destinada à formação de professores no Sul do Piauí.

É importante notar que conseguimos chegar ao objetivo proposto por meio das contribuições metodológicas da História Oral, desde a colaboração de pessoas que conviveram com a biografada mediante a História Oral, úteis para buscar os indícios sobre a trajetória de vida formativa e profissional de Cinobelina Elvas. Subsidiada pela História Cultural e baseada enfaticamente na micro-história, a pesquisa nos proporciona um estudo do microssocial que se imbrica no macro, pois através da contribuição da biografia de Cinobelina Elvas, podemos desvelar e conhecer o contexto educacional, de Bom Jesus-PI na segunda metade do século XX.

Cinobelina Elvas nasceu em 1946 na fazenda denominada Calhaus de propriedade dos seus pais, foi a décima filha de quatorze herdeiros da família Elvas. De família com boas condições financeiras, pois seu pai possuía uma trajetória política, Cinobelina pôde dedicar seu tempo de infância e adolescência entre brincar e estudar, uma vez que seus pais moravam na fazenda, mas em período letivo, ela morava com sua irmã mais velha na cidade, não precisando colaborar com o sustento da família ou com afazeres domésticos.

Aos dezessete anos de idade, ainda sem terminar a terceira série ginásial, Cinobelina casou-se com Aurélio Rosal, de família adversária política da família de seu pai, após fugir com o namorado. Do matrimônio com Aurélio, Cinobelina teve quatro filhos, sendo três homens e uma mulher, que hoje são: Maria Júlia é professora, Robson é advogado, Alberco é autônomo e Josué não temos informações sobre sua formação.

Sendo Bom Jesus ainda uma cidade muito pequena na década de 1950, que possuía apenas uma escola de ensino primário chamada Franklin Dória, foi nessa escola que Cinobelina iniciou sua trajetória educativa aos oito anos de idade. Finalizou o ensino primário, fez o teste de admissão para cursar o ensino secundário e estudou no único colégio ginásial que havia na cidade, o Ginásio Odilon Parente, sendo este particular, fazendo com que apenas filhos das famílias mais abastadas pudessem frequentá-lo, que foi o caso de Cinobelina.

Cinobelina não conseguiu concluir o ensino ginásial, pois se casou quando estava na terceira série. Em detrimento das atribuições com o casamento, cuidado com os filhos, marido e o lar e a desvalorização do trabalho e qualificação profissional feminina, Cinobelina retoma sua trajetória formativa apenas em 1975 com a criação do Projeto Logos I e, logo depois, o Logos II, uma vez que esses Projetos consistiam em habilitar os professores leigos a ministrar aulas no primeiro grau e seus filhos já estavam mais crescidos. Cursou o Ensino Normal e se tornou professora normalista na mesma instituição onde se formou, ou seja, a Escola Normal Helvídio Nunes de Barros.

Cinobelina lecionou na Escola Normal por apenas sete anos (1981-1988). De acordo com as narrativas dos alunos entrevistados, podemos perceber que sua prática foi marcada pelo seu aspecto humano no trato com os alunos, ainda que adotasse a metodologia tradicional, baseada em atividades mnemônicas, cópias, questões objetivas e provas, o diálogo entre professor e aluno por ser bem presente nas aulas de Cinobelina a tornava uma

professora mais flexível que as outras e querida pelos alunos.

Cinobelina iniciou lecionando as disciplinas de Literatura Infantil, Práticas de Ensino e Didática, mas após concluir o curso de Licenciatura Curta em Língua Portuguesa, começou a dar aula de Português, sendo lembrada pelos alunos entrevistados como rígida em suas redações e no tocante à gramática, porém flexível e acessível aos alunos. Além de ser professora na Escola Normal, Cinobelina também foi docente no Colégio Agrícola de Bom Jesus, sendo esta escola de propriedade da Universidade Federal do Piauí por cinco anos.

Em 1988, aos 41 anos de idade Cinobelina participava de um curso de formação promovido pela UFPI quando sofreu um acidente automobilístico fatal, falecendo no dia 13 de março do corrente ano. Atualmente Cinobelina se faz presente no imaginário bonjesuense por ter sido homenageada no campus da UFPI de Bom Jesus sendo este denominado: Campus Professora Cinobelina Elvas.

A biografia de Cinobelina permitiu não apenas narrar uma vida, mas compreendê-la à luz da conjuntura educacional, social e política em que esta vida estava inserida. Possibilitando ampliar a compreensão acerca da educação feminina em Bom Jesus, especialmente para moças de famílias mais abastadas, únicas que conseguiam prosseguir na escolarização na década de 1980, na qual a atividade econômica da região era majoritariamente agropecuária e as crianças e jovens menos favorecidos eram demandados a colaborar com essas atividades no sustento da família, permanecendo, na maioria, analfabetas.

Na construção dessa biografia, podemos considerar que contemplamos nossos objetivos almejados, pois analisamos a trajetória educativa e formativa de Cinobelina, sua inserção na Escola Normal assim como suas práticas educativas na mesma instituição. Constatamos também que sua homenagem ao Campus da Universidade Federal do Piauí, não foi apenas em decorrência da sua célebre docência, mas em especial, em consideração ao fato de Cinobelina falecer em pleno exercício do cargo no Colégio Agrícola (UFPI) e ser de família que dominava a bancada na câmara de vereadores em Bom Jesus.

É notório que uma pesquisa de gênero biográfico não se esgota, ou permite generalização, afinal, existe uma infinidade de fontes que podem ser exploradas em outros ângulos e seguimentos de uma pesquisa acadêmica. No caso da nossa pesquisa, não analisamos toda a vida de Cinobelina Elvas com minúcias de detalhes, todavia, contemplamos o nosso objetivo proposto: Biografar Maria Cinobelina Elvas com ênfase na sua atuação docente no cenário educativo de Bom Jesus-PI, mais especificamente, na Escola Normal. Todavia, sugerimos que outras pesquisas sejam realizadas no tocante à biografia de mulheres educadoras, não só no Sul do Piauí, mas em outras regiões do Piauí e do Brasil lançando luz às mulheres que foram protagonistas na história, mas que tiveram suas histórias silenciadas.

REFERÊNCIAS

ABADE, I. *Entrevista de Ivete Abade concedida a Maria Aparecida Alves da Costa*. Bom Jesus, 24 de julho de 2018. Duração: 45 min.

ANDRÉ, M. E. A. CANDAU, V. M. O projeto Logos II e sua atuação junto aos professores leigos do Piauí: um estudo avaliativo. *Cadernos de Pesquisa*, 22-28, ago. 1984.

ARAÚJO, D. L. M. R. *A tradicional Escola Normal Cearense chega ao Bairro de Fátima: Formação das Primeiras Professoras Primárias (1958-1960)*. Fortaleza: Edições UFC, 2015.

ARAUJO, R. M. S. *Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*. 2010. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

AVELAR, A. S. Escrita da história, escrita biográfica: das possibilidades de sentido. In: AVELAR, A. S; SCHIMIDT, B. B. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

ALMEIDA, G. M. A. *Métodos e pesquisas em biografia modal*. XII Encontro cearense de história da educação e II Encontro nacional do núcleo de história e memória da educação, Anais. Fortaleza: UFC, 2013. (CD-ROM).

ALMEIDA, G. M. A. *Mulheres Beletristas e Educadoras: Francisca Clotilde Na Sociedade Cearense – De 1862 a 1935*. 2012. 356 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1989.

ALBERTI, V. Fontes Oraís: História dentro da História. In: PINSKY, C. B. (organizadora) *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BARROS, J. D. Sobre a feitura da micro-história. *Opsis*, v. 7, n. 9, p. 167-185, 2007.

BACELLAR, C. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos In: PINSKY, C. B. (Organizadora). *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de Janeiro de 1946. Institui a *Lei Orgânica do Ensino Primário*: Rio de Janeiro, RJ, 1946.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Institui a *Lei Orgânica do Ensino Agrícola*: Rio de Janeiro, RJ, 1946.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 15 jan. 2019.

BORGES. I. F. *Entrevista de Ivanilde Felício Borges* concedida a Maria Aparecida Alves da Costa. Bom Jesus, 15 de janeiro de 2019. Duração: 48 min.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BURKE, P. *O que é história Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2005.

BURKE, P. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARROZA, Bispo Dom Ramon Lopes. Entrevista concedida ao prof. Ademir Martins, na residência do Bispo no dia 06/03/2013, na cidade de Bom Jesus (PI).

CALDEIRA, J. M. *A praça brasileira trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade*. 2007. 234 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CRISPIN, D. D. *Entrevista de Dionéia Delmond Crispin* concedida a Maria Aparecida Alves da Costa. Bom Jesus, 23 de jul. 2018. Duração 55min.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, v. 6, p. 9-25. 2003.

D'INCÃO, M. A. Mulher e família Burguesa. In: PRIORE, M. D. *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DOSSE, F. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

ELVAS, M. L. P. L. *Entrevista de Maria Luíza Parente Lustosa Elvas* concedida a Maria Aparecida Alves da Costa. Bom Jesus, 27 de jul. 2018. Duração: 34 min.

FALCÃO, M. W. P. E. *Entrevista de Maria Wanda Parente Elvas Falcão* concedida a Maria Aparecida Alves da Costa. Bom Jesus, 07 de jan. 2019. Duração: 30 min.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. 2005.

FRANÇOIS, E. A fecundidade da história Oral. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GALVÃO, A. M. SILVA, S. A. Memórias sobre a infância no meio rural: a escola e os outros espaços de sociabilidade. *Revista Portuguesa de Educação*, 2012, 25(2), pp. 9-33 © 2012.

GILES, T. R. *História da Educação*. São Paulo: EPU, 1987.

HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LE GOFF, J. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LE GOFF, J. A História do cotidiano. In: DUBY, George. (Org.). *História e nova história*. Tradução por Ana Maria Capovilla. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LIMA, H. E. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, S. F; CARVALHO, V. C. Fotografia: Usos sociais e historiográficos. In: Pinsky Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013.

LORIGA, S. *O pequeno X: da biografia à História*. Belo Horizonte: Autentica editora. 2011.

MACHADO, C. J. dos S. *Mulher e Educação: história, práticas e representações*. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

MAGALHÃES JÚNIOR, A. G. *Vigilância, transgressão e "punição": memórias de ex-alunas de escolas católicas de formação de educadoras (1964-1969)*. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

RODRIGUES, R. M. Biografia e Gênero. In: FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS, J. G.; SANTANA, J. R. *Biografia de Mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

MARTINS, M. E. R. A. *Entrevista de Maria Ecicleide Ribeiro de Almeida Martins*, concedida a Maria Aparecida Alves da Costa. Bom Jesus, 14 de janeiro de 2019, 36 min.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NADAI, E. Estudos Sociais no 1º grau. *Revista em Aberto*, v.7, n. 37, 1988.

NASCIMENTO, T. R. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, n.45, p. 340-346, 2012.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n, 10 p. 07-28, 1993.

NOVO, B. N. *A biografia de Dom José Vasquez Diaz*. Amazón 2017.

NÓVOA, A. (Org.). *Profissão professor*. Porto: Ed. Porto. 1995.

NÓVOA, A. Os professores e as Histórias de sua vida. In: NÓVOA. Antônio (Org.). *Vidas de Professores*. Portugal: Porto Editora. 1992.

ODALIA, N. Apresentação. In: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1928-1989: a revolução francesa da historiografia*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

OLIVEIRA, R. L. S. de; (Org.) *Pesquisas Biográficas na Educação*. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

PEREIRA, L. S. SOUSA, C. C. *Escola Franklin Dória (Bom Jesus PI): Um estudo sobre sua História*. Bom Jesus, 2013.

PEREIRA, M. S. Associação das Parteiras Tradicionais do Maranhão: relato da assistência ao parto. *Revista Saúde Social*. São Paulo, v.25, n.3, p.589-601, 2016.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

PIMENTA, S. G. *O estágio na formação de professores: Unidade Teoria e Prática?* 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PINHEIRO, C. F. *História e Memória da Escola Normal Oficial de Picos (1967-1987)*. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2007.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAPOSO, F. C. *História da Paróquia de Bom Jesus da Boa Sentença*. 142 p. Ilustradas. Bom Jesus, 2004.

REIS, A. *A história do cigarro: a evolução de um produto polêmico*. Disponível em: <<http://professorarturreis.blogspot.com/2012/11/a-historia-do-cigarro-evolucao-de-um.html>>. Acesso em: 25 maio 2019.

ROSAL, A. C. *Entrevista de Aurélio Coelho Rosal* concedida a Maria Aparecida Alves da Costa. Bom Jesus, 24 de julho de 2018. Duração: 1h12 min.

ROSAL, A. C. *Fogo da Terra*. Bom Jesus. 2007.

ROSAL, M. J. A. *Entrevista de Maria Júlia Elvas Rosal* concedida a Maria Aparecida Alves da Costa. Bom Jesus, 24 de julho de 2018. Duração 14 minutos.

ROUSSE, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas/SP: Autores associados, 2013.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, 2009.

SANTIAGO, V. *Entrevista de Vinólia Santiago* concedida a Maria Aparecida Alves da Costa. Bom Jesus. 27 de julho de 2018. Duração: 35 min.

SANTOS, M. G. Arquitetura moderna brasileira: dos pioneiros à Brasília. *Revista Da Vinci*, v. 3, n. 1, p. 37-56, 2006.

SARAIVA, A. L. *Festejos e religiosidade popular: o festejar em comunidades ribeirinhas de Porto Velho/RO*. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2007.

SELAU, M. S. História oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. *Esboços*, v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004.

SETUVAL, C. A. R. *Evolução Política do Município de Bom Jesus-PI*. Bom Jesus: Câmara Municipal de Bom Jesus. 1999.

SILVA, A. R. *Entrevista de Amália Rodrigues da Silva* concedida a Maria Aparecida Alves da Costa. Bom Jesus, 17 de janeiro de 2019. Duração 40 min.

SILVA, K. K. F. *Memória entre papéis: Tessituras das práticas docentes de Hilda de Sousa*. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

SOARES, N. P. L. *Escola Normal em Teresina (1864 – 2003): reconstruindo uma memória da formação de professores*. 2004. 156 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOUSA, J. B. *Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX: A história de vida de Nevinha Santos*. 2009. 236 f. Tese (Doutorado Acadêmico em Educação) – Programa de Pós-graduação Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Uberlândia, 2009.

SOUSA, R. P; SOUSA, W. A; ANDRADE, M. A. F. de S; Revisitação Histórica das Instituições Escolares de Bom Jesus-PI na década de 70. In: *III CENEDU- Congresso Nacional de Educação*. Natal, 2016.

SOUSA, R. P. ANDRADE, M. A. F. de S. *Escola Araci Lustosa (Bom Jesus-PI): Um olhar sobre sua história* In: *XII Encontro Cearense de História da Educação e II Encontro Nacional do Núcleo História e Memória da Educação*. Anais. Fortaleza. UFC, 2013.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1889-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998(b).

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VICENTINI, P. P. LUGLI, R. G. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

VILAS-BOAS, S. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

XAVIER, A. R. *Joana Paula de Moraes: história, memórias e trajetórias educativas (1900-1963)*. 2014. 411 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a correção gramatical e estilística do livro intitulado **Maria Cinobelina Elvas: docência na Escola Normal (1981-1988)**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

Fortaleza-CE, 03 de junho de 2023.

Francinalda M. Stasczak

Francinalda Machado Stasczak



DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização técnica do livro intitulado **Maria Cinobelina Elvas: docência na Escola Normal (1981-1988)**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 3 de junho de 2023.

Francinalda M. Stasczak

Francinalda Machado Stasczak

COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

01. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil: breve contextualização histórica*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 105 p. ISBN: 978-85-7826-199-3.
02. VASCONCELOS, José Gerardo. *O contexto autoritário no pós-1964: novos e velhos atores na luta pela anistia*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 63 p. ISBN: 978-85-7826-211-2.
03. SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRANDENBURG, Cristine; SANTOS JÚNIOR, Francisco Fleury Uchôa (org.). *Educação e saúde: um olhar interdisciplinar*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 212 p. ISBN: 978-85-7826-225-9.
04. SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (org.). *Golpe de 1964: história, geopolítica e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 342 p. ISBN: 978-85-7826-224-2.
05. SILVA, Sammia Castro; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Capoeira no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 156 p. ISBN: 978-85-7826-218-1.
06. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (org.). *Tudo que não inventamos é falso: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 488 p. ISBN: 978-85-7826-219-8.
07. PAULO, Adriano Ferreira de; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo; MARQUES, Janote Pires; LIMA, Jeimes Mazza Correia; VIEIRA, Luiz Maciel Mourão (org.). *Ensino de História na educação básica: reflexões, fontes e linguagens*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p.
08. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; PAZ, Sandra Regina (org.). *Políticas, currículos, aprendizagem e saberes*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p. ISBN: 978-85-7826-245-7.
09. VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *História e práticas culturais na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 229 p. ISBN: 978-85-7826-246-4.
10. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Teologia, História e Educação na contemporaneidade*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 160 p. ISBN: 978-85-7826-237-2.
11. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (org.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 163 p. ISBN: 978-85-7826-248-8.
12. MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Robson Carlos da (org.). *Entre o derreter e o enferrujar: os desafios da educação e da formação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 401 p. ISBN: 978-85-7826-259-4.
13. SILVA, Robson Carlos da; MIRANDA, José da Cruz Bispo de (org.). *Cultura, sociedade e educação brasileira: teceduras e interfaces possíveis*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 324 p. ISBN: 978-85-7826-260-0.
14. PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afrodescendente e tradição oral africana na formação de professoras e professores – contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 253 p. ISBN: 978-85-7826-258-7.
15. SALES, José Albino Moreira de; SILVA, Bruno Miguel dos Santos Mendes da (org.). *Arte, tecnologia e poéticas contemporâneas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 421 p. ISBN: 978-85-7826-262-4.

16. LEITE, Raimundo Hélio (org.). *Avaliação: um caminho para o descortinar de novos conhecimentos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 345 p. ISBN: 978-85-7826-261-7.
17. CASTRO FILHO, José Aires de; SILVA, Maria Auricélia da; MAIA, Dennys Leite (org.). *Lições do projeto um computador por aluno: estudos e pesquisas no contexto da escola pública*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 330 p. ISBN: 978-85-7826-266-2.
18. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. 269 p.
19. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CACAU, Josabete Bezerra (org.). *Juventudes e políticas públicas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 247 p. ISBN: 978-85-7826-298-3.
20. LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a escola*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 245 p. ISBN: 978-85-7826-296-9.
21. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 145 p. ISBN: 978-85-7826-293-8.
22. SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a sociedade*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 213 p. ISBN: 978-85-7826-294-5.
23. CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola, a formação de professores e a sociedade*. EdUECE, 2015. 257 p. ISBN: 978-85-7826-295-2.
24. VASCONCELOS, José Gerardo; RODRIGUES, Rui Martinho; ALBUQUERQUE, José Cândido Lustosa Bittencourt de (org.). *Contratualismo, política e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 73 p. ISBN: 978-85-7826-297-6.
25. XÁVIER, Antônio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Administração pública: desafios contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 181 p.
26. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; CASTRO, Jéssyca Lages de Carvalho (org.). *(Auto)Biografias e formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 229 p. ISBN: 978-85-7826-271-6.
27. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; MARTINHO RODRIGUES, Rui (org.). *História, literatura e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 299 p. ISBN: 978-85-7826-273-0.
28. MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (org.). *Ensino & linguagens da História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 371 p. ISBN: 978-85-7826-274-7.
29. NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS, Larissa Meira de (org.). *Diálogos sobre Gênero, Cultura e História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 175 p. ISBN: 978-85-7826-213-6.
30. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade II*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 471 p. ISBN: 978-85-8126-094-5.
31. MARINHO, Maria Assunção de Lima; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (org.). *Economia, políticas sociais e educação: tecendo diálogos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-317-1.

32. FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACIEL, Francisco Cristiano Góes (org.). *Polifonia em juventudes*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 234 p. ISBN: 978-85-7826-299-0.
33. SANTANA, José Rogério; BRANDENBURG, Cristine; MOTA, Bruna Germana Nunes; FREITAS, Munique de Souza; RIBEIRO, Júlio Wilson (org.). *Educação e métodos digitais: uma abordagem em ensino contemporâneo em pesquisa*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 214 p. ISBN: 978-85-7826-318-8.
34. OLINDA, Ercília Maria Braga de; SILVA, Adriana Maria Simião da (org.). *Vidas em romaria*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 438 p. ISBN: 978-85-7826-380-5.
35. SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Educação brasileira e suas interfaces*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 158 p. ISBN: 978-85-7826-379-9.
36. MALOMALO, Bas'Illele; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain (org.). *Cá e acolá: pesquisa e prática no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 238 p.
37. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente "infrator" no Brasil: breve contextualização histórica*. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2016. 112 p. ISBN: 978-85-7826-337-9.
38. MARQUES, Janote Pires; FONSECA, Emanuelle Oliveira da; VASCONCELOS, Karla Colares (org.). *Formação de professores: pesquisas, experiências e reflexões*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-407-9.
39. SILVA, Henrique Barbosa; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CARVALHO, Alanna Oliveira Pereira (org.). *A democratização da gestão educacional: criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 144 p. ISBN: 978-85-7826-367-6.
40. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de (org.). *Estudos em educação: formação, gestão e prática docente*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-433-8.
41. SILVA JÚNIOR, Roberto da; SILVA, Dogival Alencar da (org.). *História, políticas públicas e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 183 p. ISBN: 978-85-7826-435-2.
42. VASCONCELOS, José Gerardo; ARAÚJO, Marta Maria de (org.). *Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto autoritário brasileiro (1964-1979)*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 104 p. ISBN: 978-85-7826-436-9.
43. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade III*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 456 p. ISBN: 978-85-7826-437-6.
44. PORTO, José Hélcio Alves. *Escritos: do hoje & sempre poesias para todos momentos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 124 p. ISBN: 978-85-7826-438-3.
45. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues; BRANDENBURG, Cristine (org.). *Educação, memórias e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 179 p. ISBN: 978-85-7826-452-9.
46. FIALHO, Lia Machado Fiuza; TELES, Mary Anne (org.). *Juventudes em debate*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 355 p. ISBN: 978-85-7826-453-6.
47. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAIGNAC, Mônica Duarte (org.). *Educação em debate: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 243 p. ISBN: 978-85-7826-463-5.
48. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima (org.). *As voltas da avaliação educacional em múltiplos caminhos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-464-2.
49. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; MARTINS, Elcimar Simão (org.). *Ensino médio: políticas educacionais, diversidades, contextos locais*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-462-8.
50. NUNES, Maria Lúcia da Silva; TEIXEIRA, Mariana Marques; MACHADO, Charliton José dos Santos; ROCHA, Samuel Rodrigues da (org.). *Eu conto,*

- you conta*: leituras e pesquisas (auto)biográficas. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-506-9.
51. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Diálogos transdisciplinares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 142 p. ISBN: 978-85-7826-505-2.
 51. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (org.). *Serviço Social: uma profissão, distintos olhares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 278 p. ISBN: 978-85-7826-478-9.
 52. VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva (org.). *História, memória e narrativas biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 191 p. ISBN: 978-85-7826-538-0.
 53. SANTOS, Patrícia Fernanda da Costa; SENA, Flávia Sousa de; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; FURTADO, Quezia Vila Flor (org.). *Memórias escolares: quebrando o silêncio...* Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-537-3.
 54. CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. *O pedagogo na Assistência Social*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 122 p. ISBN: 978-85-7826-536-6.
 55. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues (org.). *Docência e formação: percursos e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 198 p. ISBN: 978-85-7826-551-9.
 56. LEITE, Raimundo Hélio; ARAÚJO, Karlane Holanda; SILVA, Lucas Melgaço da (org.). *Avaliação educacional: estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 242 p. ISBN: 978-85-7826-554-0.
 57. CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; SILVA, Lucas Melgaço da; ARAÚJO, Karlane Holanda (org.). *Avaliação da aprendizagem: a pluralidade de práticas e suas implicações na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 380 p. ISBN: 978-85-7826-553-3.
 58. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (org.). *Pesquisa em ensino e interdisciplinaridades: aproximações com o contexto escolar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-560-01.
 59. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade IV*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 346 p. ISBN: 978-85-7826-563-2.
 60. MUNIZ, Cellina Rodrigues (org.). *Linguagens do riso, práticas discursivas do humor*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 186 p. ISBN: 978-85-7826-555-7.
 61. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Talvez em nome do povo... Uma legitimidade peculiar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-562-5.
 62. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Política, Identidade, Educação e História*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 172 p. ISBN: 978-85-7826-564-9.
 63. OLINDA, Ercília Maria Braga de; GOLDBERG, Luciane Germano (org.). *Pesquisa (auto)biográfica em Educação: afetos e (trans)formações*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 445 p. ISBN: 978-85-7826-574-8.
 64. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *O desafio do conhecimento histórico*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 130 p. ISBN: 978-85-7826-575-5.
 65. RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; FAÇANHA, Cristina Soares; COELHO, Tâmara Maria Bezerra Costa (org.). *Costurando histórias: conceitos, cartas e contos*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 182 p. ISBN: 978-85-7826-561-8.
 66. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jociana Cavalcante da; SILVA, Jáderson Cavalcante da (org.). *Interface entre Educação, Educação Física e Saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 211 p. ISBN: 978-85-7826-576-2.
 67. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; JARDILINO, José Rubens Lima; SILVESTRE, Magali Aparecida; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de (org.). *Pesquisa em Rede: diálogos de formação em contextos coletivos de conhecimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 171 p. ISBN: 978-85-7826-577-9.

68. MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; MARQUES, Cláudio de Albuquerque (Autores). *Implantação e atuação do Sistema de Monitoramento e avaliação do Programa Seguro-Desemprego*: estudo de caso. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-591-5.
69. XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camilla Saraiva de (org.). *Pesquisas educacionais*: abordagens teórico-metodológicas. Fortaleza: EdUECE, 2017. 271 p. ISBN: 978-85-7826-602-8.
70. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; COSTA, Hercilene Maria e Silva (org.). *Entre-lugares*: Tecidos Sociopoéticos em Revista. Fortaleza: EdUECE, 2017. 273 p. 978-85-7826-628-8.
71. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha*: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-637-0.
72. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha*: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-638-7 (E-book).
73. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba*: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-639-4.
74. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba*: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-640-0 (E-book).
75. SILVA, Kricia de Sousa. *"Manobras" sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-641-7.
76. SILVA, Kricia de Sousa. *"Manobras" sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-636-3 (E-book).
77. VIEIRA, Maria Dolores dos Santos. *Entre acordes das relações de gênero*: a Orquestra Jovem da Escola "Padre Luis de Castro Brasileiro" em União-Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 247 p. ISBN: 978-85-7826-647-9.
78. XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo (Autores). *História, memória e educação*: aspectos conceituais e teórico-epistemológicos. Fortaleza: EdUECE, 2018. 193 p. ISBN: 978-85-7826-648-6.
79. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica*: experiências de pesquisas. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-654-7.
80. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica*: experiências de pesquisas. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-653-0 (E-book).
81. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-651-6.
82. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-652-3 (E-book).
83. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias*: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-650-9.
84. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias*: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-649-3 (E-book).

85. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-664-6.
86. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-662-2 (E-book).
87. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Gênero e cultura: questões políticas, históricas e educacionais*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 281 p. ISBN: 978-85-7826-673-8.
88. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
89. DAMASCENO, MARIA NOBRE. *Lições da Pedagogia de Jesus: amor, ensino e justiça*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 119 p. ISBN: 978-85-7826-689-9.
90. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-690-5.
91. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-691-2 (E-book).
92. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Autores). *Tudo azul com dona Neuza: Poder e Disputa Local em 1968*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 141 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
93. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-671-4 (E-book).
94. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-702-5.
95. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-703-2 (E-book).
96. LEITINHO, Meirecele Caliope; DIAS, Ana Maria Iorio (org.). *Discutindo o pensamento curricular: processos formativos*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 203 p. ISBN: 978-85-7826-701-8.
97. BEZERRA, Milena de Holanda Oliveira; GADELHA, Raimunda Rosilene Magalhães; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos; FERREIRA, Paulo Jorge de Oliveira (org.). *Educação e saúde: vivendo e trocando experiências no Programa de Educação pelo Trabalho (PET)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 233 p. ISBN: 978-85-7826-713-1 (E-book).
98. SUCUPIRA, Tânia Gorayeb; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO; Lia Machado Fiuzza. *Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 151 p. ISBN: 978-85-7826-687-5.
99. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Debates em História da Educação e Formação de Professores: perspectivas da educação contemporânea*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 300 p. ISBN: 978-85-7826-724-7 (E-book).
100. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da (org.). *Práticas de ensino: semeando produções científicas parceiras*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 179 p. ISBN: 978-85-7826-725-4.
101. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Exercício da escrita (auto)biográfica*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 398 p. ISBN: 978-85-7826-723-0 (E-book).

102. SILVA; Adryel Vieira Caetano da; NASCIMENTO; Jordana Marjorie Barbosa do; VIEIRA, Lívia Moreira Lima; LOPES, Thaynara Ferreira; CARVALHO, Rhanna Emanuela Fontenele Lima de (org.). *25 Anos de PET Enfermagem: uma trajetória de pesquisa, conhecimento e promoção de saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 215 p. ISBN: 978-85-7826-745-2 (E-book).
103. SILVA, Maria do Socorro Borges da. *De “mulher-maravilha” a “cidadão persi”*: professoras capulana do educar em direitos humanos. Fortaleza: EdUECE, 2019. 109 p. ISBN: 978-85-7826-753-7.
104. COSTA, Hercilene Maria e Silva; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (org.). *Círculo de cultura sociopoético: diálogos com Paulo Freire sempre!*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 190 p. ISBN: 978-85-7826-741-4 (E-book).
105. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces: experiências do PIBID na UFAL*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p.
106. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-774-2.
107. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-775-9 (E-book).
108. LEITE, Luciana de Lima Lopes. *Ocupar é reexistir! Práticas artísticas como tática de resistência nas ocupações do coletivo ocupArthe, em Teresina (2014)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 266 p. ISBN: 978-85-7826-779-7 (E-book).
109. GOMES, Wagner. *Ensino de História e interdisciplinaridade: reflexões epistemológicas*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 185 p. ISBN: 979-65-86445-00-8. (E-book).
110. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces: experiências do PIBID na UFAL*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p. ISBN: 978-65-86445-05-3. (E-book).
111. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 411 p. ISBN: 978-65-86445-01-5.
112. NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.). *Paisagens da história da educação: memórias, imprensa e literatura*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 216 p. ISBN: 978-65-86445-07-7.
113. MORAES, Ana Cristina de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Arte, docência e práticas educativas: experiências e contextos*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 656 p. ISBN: 978-65-86445-25-1. (E-book).
114. SILVA, Maria do Socorro Borges da; FARIAS, Emerson de Souza. *Educação e direitos humanos de crianças e adolescentes*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 110 p. ISBN: 978-65-86445-29-9 (E-book).
115. VIANA, Patrícia Ferreira de Sousa; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. *A sociopoética como inovação metodológica na pesquisa em saúde bucal coletiva, com jovens em formação*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 186 p. ISBN: 978-65-86445-34-3. (E-book).
116. OLINDA, Ercília Maria Braga de; PAZ, Renata Marinho (org.). *Narrativas autobiográficas e religiosidade*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 421 p. ISBN: 978-65-86445-43-5. (E-book).

117. ARAÚJO, Conceição de Maria Sousa. *Ensinar e aprender filosofia numa perspectiva ética*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 236 p. ISBN: 978-65-86445-48-0. (E-book).
118. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-55-8 (E-book).
119. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-51-0.
120. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; LIMA, Joana D'arc de Sousa; BRITO, Antônia Edna. *Práticas educativas: múltiplas experiências em educação*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 558 p. ISBN: 978-65-86445-62-6 (E-book).
121. RIBEIRO, Luis Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Formação e experiências docentes: práticas pedagógicas em diferentes contextos e cenários: perspectivas da educação contemporânea*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 475 p. ISBN: 978-65-86445-70-1 (E-book).
122. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2021. 277 p. ISBN: 978-65-86445-69-5. (E-book).
123. SILVA, Hebelyanne Pimentel da. *Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 289 p. ISBN: 978-65-86445-71-8. (E-book).
124. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil: uma pesquisa com Educadores Museais*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-79-4. (E-book).
125. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil: uma pesquisa com Educadores Museais*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-80-0.
126. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (org.). *Pedagogia jurídica no Brasil: questões teóricas e práticas de um campo em construção*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. ISBN: 978-65-86445-88-6.
127. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (org.). *Pedagogia jurídica no Brasil: questões teóricas e práticas de um campo em construção*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. ISBN: 978-65-86445-89-3 (E-book).
128. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro: uma vida dedicada à educação*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 166 p. ISBN: 978-65-86445-95-4. (E-book).
129. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima: educadora cearense referência na formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-65-86445-98-5. (E-book).
130. SOUZA, Antoniele Silvana de Melo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Donêta Leite: biografia de uma educadora religiosa*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 207 p. ISBN: 978-65-86445-96-1 (E-book).
131. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 411 p. ISBN: 978-65-86445-97-8. (E-book).
132. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educa-*

- cional: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-65-86445-99-2.*
133. SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. *Por uma educação linguística libertadora: os estudos gramaticais no ensino básico à luz da pedagogia de Paulo Freire. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. ISBN: 978-85-7826-788-9 (E-book).*
 134. FREIRE, Vitória Cherida Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Maria Luiza Fontenele: formação educacional e política. Fortaleza: EdUECE, 2021. 212 p. ISBN: 978-85-7826-790-2 (E-book).*
 135. XAVIER, Antônio Roberto; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; SOUSA, José Weyne de Freitas (org.). *Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável: demandas sociais contemporâneas. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. ISBN: 978-85-7826-787-2 (E-book).*
 136. XAVIER, Antônio Roberto; SANTOS, José Cleilson de Paiva dos; SILVA, Ana Maria Alves da (org.). *Saberes tradicionais, políticas e ações sustentáveis: múltiplos atores, diversas abordagens. Fortaleza: EdUECE, 2021. 229 p. ISBN: 978-85-7826-786-5 (E-book).*
 137. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima: educadora cearense referência na formação de professores. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-85-7826-796-4.*
 138. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro: uma vida dedicada à educação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 164 p. ISBN: 978-85-7826-795-7.*
 139. GAUTHIER, Jacques; AMARAL, Augusto Luís Medeiros; AMARAL, Raquel Ávila; ARAÚJO, Natan; GAUTHIER, Maria do Rosário da Soledade; STEIN, Yanée Maudia. *A borboleta cuidamor ambiental: uma pesquisa sociopoética herética com medicinas indígenas e leitura de inspiração guarani dos dados de pesquisa. Fortaleza: EdUECE, 2021. 248 p. ISBN: 978-85-7826-792-6 (E-book).*
 140. MACIEL, Jocyana Cavalcante da Silva; BRANDENBURG, Cristine; BARON, Miriam Viviane. *Caminhos para o protagonismo em seus espaços da educação e saúde. Fortaleza: EdUECE, 2021. 172 p. ISBN: 978-85-7826-799-5.*
 141. VIEIRA, Arlindo Mendes; MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra; LIMA, Maria Socorro Lucena; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Tecituras decoloniais da formação de professores: incertezas, desafios e lutas. Fortaleza: EdUECE, 2021. 258 p. ISBN: 978-85-7826-812-1 (E-book).*
 142. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educacional: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-85-7826-803-9 (E-book).*
 143. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (org.). *Marcos da constituição da identidade docente: narrativas expressas em cartas pedagógicas. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-817-6. (E-book).*
 144. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (org.). *Marcos da constituição da identidade docente: narrativas expressas em cartas pedagógicas. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-818-3.*
 145. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNANDES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-822-0.*

146. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNANDES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-821-3. (E-book).
147. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Perspectivas sobre formação docente: experiências contemporâneas e contextos curriculares*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 270 p. ISBN: 978-85-7826-826-8 (E-book).
148. MACIEL, Maria Jose Camelo; LIMA, Jaqueline Rabelo de; VARELA, Sarah Bezerra Luna; CARVALHO, Marília Nogueira. *Prática docente no ensino superior: bases, relatos e memórias da formação*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 574 p. ISBN: 978-85-7826-823-7 (E-book).
149. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; MACHADO, Charliton José dos Santos; BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (org.). *Educação e trabalho na paraíba*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 311 p. ISBN: 978-85-7826-830-5. (E-book).
150. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-841-1 (E-book).
151. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-839-8.
152. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4 (E-book).
153. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4.
154. MOREIRA, Francisca de Assis Viana; LOPES, Tania Maria Rodrigues; MEDEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação a distância e a formação em pedagogia: Experiências da universidade estadual do ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 323 p. ISBN: 978-85-7826-838-1 (E-book).
155. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; MORAES, Ana Cristina de; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Docência(s): experiências e sentidos*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 240 p. ISBN: 978-85-7826-843-5 (E-book).
156. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; ALMEIDA, Emannel Rodrigues; MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Ensino e pesquisa na pós-graduação: teoria, prática e práxis*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 350 p. ISBN: 978-85-7826-849-7. (E-book).
157. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). *Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 469 p. ISBN: 978-85-7826-851-0.
158. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre formação e experiências docentes*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 292 p. ISBN: 978-85-7826-853-4. (E-book).

159. XAVIER, Antônio Roberto; MUNIZ, Karla Renata de Aguiar; OLIVEIRA, Luci-
neide de Abreu (org.). *Covid-19, políticas públicas e sustentabilidade: desafios
à ciência e aos recursos tecnológicos*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 254 p. ISBN:
978-85-7826-858-9. (E-book).
160. BESERRA, Raquel Carine Martins; KACZAN, Maria Anita Vieira Lustosa; ME-
DEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação em tempos de pandemia*. Fortaleza:
EdUECE, 2023. 258 p. ISBN: 978-85-7826-863-3. (E-book).
161. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena: a experiência social sob o
foco da cultura Guarani-Kaiowá*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-
85-7826-859-6.
162. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena: a experiência social sob o
foco da cultura Guarani-Kaiowá*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-
85-7826-860-2. (E-book).
163. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; FUSARI, José
Cerchi; ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Retratos
da escola pública brasileira em tempos neoliberais*. Fortaleza: EdUECE, 2023.
261 p. ISBN: 978-85-7826-869-5. (E-book).
164. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNAN-
DES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre
formação e experiências docentes*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 292 p. ISBN:
978-85-7826-871-8.
165. MORAES, Ana Cristina de; LIMA, Izabel Cristina Soares da Silva; QUEI-
ROZ, Juliane Gonçalves (org.). *Cultura(s), educação e arte nos caminhos
da (auto)formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-
7826-872-5. (E-book).
166. COSTA, Maria Aparecida Alves da; FIALHO, Lia Machado Fiuza (autoras).
Maria Cinobelina Elvas: docência na Escola Normal (1981-1988). Fortaleza:
EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-7826-879-4. (E-book).